



DISCURSOS EM CONFRONTO sujeitos, deslocamentos

Anderson Lins
Alcione Costa
Evandra Grigoletto

org.

Thiago Alves França
Thiago Costa Carneiro

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo–SP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

L759d Lins, Anderson (org.) et al.

Discursos em confronto: sujeitos, deslocamentos /
Organizadores: Anderson Lins, Alcione Costa, Evandra Grigoletto,
Thiago Alves França e Thiago Costa Carneiro.
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2025; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-217-0835-3 - E-book PDF.

1. Análise do Discurso. 2. Linguística. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso. 401.41

2. Linguística. 410

DISCURSOS EM CONFRONTO sujeitos, deslocamentos

Campinas
2025



Anderson Lins
Alcione Costa
Evandra Grigoletto

org.

Thiago Alves França
Thiago Costa Carneiro

Copyright © 2025 – Dos organizadores representantes dos autores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Revisão: Autores(as) e organizadores(as)
Capa e Editoração: Carolina Leal Pires, com ilustração de @Digital Galaxy (freepik)

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares

CONSELHO EDITORIAL

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho
(UnB – Brasília)

Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva
(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)



PONTES EDITORES
Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 – Jd. Chapadão
Campinas – SP – 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br



SUMÁRIO

- 7** Os(as) organizadores(as)
DOS SUJEITOS, DOS DESLOCAMENTOS: (PER)CURSOS DE SENTIDOS
- 17** Felipe Muniz
Edvânia Gomes da Silva
O CORPO QUE DEUS FEZ: O LUGAR DE BELEZA DO CORPO NEGRO
- 28** Marcus Menezes
Rogério Modesto
DISCURSO RACIALIZADOS SOBRE A LÍNGUA: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE
CARTILHAS ANTIRRACISTAS
- 39** André Cavalcante
Águeda Aparecida da Cruz Borges
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO [ESCOLAR] INDÍGENA
- 53** Pedro Borges
Anderson Lins
“PODE UM HOMOSSEXUAL SER UM COMUNISTA?”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS
SENTIDOS DE HOMOSSEXUALIDADE EM *CARTA PARA STALIN*
- 67** Ricardo Mattuella
Anderson Lins
NAS INS/ESTABILIDADES DA SIGNIFICAÇÃO: A DINÂMICA DOS SENTIDOS DE GÊNERO
E SEXUALIDADE NA REDE X
- 81** Kaya Araújo Pereira
A ANTECIPAÇÃO DA REAÇÃO DO ESPECTADOR À TRANSFEMINILIDADE PELO
DISCURSO MIDIÁTICO
- 92** Maurício Beck
CAPITALOCENO E DISCURSO: ENTRE A PSEUDOLOGIA E A COLAPSOLOGIA
- 102** Helson Flávio da Silva Sobrinho
Jessica Mayara Bernardo da Silva
IDEOLOGIA E DIREÇÕES DE SENTIDOS NO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA
SOBRE A “CRISE CLIMÁTICA” E/OU “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”

- 123 Silmara Dela Silva
Fernanda Lunkes
Ceres Carneiro
ENTRE TRAJETOS DE LEITURA(S) E DE MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DE UM
INVENTÁRIO DIGITAL
- 134 Adriane Nascimento Celestino Sardinha
Júlio César de Oliveira Sardinha
AS REDES SOCIAIS DIGITAIS COMO APARELHOS IDEOLÓGICOS MODERNOS
- 146 Evandra Grigoletto
Thiago Costa Carneiro
EFEITOS DE SUJEITO, MEMÓRIA E LEITURA EM PERFIS AUTOMATIZADOS NO X
- 163 Maria Paula Onofrio
Mariano Dagatti
PROXIMIDAD Y REPRESENTACIÓN. CONTINUIDADES Y RUPTURA EN LA
ESCENIFICACIÓN DE LOS LIDERAZGOS PRESIDENCIAIS EN ARGENTINA (2015 – 2023)
- 182 Alcione Costa
Thiago Alves França
DEEPFAKES E A LEITURA DO DELIBERADAMENTE FALSO: OLHAR, INTERPRETAR,
DESCONFIAR
- 198 Sobre os(as) organizadores(as)
- 200 Sobre os(as) autores(as)

Anderson Lins
Alcione Costa
Evandra Grigoletto
Thiago Alves França
Thiago Costa Carneiro

DOS SUJEITOS, DOS DESLOCAMENTOS: (PER)CURSOS DE SENTIDOS



DOS SUJEITOS, DOS DESLOCAMENTOS: (PER)CURSOS DE SENTIDOS

DESLOCAMENTO - POEMA MANIFESTO

*Quando o corpo fala, como a voz ecoa
Quando você cala, como isso ressoa?
Onde vibra o timbre, o que te impulsiona?
O que te faz sentir livre, o que te aprisiona?*

*Querer viver da sua arte é mais que resistência
Ser representante do seu sonho, saber usar a sapiência
É mais que entretenimento ou distração pra um momento,
Nossos corpos são um ato político e isso causa estranhamento*
[...]

*Eu to falando de deslocamento
Da voz ao movimento
Sair do lugar comum
Explorar novos conceitos*
[...]
(Mel Duarte)¹

Deslocamento? Confronto? Sujeitos? Podemos nos perguntar como tais palavras significam? O que elas têm em comum? O que as afasta, ou as aproxima? Para além de palavras, nesta coletânea, elas são tomadas como noções teóricas, que podem ser lidas a partir de diferentes perspectivas, com sentidos diferentes.

Iniciar esta apresentação com um poema, que se intitula “Deslocamento - poema Manifesto”, e é declamado na voz de uma mulher preta e periférica², é um gesto nosso de reconhecimento das vozes e dos sujeitos minorizados, cujos discursos de e sobre são objeto de análise de alguns artigos desta coletânea. Na voz da *slammer*, deslocar-se é uma forma de manifestar-se, de ser reconhecida, de resistir/existir, de “sair do lugar comum”, de, pelo corpo, produzir um “ato político” e “estranhamento” ao mesmo tempo. Trata-se de um sujeito periférico, uma mulher preta, que se desloca pela sua arte e, nesse movimento, produz confronto com o outro, aquele que a julga subalterna, para o qual a sua arte e o seu corpo causam incômodo, estranhamento.

¹ Mel Duarte, 29 anos, é poeta, slammer e produtora cultural; atua com literatura independente desde 2006. Faz parte do coletivo Poetas Ambulantes e é uma das organizadoras da batalha de poesias voltada para o gênero feminino Slam das Minas - SP.

² O poema completo pode ser ouvido na voz da autora em: <https://www.youtube.com/watch?v=8z-gyDkQH6k>.

São, justamente, os discursos em confronto, em diferentes movimentos de deslocamento, seja dos sujeitos, dos sentidos, dos corpos, das diferentes materialidades digitais, que são tematizados nesta coletânea. O conjunto de treze artigos aqui apresentados resulta, em sua maioria, das discussões realizadas durante o VII Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (SEPLEV), realizado, em setembro de 2024, na Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, na Bahia. O VII SEPLEV, que deu continuidade ao evento, retomando sua forma-funcionamento com mesas-redondas, apresentações de trabalho e minicursos, foi o primeiro SEPLEV realizado fora de uma região metropolitana. Em sua sétima edição, no litoral baiano, o *deslocamento*, que se marcou na temática central do evento, apresentou aos(as) participantes outros efeitos de sentido: deslocar-nos de grandes centros urbanos para o litoral, onde a prosa de Jorge Amado foi concebida, reconhecer que a produção de conhecimento se dá além das capitais.

Esse primeiro gesto - e aqui entendemos gesto como Pêcheux ([1969] 2019, p. 35) o designa, como “[...] ato simbólico” - é ir além de fronteiras que se marcam no nível empírico, é levar o deslocamento às últimas consequências, tomando-o como um princípio de constituição, assim como foi/é a teoria da Análise de Discurso. Deslocar-se, sair da evidência, lidar com alteridade, fazer o sentido deslizar. Perceber, no eu, o outro, um outro *estranhamente familiar*. Um outro que, constituindo-se como sujeito, afeta o eu, *desloca* o eu do centro às margens, cujas bordas são opacas e com delimitações frágeis e transitórias. Deslocar, em Análise de Discurso, não se produz apenas como algo da ordem do empírico, mas se produz como efeito *metafórico*: “[...] o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y” (Pêcheux, [1969] 2019, p. 54, destaques do autor). Mais do que isso, se produz, como diriam Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2020), uma *mudança de terreno*, considerando que o exterior é também interior, e que o interior, também exterior, como na fita de Moëbius. Deslocar se formula pelo confronto; confronto da memória com o acontecimento, do eu e do outro, do sujeito com o sentido. Confronto que não deixa de ser encontro.

Tomando o deslocamento como categoria, indiscutivelmente aliada ao sujeito, e compreendendo que os discursos estão sempre em confronto e que os sentidos sempre deslizam, é que propomos esta coletânea. Nas páginas que seguem após esta apresentação, são encontrados 13 capítulos que textualizam, à sua maneira, os efeitos ideológicos dos sujeitos e(m) deslocamentos e dos discursos em confronto.

No capítulo que abre esta coletânea, **Felipe Muniz e Edvania Gomes da Silva**, em *O corpo que Deus fez: o lugar de beleza do corpo negro*, assumem o corpo, mas mais especificamente o corpo negro, como lugar de inscrição de sentidos. A partir da análise de um fragmento de uma pregação cristã produzida por um pastor e disponibilizada no YouTube, discutem como movimentos de valorização da branquitude atualizam práticas racializadas de regulação do corpo, práticas estas vinculadas ao eurocentrismo, e que (re)produzem sentidos de beleza que interpretam o corpo negro como “não-ideal”, como corpo desviante, “que precisa ser corrigido, apagado ou constantemente ajustado”.

Ainda, na esteira da reflexão entre práticas racistas e discursos racializados, articulando Análise de Discurso materialista e História das Ideias Linguísticas, **Marcus Vinicius Alves Menezes e Rogério Modesto**, em *Discursos racializados sobre a língua: o funcionamento discursivo de cartilhas antirracistas*, analisam a cartilha *O racismo sutil por trás das palavras*, produzida pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Em suas análises, ocupam-se de pensar a relação entre língua e raça, tentando compreender como se dá a inscrição do pensamento linguístico no debate racial. No texto, assumem “que a relação entre língua e raça parece contribuir para a dinâmica exploratória no Brasil”, todavia problematizam a efetividade da referida Cartilha (que descreve sentidos para determinadas palavras, apontando quais seriam adequadas ou não) no combate ao racismo.

Também refletindo sobre objetos educacionais, **André Cavalcante e Águeda Aparecida da Cruz Borges**, no capítulo *Algumas considerações discursivas sobre a educação [escolar] indígena*, propõem-se a, partindo da retomada de um texto de Eni Orlandi, refletir sobre a educação escolar indígena, ao analisar um vídeo publicado no YouTube em 2021. Mobilizando diferentes recortes do vídeo, os autores observam o funcionamento de uma perspectiva colonial, a qual produz apagamentos sobre os saberes dos povos originários. De igual maneira, os autores, seguindo o dispositivo teórico-analítico, analisam trechos de documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e a Constituição Federal, de 1988. Ao final, tecendo suas considerações, Cavalcante e Borges dizem-nos que “A educação moderna ocidental fechada não pode abrigar escolas que queiram levar a sério os sentidos da diferença. É preciso libertar o tempo dos calendários homogêneos, das matrizes curriculares pré-montadas, da fixação do tempo-escola dentro de um ano civil, das formas fixas de organização e progressão das turmas, da fragmentação da educação básica em curso fundamental e médio, dos horários organizados por disciplina, com tempo pré-fixado para cada professor etc.”.

Seguindo na esteira da reflexão sobre grupos minorizados, **Pedro Borges e Anderson Lins**, em “*Pode um homossexual ser um comunista?*”: *uma análise discursiva dos sentidos de homossexualidade em Cartas para Stalin*, refletem acerca de sentidos de homossexualidade (re)produzidos em uma carta escrita por Harry Whyte, um homossexual comunista escocês, endereçada a Josef Stalin. Analisando sete sequências discursivas selecionadas a partir da referida carta, os autores trabalham a relação entre língua, sujeito, história e ideologia, apontando um caminho para “pensar o caráter contraditório das práticas discursivas revolucionárias”.

Na perspectiva da resistência, os grupos minorizados encontram lugar de fala nas redes sociais. É o que nos mostram **Ricardo Matuella e Anderson Lins**, no artigo *Nas ins/estabilidades da significação: a dinâmica dos sentidos de gênero e sexualidade na rede X*, no qual analisam discursos que circulam no X com o significante “fecho”, com o intuito de observar como se produzem os efeitos de sentido acerca da relação entre língua, gênero e sexualidade. Após contextualizar o X e as condições de produção dos discursos do/no virtual, os autores dão início a um percurso analítico, no batimento entre descrição e interpretação, apresentando Sequências Discursivas que contêm o significante “fecho”. Em suas análises, destacam o modo como este significante se produz associado às determinações de gênero e sexualidade no X, concluindo que “[...] o ciberespaço se revela como um território discursivo em que os sujeitos LGBTQIAPN+ constroem, disputam e (re)inscrevem sentidos, subvertendo as normatividades e operando contra as interpelações que buscam fixar seus corpos e seus desejos em lugares de subalternidade”.

Os sujeitos trans são o foco da reflexão produzida por **Kaya Araújo Pereira**, em *A antecipação da reação do espectador à transfeminilidade pelo discurso midiático*. Ao longo do capítulo, a autora analisa duas sequências discursivas, obtidas a partir de programas de jornalismo investigativo noturno, cujas reportagens selecionadas discursivizam sobre experiências de travestis que são profissionais do sexo que trabalham em São Paulo e no Rio de Janeiro. As análises, que se dedicam especialmente a compreender as imagens antecipadas do espectador dessas duas reportagens, apontam para a existência de duas posições de sujeito apresentador (a democrática e a democrático-crítica), ambas reproduzindo a evidência do espectador como aquele a quem falta conhecimento sobre a transfeminilidade, a quem também falta empatia com essas pessoas, e como o único responsável pelo preconceito que (re)produz. Tal evidência, reproduzida no discurso midiático, segundo a autora, apaga tanto “a responsabilidade do Estado pelo extermínio simbólico da sujeita transfeminina” quanto “a responsabilidade do Estado por uma mudança social”.

Dos sujeitos em deslocamento transportamo-nos para a discussão sobre os deslocamentos ambientais, que resultam na emergência climática que estamos vivendo. Esse é o tema do artigo *Capitaloceno e discurso: entre a pseudologia e a colapsologia*, de **Maurício Beck**. Nele, o autor aborda o conceito de colapso, desenvolvido a partir do campo de estudo denominado de “Colapsologia”, o qual tem ganhado visibilidade, mediante as discussões sobre as ciências da emergência climática e o consequente risco concreto de colapso socioambiental neste século. Em sua análise sobre os modos de nomear o período geológico atual como Capitaloceno/Anropoceno, o autor aponta o atravessamento do político no âmbito das condições de reprodução das práticas científicas, assim como alertamos sobre os efeitos da pseudologia política: fenômeno que, segundo o autor, tem gerado um ponto de inflexão em nosso momento histórico, no qual as artes da mentira política confrontam-se com as contradições intransponíveis e os limites do Capitaloceno.

A crise climática é também tema do capítulo *Ideologia e direções de sentidos no discurso de divulgação científica sobre a “crise climática” e/ou “mudanças climáticas”*, de **Helson Flávio da Silva Sobrinho** e **Jéssica Mayara Bernardo da Silva**. Neste capítulo, os autores produzem uma análise que questiona os sentidos que se materializam, no Discurso de Divulgação Científica, sobre problemas socioecológicos. Para este movimento analítico, partem da leitura de enunciados recortados da *Revista Superinteressante*, análise que se sustenta em um dispositivo teórico que, além da Análise de Discurso, mobiliza autores como Lukács, Marx, Engels, Lowy, entre outros. Nas análises empreendidas, Silva Sobrinho e Silva compreendem que o discurso veiculado na *Revista* se erige sobre as bases de um discurso que apaga os motivos da “crise climática”. Salientam os autores: “Esse discurso nos desafia porque [...] em seus direcionamentos político-ideológicos na mídia, não toca em questões mais profundas da sociedade capitalista e funciona, justamente, relacionando elementos do saber mais ligados ao cotidiano [...] com os elementos do saber das questões ambientais [...], sem aprofundá-las [...]”.

Do discurso de divulgação científica da *Revista Superinteressante*, deslocamo-nos para um inventário digital, que tem como propósito principal constituir-se num espaço de divulgação científica. **Silmara Dela Silva**, **Fernanda Lunkes** e **Ceres Carneiro**, no capítulo *Entre trajetos de leitura(s) e de memória: a construção de um inventário digital*, apresentam uma reflexão teórico-analítica sobre o percurso do projeto de pesquisa intitulado “Inventário digital de termos e conceitos em discurso e mídia”, o qual foi desenvolvido com o objetivo de levantar, reunir e apresentar/divulgar conceitos, noções e termos relacionados à Análise de Discurso materialista formulada por Michel Pêcheux. Em

seus gestos de construção do inventário, as autoras, ao formularem e colocarem determinados verbetes em circulação, reiteram a tomada de posição como uma prática própria do analista de discurso, apresentando-nos importantes contribuições teórico-analíticas sobre trajetos de leitura e gestos de leitura do arquivo. Assim, o inventário, tomado como arquivo, configura-se como um potente e profícuo gesto de leitura e de memória, com vistas à divulgação científica da Análise de Discurso pecheutiana praticada no Brasil.

Seguindo a trilha das redes, **Adriane Nascimento Celestino Sardinha** e **Júlio César de Oliveira Sardinha**, no capítulo *As redes sociais digitais como aparelhos ideológicos modernos*, investigam como as redes sociais funcionam, ampliando discursos de diferentes esferas e moldando percepções, comportamentos e sentidos de realidade. Ao analisarem postagens no *Instagram* marcadas pela hashtag *#liberdade de expressão*, os autores mostram como as redes sociais digitais operam enquanto aparelhos ideológicos modernos, por meio de algoritmos de personalização que, em sintonia com lógicas capitalistas, reproduzem estruturas hegemônicas sob a aparência de neutralidade, criando a ilusão da universalidade de certos discursos. Ainda em seus movimentos de análise, os autores mostram que diferentes concepções de liberdade de expressão coexistem, mostrando-nos que discursos, algoritmos e sujeitos se articulam no espaço digital, e este acaba funcionando como lugar de controle de sentidos mas também de resistência.

A reflexão sobre o controle dos sujeitos e da leitura nas redes sociais digitais também é tematizada por **Evandra Grigoletto** e **Thiago Costa Carneiro**, no capítulo *Efeitos de sujeito, memória e leitura em perfis automatizados no X*. Ao tomarem a mídia social digital X como um espaço profícuo para a análise de discursividades produzidas sob o funcionamento da linguagem de programação, os autores investigam o modo como se dá o processo de adesão/replicação de sentidos pelos perfis automatizados. Em seus gestos de análise, Grigoletto e Costa Carneiro fazem discussões relevantes e necessárias, tanto no campo teórico da Análise de Discurso, quanto no campo das práticas sociais de linguagem no espaço digital, dentre as quais destacamos a noção de sujeito, pensada a partir dos modos de individua(liza)ção do sujeito pela máquina, e o processo técnico-discursivo de adesão e de replicação dos sentidos. Diante de um cenário de polarização política e de disputa pelos sentidos (amplificadas pelo digital), os autores nos convidam a refletir sobre o funcionamento do capital nesse processo de adesão/replicação dos sentidos, visto que o sujeito-máquina, ao replicar os dizeres no X, o faz não por uma determinação ideológica, mas sim pelos efeitos do capital. Movido pela busca de curtidas, de engajamento e,

consequentemente, de lucro, o sujeito-máquina produz o excesso de informação, esvaziando sentidos e fazendo o pensamento crítico definhar.

Ainda, refletindo sobre o funcionamento dos discursos nas redes sociais digitais, temos o capítulo *Proximidad y representación: continuidades y rupturas en la escenificación de los liderazgos presidenciales en Argentina (2015 - 2023)*, de **María Paula Onofrio** e **Mariano Dagatti**. Os autores se propõem a fazer uma análise comparativa entre o modo como Macri e Fernandez encenam suas lideranças, a partir de cenas representadas nas contas oficiais das plataformas digitais da Casa Rosada, sede do Poder Executivo Argentino. As análises estão centradas na relação de proximidade de cada um desses líderes com seus representados, sendo, justamente, o grau de distância do líder com a população argentina aquilo que marca a diferença entre Macri e Fernández. A proximidade de Macri com seus representados é muito mais íntima do que a de Fernández, concluem os autores. Enquanto predomina, nas postagens de Macri, um recorte singular, do um a um, em que há uma encenação do ser político como igual ao cidadão, nas postagens de Fernández, o recorte é coletivo, de alguém que representa uma classe - os trabalhadores - mas que não é igual a ela

Por fim, **Alcione Costa** e **Thiago Alves França** exploram mais umas das muitas possibilidades de materialidades produzidas pelo digital: as *deepfakes*. No capítulo *Deepfake e a leitura do deliberadamente falso: olhar, interpretar, desconfiar*, os autores, ao convocarem as condições de produção em que os discursos têm se produzido no/pelo digital, analisam o funcionamento do *fake* em um vídeo, supostamente do Ministro da Fazenda Fernando Haddad. Na análise realizada, os autores, que tomam o funcionamento da *deepfake* na criação de um vídeo falso sobre a taxaço do PIX, destacam que “[...] esse efeito cola/de realidade do discurso da deepfake é produzido por meio do funcionamento da memória discursiva que, no batimento entre os saberes cristalizados e os saberes apagados pelo efeito ideológico próprio das Formações Discursivas com as quais os sujeitos se relacionam, produz o efeito de transparência, fazendo com que os sentidos distorcidos passem a circular como ‘verdades’ e se cristalizem pelo efeito da repetibilidade, também potencializado pelo funcionamento do Digital”.

Como efeito de encerramento desta apresentação, reiteramos uma lição deixada por Pêcheux ([1980] 2016, p. 25, destaques do autor) sobre a posição dos(as) analistas:

Como, então, não ir até o fim e não reconhecer que a pretensão de analisar discursos coloca necessariamente em jogo aquilo que eu chamaria de *tomar partido pela imbecilidade*? Fazer o imbecil: isto é, decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho a sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação

espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem aí...

Com essa passagem de Pêcheux ([1980] 2016) é que marcamos nossa posição enquanto analistas de discurso. Façamo-nos de imbecil. Não aceitemos as tomadas de posição como se elas fossem um *a priori*. Perguntemos “por quê?”, “como?”. Entendamos que qualquer tomada de posição é sempre uma tomada de posição e, que, por isso, traz efeitos de sustentação que cabe ao(à) analista expor, não se colocando como o “profissional de interpretação”, mas como sujeito que, atado ao social, faz leituras, questiona leituras e, sobretudo, aceita que deslocar(-se) não seria um gesto no vazio, mas sim um gesto no nível do simbólico.

É, portanto, a partir dessa tomada de posição enquanto analistas de discurso, que, como organizadores(as), convidamos os(as) leitores(as) a aderirem à luta contra as diversas formas de discriminação – de raça, de gênero, de orientação sexual, de religião, entre outras. Queremos também deixar um alerta para que, em tempos de conflitos sócio-políticos e de ataques à democracia, não baixemos a guarda diante dos que atentam contra nossa democracia, afinal ela é condição necessária para a promoção da justiça e da igualdade social que tanto desejamos. (Re)Pensar o passado sombrio da ditadura, que insiste em nos assombrar, faz-se cada vez mais necessário como forma de (re)atualização dessa memória traumática, mas, sobretudo, como forma de resistência e de luta contra toda e qualquer forma de opressão e de repressão. Fiquemos com a voz de Geraldo Vandré ecoando para as escutas discursivas que produzimos ao ler os muitos discursos em confronto na/da formação social brasileira:

*Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer
Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*
(Trecho da canção “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores”, de Geraldo Vandré)

Referências

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. [1971] A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

PÊCHEUX, M. [1969]. *Análise automática do discurso*. Tradução de Eni P. Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

PÊCHEUX, M. [1980]. Abertura do colóquio. Tradução de Débora Massmann. *In*: CONEIN, B. et al. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

ANDERSON LINS
ALCIONE COSTA
EVANDRA GRIGOLETTO
THIAGO ALVES FRANÇA
THIAGO COSTA CARNEIRO

Felipe Muniz
Edvania Gomes da Silva

**O CORPO QUE DEUS FEZ:
O LUGAR DE BELEZA DO CORPO NEGRO**



O CORPO QUE DEUS FEZ: O LUGAR DE BELEZA DO CORPO NEGRO

Introdução

O corpo, como lugar de inscrição de sentidos, é atravessado por processos históricos, ideológicos e discursivos (Orlandi, 2017) que materializam hierarquias, exclusões e distinções. Neste artigo, propomo-nos a problematizar o corpo negro, o qual, no interior da formação social brasileira, atravessada pela formação ideológica neoliberal e eurocentrada¹, é marcado por sentidos que o deslocam, provocando deslizamentos que desestabilizam certo lugar de beleza e projetando, sobre esse corpo, uma estética do não-ideal, da subalternidade e do desvio.

Nesse sentido, com base nos pressupostos da Análise do Discurso materialista, analisamos como certos discursos operam na produção dos sentidos de beleza. Para tanto, analisamos uma sequência discursiva enunciada em uma pregação cristã, observando o funcionamento discursivo como um ponto de sustentação da enunciação, a fim de indicar de que maneira a estética de valorização da branquitude materializa relações racializadas de regulação no corpo.

O lugar do corpo negro

O corpo é o lugar do visível e do invisível, é “constituído pelo olhar mesmo que a visão não esteja presente” (Hashiguti, 2008, p. 8). Não há corpo que não esteja investido de sentidos, pois é sempre o corpo de um sujeito constituído por processos em que as instituições e suas práticas são fundamentais para a sua existência (Orlandi, 2017).

O corpo é sempre um corpo de uma sociedade, um corpo no e do discurso (Hashiguti, 2008). Ele materializa sentidos, “fala de nós, da história e da cultura, dando

¹ Utilizamos a expressão formação ideológica neoliberal e eurocentrada para indicar que o eurocentrismo, articulado ao neoliberalismo, não opera apenas como herança cultural, mas como uma base ideológica que estrutura discursos, práticas e sentidos na sociedade contemporânea. Como lembra Althusser ([1976] 2024), a ideologia representa a relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência, o que significa que discursos sobre corpo e beleza são atravessados por relações históricas e materiais de poder. A valorização da branquitude como ideal de beleza opera, assim, como um dispositivo de regulação simbólica e material no interior dessa formação ideológica.

testemunho do tempo em que vivemos” (Leandro-Ferreira, 2023, p. 43). Assim, o corpo é atravessado por processos históricos, políticos, simbólicos e pelas formações ideológicas que o constituem (Orlandi, 2017), bem como pelas formações discursivas que o significam

Ao pensar o corpo, somos levados a compreender os lugares sociais e discursivos em que ele é produzido. É nesse percurso que nos debruçamos sobre o corpo negro, cuja constituição está atravessada por sentidos que não emergem do indivíduo, mas de relações históricas e sociais que o inscrevem em determinadas posições de valor vinculadas às questões raciais fundadas no eurocentrismo.

Entendemos o eurocentrismo conforme Quijano (2005, p. 115):

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América.

Ao adotarmos essa definição, compreendemos que o eurocentrismo institui um modelo hierárquico e classificatório que define o corpo não europeu como um corpo inferior. Esse processo se inscreve na própria história de colonização e de expansão europeia, a qual relaciona o corpo negro com a noção de raça (Mbembe, 2022). Nessa perspectiva, o corpo negro passa a ser um corpo marcado pela raça, isto é, engendrado racialmente e, a partir disso, significado discursivamente.

O corpo negro é discursivamente marcado como portador de menor valor social, cultural e estético, haja vista a ordem classificatória do eurocentrismo (Quijano, 2005). Ainda conforme Quijano (2005), o eurocentrismo institui o mito de que a civilização europeia seria o ápice do desenvolvimento humano, funcionando como parâmetro de referência para todas as outras culturas. Esse processo esteve profundamente associado à classificação racial, produzindo distinções hierárquicas que atravessam os corpos, constituindo-os como racializados.

Nessa perspectiva, estar alinhado ao modelo eurocêntrico significa estar vinculado a posições de status, poder, segurança e beleza – sentidos historicamente construídos como atributos ou posses de corpos brancos (Nogueira, 2021; Bento, 2022; Kilomba, 2021).

Conforme Souza (2021), o corpo negro, atravessado por discursos e interpelado pelas formações ideológicas, constitui um imaginário social que produz e sustenta sentidos de beleza e feiura, o que se reflete diretamente nas relações sociais.

Nesse processo, o corpo negro é submetido a constantes tensionamentos, pois as discursividades produzidas sob uma base eurocêntrica operam na constituição desse corpo, atribuindo-lhe sentidos estéticos a partir de significantes que circulam na materialidade da língua, a partir do que pode e deve ser dito em diferentes formações discursivas. Assim, o corpo negro desliza para o lugar da “feiura” na medida em que a branquitude é discursivizada como símbolo máximo de beleza (Souza, 2021).

O peso da melanina – ou, como nomeia Nogueira (2021), a mancha negra – inscreve, no corpo negro, marcas simbólicas que o atravessam material e discursivamente. Esse corpo, produzido nas relações sociais racializadas, carrega estereótipos que o territorializam nas margens, nas periferias, nos espaços historicamente construídos como o “fora” do destaque, da admiração, do lugar de beleza. Paradoxalmente, enquanto é empurrado para a margem, esse corpo também é tensionado a desejar os lugares e os valores que a branquitude institui como centrais e legítimos, sobretudo no que tange aos padrões estéticos e aos regimes de valorização social (Souza, 2021; Nogueira, 2021).

Por vezes, o corpo negro é levado à tentativa de apagar as marcas que o constituem, seja por meio de modificações físicas – como o branqueamento da pele –, seja pelo apagamento psíquico, em um movimento que nega a própria condição de ser negro. Tal processo se dá quando se adere, de forma fantasmática, aos valores atribuídos ao corpo branco, produzindo a negação do próprio corpo (Nogueira, 2021).

Defendemos, portanto, que o corpo negro é constituído em um processo de significação que se dá a partir da relação entre formações discursivas, as quais funcionam como um dos componentes das formações ideológicas (Pêcheux; Fuchs, [1975] 1993). Ele passa a ser demarcado por sentidos que delimitam o que é considerado aceitável ou não, belo ou feio, desejável ou indesejável. Esse funcionamento está diretamente relacionado a uma memória discursiva – definida como “aquilo que, face a um texto que surge como um acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita” (Pêcheux, [1983] 2007, p. 52) – que atravessa a história e que sustenta a lógica eurocêntrica na produção desses sentidos. Essa lógica não apenas marca, mas também regula os deslocamentos e os sentidos atribuídos ao corpo negro, que é interpelado a se submeter ou

a aspirar os lugares simbólicos da branquitude, inclusive o lugar de beleza (Souza, 2021; Nogueira, 2021).

O funcionamento desse maquinário ideológico estabelece lugares e acessos diferenciados aos corpos. O corpo negro, nesse contexto, é deslocado e desestabilizado com base em uma lógica do fascínio, da admiração e do reconhecimento estético atribuído ao corpo branco (caucasiano). Na relação de contrajunção com a branquitude, o corpo negro é desconstituído socialmente como um corpo associado ao ideal de beleza, passando a funcionar como um corpo atravessado por signos de subalternidade, exclusão e desvalorização.

Diante do funcionamento de memórias que atravessam a materialidade discursiva dos sentidos de beleza, o corpo negro é inscrito na opacidade do não-ideal, marcado pela racialização que o submete a uma lógica eurocêntrica. Nesse funcionamento, o corpo torna-se metáfora dos efeitos de sentido de beleza, sendo fabricado por uma discursividade que opõe o ideal – representado pela branquitude – ao que é socialmente construído como abjeto – o corpo negro.

Como nos lembra Pêcheux (2014 [1975], todo discurso está transposto por uma exterioridade, o que significa que os sentidos de corpo e estética são sempre atravessados por determinações históricas, raciais, políticas e materiais. Compreendemos, portanto, que o corpo negro se forma na relação entre sujeito, história, sociedade e as formações ideológicas, sendo inscrito, por meio das formações discursivas, nas condições de produção racializadas que o constituem. Esse corpo emerge nas regularidades discursivas e nas sistematicidades que operam no interior da memória, sendo constantemente retomado pelas posições-sujeito no funcionamento do discurso (Orlandi, 2017; Souza, 2021; Leandro-Ferreira, 2013).

Nesse processo, o eurocentrismo exerce um papel central, ao formular e fazer circular sentidos que reforçam hierarquias de valor sobre os corpos — sentidos que, segundo as condições de produção de nossa formação social, podem ser mobilizados, reiterados e legitimados no discurso de lideranças cristãs. Diante disso, seguimos para um gesto de análise de uma pregação na qual a racialidade mobiliza o corpo e a estética na linearidade da enunciação.

O lugar do corpo negro no discurso

É tensionando a conjuntura eurocêntrica na racialização dos corpos que, a partir da análise do discurso materialista, chegamos ao gesto de análise de uma pregação disponibilizada no *YouTube*² em que um pastor enuncia a seguinte sequência discursiva, doravante SD:

SDI: Já que Deus não me fez tão bonita, meu cabelo não é liso, os meus olhos não são assim ... Ele me deu condições. Se tu não nasceu bonita, o jeito é apelar...

Para operacionalizar essa análise, nos questionamos discursivamente: de que maneira a racialidade ancora e atravessa a referida construção, tendo em vista o funcionamento do corpo em nossa formação social? Conforme exposto, nosso objetivo é pensar a racialidade como um ponto de sustentação da enunciação, compreendendo de que maneira a estética materializa relações racializadas no corpo.

Seguindo para análise, constatamos que, na materialidade do enunciado, um efeito de sustentação é posto em funcionamento a partir da implicação entre as propriedades das duas orações que constituem a SDI, fazendo funcionar, na primeira, “Já que Deus não me fez tão bonita, meu cabelo não é liso, os meus olhos não são assim ... Ele me deu condições”, uma espécie de silogismo, segundo o qual todo mundo que é bonito teria cabelo liso e olhos “assim”. Logo, se o cabelo de alguém não é liso e os olhos não são “assim”, essa pessoa não é bonita. E, nesse caso, como dito na segunda oração, “o jeito é apelar”.

Em meio ao processo de implicação que indica o efeito de sustentação no discurso, as orações subordinadas “se tu não nasceu bonita” e “já que Deus não me fez tão bonita”, acompanhadas das afirmativas “meu cabelo não é liso, os meus olhos não são ‘assim’”, materializam as condições e as razões para “apelar”.

Quando aproximamos as construções “não nascer” e “Deus não fazer”, notamos que há uma condicionalidade elíptica entre o “se” e o “então”, a qual revela uma relação de implicação, de modo que se “não nascer” e se “Deus não fizer”, então, “o jeito é apelar”. Assim, a posição-sujeito de autoridade religiosa pró-discurso “branco centrado” estabelece um processo de encadeamento entre carência (não ter/ não nascer) e demanda (apelar),

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F2DrknLjR5g>. Acesso em: 23 nov. 2024.

indicando, por meio das apositivas, os elementos que constituem os corpos bonitos e os não tão bonitos.

Essa relação de implicação marca a evocação lateral de um pré-construído na memória que serve para pensar o objeto da preposição de base mobilizada no discurso. Nesse seguimento, há o estabelecimento de uma relação de condicionalidade entre os verbos “fazer” e “nascer” e o verbo “apelar”, admitindo um sentido de beleza já-dito antes e em outro lugar. No entanto, cabe ressaltar que essa condicionalidade é modificada pelo advérbio de intensidade “tão” que, no caso em análise, produz um arranjo entre os corpos que não são tão bonitos e a necessidade de apelar.

Dessa forma, a posição-sujeito em funcionamento na SDI distancia os corpos belos e não (tão) belos que Deus fez por meio de uma lista de atributos que fenotipicamente desembocam na racialidade. O sentido de beleza já-dito antes e em outro lugar (o que aponta para o funcionamento da memória discursiva), mobiliza, na lateralidade do discurso, a racialidade, de forma a circunscrever e delimitar o corpo que é belo: o corpo com cabelo liso, com olhos “assim”, de uma forma específica. É possível remeter à referência fenotípica linearizada na formulação sob análise por meio das seguintes paráfrases: se Deus não fez um corpo branco, não nasci (tão) bonito(a), ou ainda, se Deus não fez um corpo branco, o corpo outro (negro) não é (tão) bonito.

Analisando o enunciado, o pré-construído que opera na lateralidade do discurso produz um efeito de sustentação quando relaciona racialidade e beleza, de modo a circunscrever o corpo bonito que Deus fez/faz. Tal efeito de sustentação nos permite pensar no seguinte efeito de leitura de uma outra paráfrase em SDI.I:

SDI.I: Deus não me fez tão bonita [{condição / restritiva}] porque meu cabelo não é liso, os meus olhos não são assim [{alegação / explicativa}] por isso, o jeito é apelar [{conclusão / explicativa}].

Assim, pensamos que as discursividades que transpõem a temática do corpo e da beleza são marcadas por discursos racializados, uma vez que a produção dos discursos sobre corpo e beleza no Brasil é orientada por questões raciais, estando intrinsecamente vinculada a condições sócio-históricas moldadas por processos coloniais e, consequentemente, racistas ou racialistas (Modesto, 2021).

Nessa perspectiva, defendemos que as discursividades de e sobre beleza estão inevitavelmente atravessadas por discursos racializados, uma vez que a categoria de raça se constituiu como um dos eixos estruturantes da formação social brasileira (Modesto, 2021).

A memória discursiva dessa formação carrega os efeitos da colonialidade racista, que se atualiza nas condições de produção dos discursos, fazendo da racialidade um elemento central nos processos discursivos, de interpelação, identificação, subjetivação e, também, de resistência no contexto nacional (Modesto, 2022).

Diante disso, a posição-sujeito de autoridade religiosa pró-discurso “branco centrado”, no interior do discurso de nossa formação social, ancora os sentidos de beleza na dissimulação racial, mecanismo operado pelo ritual ideológico que faz funcionar a naturalização das hierarquias raciais. Trata-se de um funcionamento que não permite escapar dos efeitos da colonialidade, pois os sentidos de beleza permanecem atravessados por uma lógica que subalterniza determinados corpos enquanto eleva outros como parâmetro de valor e ideal estético.

Na sequência discursiva em análise, o corpo que Deus não fez (tão) bonito, o corpo negro, desprovido de um cabelo liso e de um olho de uma forma específica, só dispõe de um caminho: “investir na minha beleza” ou “apelar”. Logo, essas duas construções traduzem as táticas a que o corpo negro precisa recorrer para ser belo. Há, portanto, a materialização de um discurso segundo o qual o corpo negro necessita valer-se de meios materiais (investir e apelar) para se aproximar dos corpos tão bonitos que Deus fez, uma vez que “Ele me deu condições” de “investir na minha beleza”, mesmo que não me tenha dados condições de ser ou nascer (tão) bonita(o).

Destarte, a SDI marca uma suposta necessidade que o corpo negro tem de recorrer a meios externos para se aproximar dos corpos tão bonitos que Deus fez, uma vez que “Ele me deu condições”, não de ser ou nascer (tão) bonita(o), mas de “apelar”, de “investir na minha beleza”. Nesse caso, o termo “condições” reverbera discursos outros relacionados à formação ideológica capitalista-burguesa, pois faz emergir um enunciado segundo o qual “se eu não posso ser bonito(a), eu compro (“me deu condições”) uma beleza artificial. Ou, “se eu não tenho um cabelo liso, eu pago para alisá-lo”.

Tendo em vista o jogo de desestruturação/reestruturação que marca o enunciado fonte, o qual está na memória e alhures – “Deus fez o homem sua imagem e semelhança” – a posição-sujeito em funcionamento na SDI opera uma relação discursiva de separação e conformidade. Segundo o que está materializado no enunciado, Deus faz corpos bonitos e feios, ainda que também faça o homem à sua imagem e semelhança. Nesse sentido, podemos pensar na seguinte notação fracionária que delinea as proximidades e distanciamentos do jogo de desestruturação e reestruturação com o enunciado fonte:

“Deus fez o homem”. Por aqui, o corpo negro, mesmo que seja imagem e semelhança de Deus, precisa “investir”, “apelar”, uma vez que Deus fez homens bonitos, mas também feios; fez homens brancos, mas também negros.

Pelo que está indicado no funcionamento discursivo acima apresentado, os sentidos de beleza são marcadamente racializados, fazendo ecoar um padrão estético de um ideal de beleza específico, como nos esclarece as apositivas (“meu cabelo não é liso, os meus olhos não são assim”) em confluência com a subordinada adverbial causal (“já que Deus não me fez tão bonita”), que se relaciona tanto com a subordinada adverbial condicional (“se tu não nasceu bonita”) quanto com a oração principal (“o jeito é apelar”).

Assim, a beleza é formulada pela posição-sujeito de autoridade religiosa pró-discurso “branco centrado” a partir de um lugar racializado que está inculcado em nossa formação social. O corpo negro, na SDI, não é um corpo bonito, é um corpo que precisa “apelar”, “investir”. É um corpo que, no fio da construção em análise, apresenta-se pelo efeito de “sempre-já-ai” estético engendrado pela memória discursiva.

Ao problematizar a memória discursiva do corpo negro, Kilomba (2021, p. 127, grifo da autora) chama de “‘sinais repulsivos’ da negritude”, os elementos fenotípicos que se tornaram marcas da servidão, pois foram sendo discursivizados enquanto símbolo de primitividade, inferioridade e não civilidade.

Enquanto a raça se tornou um marco de determinação, operacionalizando a classe, a exclusão e a consolidação de certos estereótipos, como acrescenta Souza (2021), o corpo branco permaneceu como símbolo primordial de estética, erigido pelo processo de colonização, que fez com que a (auto)imagem do corpo negro fosse posta à margem, silenciada, não valorizada e ridicularizada em meio às características fenotípicas que não compõem o ideal de beleza dessa sociedade racializada (Souza, 2021; Kilomba, 2021).

Dessa forma, um pré-construído de beleza racializada opera na lateralidade do discurso em SDI, produzindo um efeito de sustentação quando relaciona racialidade e beleza, de modo a saturar e circunscrever o corpo bonito que Deus fez. Essa saturação, em SDI, é perpassada pela relação sinonímica entre cabelo liso e olhos assim, sendo a única forma possível de significar o corpo que é belo. Há um efeito de evidência dos sentidos que acaba por demarcar pelo fenótipo o corpo que é belo e o corpo que não o é. Logo, na enunciação, o corpo negro pode até ser imagem e semelhança de Deus, mas não é belo.

Conclusão

Diante da análise realizada, concluímos que os sentidos de beleza no interior do discurso de lideranças cristãs estão associados aos processos de racialização que estruturam a formação social brasileira, pois o corpo negro, na materialidade discursiva analisada, é constantemente deslocado para fora do lugar do belo. Nesse movimento, cabe a esse corpo negado, silenciado e subalternizado “apelar” e “investir” para se aproximar de um ideal que não lhe foi originalmente destinado.

Esse funcionamento discursivo ancora-se nas marcas da colonialidade e na lógica eurocêntrica que estrutura nossa formação social. É essa lógica que estabelece hierarquias entre os corpos, produzindo uma estética que valoriza a branquitude como sinônimo de beleza, ao mesmo tempo em que desloca o corpo negro para o lugar do desvio, do não-ideal e daquilo que precisa ser corrigido, apagado ou constantemente ajustado.

Em síntese, as análises indicam que a beleza, tal como é discursivamente construída na SDI apresentada, funciona na relação com um efeito de sentido (discurso) racializado, sustentado por um regime ideológico eurocentrado que articula colonialidade e estética no discurso de lideranças cristãs. O corpo negro, nesse processo, é atravessado por memórias discursivas que reiteram sua não conformidade ao ideal de beleza, operando, assim, como marcador simbólico de um lugar social de subalternidade e exclusão.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra Graal, 2024. Tradução de: *Idéologie et appareils idéologiques d'État (Notes pour une recherche)*, 1976.

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

HASHIGUTI, S. *Corpo de memória*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/415227>. Acesso em: 7 abr. 2024.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021. Tradução de: *Plantation memories: episodes of everyday racism*, 2008.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. Quando o corpo acontece. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.). *O corpo na análise do discurso*: conceito em movimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. p. 35-56.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2022. Tradução de: *Critique de la raison nègre*, 2013.

MODESTO, R. Os discursos racializados. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MODESTO, R. Mulato nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no Brasil. *Revista Interfaces*, v. 13, n. 03, p. 127-141, 2022. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7256. Acesso em: 3 fev. 2023.

NOGUEIRA, I. B. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. Tradução de: *Les Vérités de la Palice*, 1975.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 49-56. Tradução de: *Rôle de la mémoire*, 1983.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. À propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-246. Tradução de: *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*, 1975.

PR. OSIEL GOMES. Jardim Fechado - Pr. Osiel Gomes (UFADET). *Youtube*, 05 mar. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F2DrknLjR5g>. Acesso em: 23 nov. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

SOUZA, B. P. *Entre o olhar e o ver: as (in)visibilidades do corpo feminino negro nas revistas de moda*. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17505>. Acesso em: 2 nov. 2022.

Marcus Vinicius Alves Menezes
Rogério Modesto

**DISCURSOS RACIALIZADOS
SOBRE A LÍNGUA:
O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO
DE CARTILHAS ANTIRRACISTAS**



DISCURSOS RACIALIZADOS SOBRE A LÍNGUA: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE CARTILHAS ANTIRRACISTAS

Introdução

Neste trabalho, com base na Análise de Discurso materialista e na História das Ideias Linguísticas, debruçamo-nos em um recorte da pesquisa de doutorado em andamento, no qual investigamos como a relação entre língua e raça é significada em materiais de divulgação de ideias antirracistas na contemporaneidade e no Brasil, buscando compreender de que modo o pensamento linguístico é inscrito no debate racial. Para isso, é necessário considerar que a circulação das ideias antirracistas foi importante para a constituição dos direitos humanos e para a formação do Brasil, uma vez que, mesmo com o silenciamento das demandas da população negra, ainda se constituiu, aqui, uma imprensa negra “enquanto espaço inaugural de denúncia contra a discriminação racial e de afirmação de uma identidade coletiva política e pública” (Silva Fontana, 2021, p. 141).

De início, elencamos algumas relações entre língua e raça: 1) a colonização do Brasil dá-se pela via da imposição da Língua Portuguesa enquanto língua oficial, o que ocasionou um linguicídio (Auroux, [1992] 2014) das línguas indígenas, assim como desenvolveu um silenciamento sobre as marcas africanas no português brasileiro. Tal contexto põe em questão como a língua do homem europeu branco cristão sobressaiu-se violentamente em relação a outras; 2) a educação linguística centralizada na gramática normativa tem impactado as populações de classes mais baixas que não possuem acesso a uma educação de qualidade. E sabemos que essas populações são, em maioria, formadas por pessoas negras, a partir das condições sociais impostas pelo racismo. Assim, a ilusão de um falar certo e um escrever certo pode produzir exclusão social, baixa autoestima, desemprego etc. nessa camada da sociedade; e 3) alguns movimentos negros têm se organizado em torno da questão do racismo na língua. Trata-se de uma posição segundo a qual a língua possibilita a efetivação do racismo, com o uso, por exemplo, de palavras e expressões como *denegrir* e *preto de alma branca*, mas ainda segundo a qual o racismo, também a partir da língua, pode ser combatido quando evitamos de usar expressões consideradas racistas.

Esses pontos elencados indicam que a relação entre língua e raça parece contribuir para a dinâmica exploratória no Brasil, seja explicitamente seja implicitamente. E isso surge com a própria colonização do nosso país. Conforme Silva (1998), é com estabelecimento

dos jesuítas portugueses por aqui que a língua se tornou um objeto doutrinário e pedagógico, a partir da produção de diferentes textos, como gramática, dicionário, cartilha, sermão etc. O objetivo dos jesuítas era a conversão e a catequese dos indígenas, uma vez que, na concepção europeia, branca e cristã, esses precisavam ser salvos. Entretanto, para que os nativos pudessem ser convertidos ao cristianismo, era necessário que, antes, aprendessem o português. Além disso, com a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal, a língua continuou ocupando uma posição nos interesses da colonização: Pombal influenciou a proibição das línguas indígenas e a obrigação do uso do português. Essa obrigação também será sentida pelos negros africanos escravizados por aqui em vista dos interesses capitalistas dos europeus.

Toda descrição acima parece omitir uma palavra muito importante: racismo. Com base em Bento (2022), podemos compreender que a história do Ocidente, diante da expansão das civilizações greco-romanas, das invasões ibéricas e até mesmo da mundialização, elucida o modo como as posições de inferioridade foram construídas para o aprisionamento do outro. O imaginário do homem universal, alinhado ao europeu branco, foi produzido ao mesmo tempo em que o africano, o negro, era o contraste. Isso “permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão” (Bento, 2022, p. 29). E, como descrito anteriormente, a violência da colonização também tomou a língua como um instrumento de repressão. Ademais, é a partir da língua, que o outro, lido como inferior, é significado: “[a]s noções de ‘bárbaros’, ‘pagãos’, ‘selvagens’ e ‘primitivos’ evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa” (Bento, 2022, p. 28).

Retornemos às ideias do movimento negro. Se, por um lado, a relação entre brancos e negros, na história do Brasil, é uma relação tensa, construída sobretudo pela discriminação racial, por outro lado, não podemos ignorar as diferentes maneiras da população negra de combater o racismo ao longo da história, seja individualmente seja coletivamente, como nos quilombos e em revoltas urbanas. Muitas vezes, a luta contra o racismo é omitida pela historiografia oficial, mas “[o] Brasil conta [e sempre contou] com uma multiplicidade de organizações espalhadas por todas as regiões, atuando de forma coletiva no combate ao racismo e na luta por um país mais justo, com igualdade de direitos e oportunidades” (Bento, 2022, p. 40). Dessa forma, a pergunta discursiva que sustenta este trabalho é a seguinte: como a relação entre língua e raça é significada nas ideias do movimento negro contemporâneo?

Gesto analítico: o caso das cartilhas

Na dissertação de mestrado, intitulada *Ler cartilhas hoje: sentidos de população LGBTQ+ no funcionamento de uma pedagogização da saúde em relação à pandemia de COVID-19* (2024), analisamos cartilhas digitais da saúde sobre a COVID-19 projetadas para a população LGBTQ+. Os gestos analíticos permitiram compreender que a população LGBTQ+ é significada no discurso da/sobre a saúde a partir de formulações sobre saúde mental, uso de drogas, infecções sexualmente transmissíveis e trabalho sexual. Além disso, a pesquisa possibilitou compreender o funcionamento discursivo de uma cartilha temática. Para isso, descrevemos algumas condições de produção, como a colonização no Brasil, sobretudo o contexto da chegada da Companhia de Jesus, que estruturou os primeiros movimentos pedagógicos por aqui, trazendo diferentes materiais (cartilha; gramática, dicionário etc.) com a finalidade de catequizar os indígenas e ensinar o português.

A discussão focou também nas cartilhas de alfabetização, apontando que tais materiais, além de funcionar para o ensino de uma língua, também interpelam os leitores em diferentes posições-sujeito, como sujeito alfabetizado, sujeito nacional, sujeito civilizado, sujeito religioso, sujeito brasileiro, sujeito colonizado etc. Em seguida, o estudo considerou, com base em Silva (2014) e em Silva e Pfeiffer (2014), que a cartilha temática, como as da saúde e as ditas antirracistas, desliza da cartilha de alfabetização em uma conjuntura do desenvolvimento da ciência e das tecnologias, como a Internet. No tensionamento entre cartilhas temática e de alfabetização, foi possível compreender que a primeira, assim como a segunda, também constitui posições-sujeito e, no caso das projetadas para a população LGBTQ+ sobre a COVID-19, há uma interpelação para que o leitor tenha responsabilidade sobre a saúde de si e dos outros; que denuncie casos de discriminação e que se informe e compartilhe apenas informações corretas.

Durante a montagem do arquivo (Barbosa Filho, 2022; Pêcheux, [1982] 2014b) da dissertação, deparamo-nos com alguns materiais que divulgam as ideias dos movimentos antirracistas, que despertaram nosso interesse analítico. Em Menezes (2023), ao analisar a cartilha *Direitos humanos e o combate ao racismo*, da Escola do Legislativo de Patos de Minas (2021), discutimos como o saber linguístico, sempre relacionado ao espaço escolar, pode circular fora desse âmbito. Apontamos também a produção massiva de materiais que se debruçam no saber linguístico, incluindo a elaboração de glossários e manuais. A referida cartilha apresenta algumas definições para *raça*, *cor*, *racismo*, *consciência coletiva*, *democracia racial*, *etnia* e outras, além de apresentar uma seção em que orienta o não uso de determinadas expressões consideradas racistas, como *A coisa está preta*, *Da cor do pecado*,

Denegrir, Inveja branca, Mulata e Morena. A análise do material da Escola do Legislativo de Patos de Minas destacou que a fundamentação técnica para definir algumas palavras e designar expressões como racistas é, em geral, o saber linguístico, mas sem mobilizar outros autores, outras obras e outros saberes. Para sustentar um suposto racismo, a cartilha fundamenta-se com base, por exemplo, na sinonímia, na adjetivação, na derivação ou na origem da expressão. Por fim, o gesto analítico realizado em Menezes (2023, p. 212) também indica o modo como a língua é significada: “apontando ora para um efeito de completude, como dicionários, e ora por um efeito de incompletude, que indica a língua como passível de jogo”.

No presente texto, apresentamos mais uma análise. Desta vez, da cartilha da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS), intitulada *O racismo sutil por trás das palavras*, no que tange à discussão de palavras e expressões consideradas racistas e à substituição de uma palavra por outra devido a supostos significados racistas. Veremos que isso produz um funcionamento da cartilha enquanto um *instrumento linguístico*, conceito proposto por Auroux ([1992] 2014) a partir da noção de *gramatização* como “processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (Auroux, [1992] 2014, p. 65, grifos do autor). Dito de outro modo, tais cartilhas descrevem determinados sentidos para determinadas palavras, instrumentalizando o uso delas, apontando quais devem ser utilizadas ou não.

Além disso, a elaboração desses materiais parece produzir uma relação de evidência entre língua, raça e racismo, de maneira que não se constitui como excêntrico afirmar que um enunciado linguístico é racista. Em outras palavras, e com base em Ersnt-Pereira (2009), parece que essa relação **não** produz um *estranhamento*¹.

Vejamos, por exemplo, a introdução da cartilha, onde são textualizadas as seguintes formulações: (a) “Você sabia que diversas expressões presentes no cotidiano dos brasileiros são racistas? É comum escutar, por exemplo, ‘vou dormir cedo que amanhã é dia de branco’ ou ‘olha que mulata bonita’” (SEJUS, 2020, p. 4); e (b) “Não se engane! Podem parecer simples ‘brincadeiras’ ou ‘só jeito de falar’, mas essas palavras são ofensivas e têm origens na época colonial” (SEJUS, 2020, p. 4). Destacamos algumas marcas linguísticas. No

¹ Segundo Ersnt-Pereira (2009, n.p, grifos da autora), o *estranhamento* ocorre quando há “o conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscursivos – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do excêntrico, isto é, daquilo que se situa *fora* do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma *desordem* no enunciado”.

enunciado “a”, chamamos atenção para o verbo *são*, que também comparece no enunciado “b”, considerando que tal verbo pode produzir o efeito de sentido de completude, como se não houvesse possibilidade de as expressões não serem racistas. No enunciado “b”, destacamos a marca *não*, em um funcionamento de um advérbio de negação, pois, na relação com o efeito de completude que o *são* pode produzir, contribui também para a interdição de outros efeitos de sentidos, que não o efeito de um “processo de desqualificação dos negros, que representam a maioria da população brasileira, e reforçam no inconsciente coletivo da sociedade a relação preconceituosa entre negritude e negatividade” (SEJUS, 2020, p. 4).

Segundo a SEJUS, o objetivo do material é “riscar de vez o preconceito do vocabulário” (SEJUS, 2020, p. 4). Em seguida, o texto formula: “A construção de uma sociedade com igualdade e sem discriminação pode começar pelo que você fala!” (SEJUS, 2020, p. 4). Esses dois trechos colocam em cena a relação entre *língua* e *racismo*. É pela língua que o racismo se efetiva, mas é também nela que o racismo pode ser combatido. Nessa posição que entende que há preconceito existente por trás das palavras, a cartilha, então, elenca 27 formulações linguísticas que devem ser evitadas e substituídas, como estas: *feito nas coxas*; *mulata*; *doméstica*; *denegrir* e outras. A seguir, analisamos o verbete *criado mudo*:

Criado mudo

Origem/Sinônimo - Era o escravizado que ficava em pé, ao lado da cama a noite inteira em silêncio, normalmente segurando água e objetos para servir os ‘senhores’.

Substituição - Mesa de cabeceira

criado-mudo: “Pequeno móvel que se coloca junto à cabeceira da cama; mesa de cabeceira” (Fonte: Dicionário Michaelis) (SEJUS, 2020, p. 10).

A formulação em análise é descrita a partir de uma suposta origem ou um suposto sinônimo em que uma pessoa escravizada ficava em pé, ao lado da cama dos “senhores”, em silêncio, segurando objetos para servi-los durante a noite. Isso retoma o que foi tratado em Menezes (2023): apontar uma origem ou um sinônimo são algumas das estratégias desses materiais para sustentar o suposto racismo por trás das palavras. Nesse funcionamento discursivo, esses saberes são mobilizados por um órgão público responsável por promover os direitos da cidadania e justiça da população do Distrito Federal. Não se trata, então, de uma instituição especialista em língua, mas que, mesmo assim, se debruça

em saberes linguísticos ou, como conceitua Ferreira (2020), *saberes linguísticos cotidianos*. A autora trabalha com essa noção ao discutir as tensões constitutivas entre os saberes linguísticos produzidos por especialistas em instituições do saber e aqueles produzidos por não especialistas em qualquer outro lugar, mas que são igualmente atravessadas pelas políticas linguísticas. Isso significa dizer que, embora a SEJUS não seja uma instituição da gramática, da linguística, da literatura etc., a maneira como se instrumentaliza e descreve a formulação *criado mudo* constitui sentidos sobre a língua.

Vale também não subestimar o papel dessas instituições jurídicas e políticas enquanto Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, [1970] 2022), pois o interesse em produzir instrumentos como tais cartilhas não deve ser compreendido como aleatório. É uma evidência que se produz sustentada pela ideologia com o objetivo de constituir os leitores em determinadas posições-sujeito e como uma necessidade apontada por políticas públicas (Menezes, 2024a).

Ao propor a interdição de *criado mudo* por causa de um sentido racista, a cartilha da SEJUS mobiliza a língua como completude, como se as palavras tivessem sentidos literais e sem margem para a polissemia. E, por isso, é necessário substituir uma palavra por outra. Isso põe em jogo uma relação de sentidos: *criado mudo* em relação a uma pessoa escravizada e *criado mudo* como mesa de cabeceira. Uma mesma palavra (*criado mudo*) para distintos sentidos (escravidão e *mesa de cabeceira*). O material ainda cita o dicionário *Michaelis*, outro instrumento linguístico, em que *criado mudo* comparece como *mesa de cabeceira* e não se referindo à escravidão. A nosso ver, isso produz uma contradição discursiva, uma vez que, por um lado, a cartilha funciona indicando a língua como fechada e transparente e, por outro lado, aponta também para o funcionamento polissêmico das palavras. É “um jogo entre língua imaginária e língua fluida” (Menezes, 2023, p. 212). Uma língua homogênea e completa e uma língua “sem regras que aprisionem, língua no acontecimento do significar na relação de homens com homens, sujeitos e sujeitos” (Orlandi, 2013, p. 13).

Desse modo, a análise de *criado mudo* nos faz compreender que o trabalho com a língua deve considerá-la enquanto um elemento que *funciona*, que não é estático. Isso sustenta a ideia de que as palavras não têm sentidos literais, como bem postulou Pêcheux ([1975] 2014a). Entretanto, isso não significa dizer que as palavras podem significar de qualquer modo. Na verdade, os sentidos são produzidos conforme as condições de produção: “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o

sentido é produzido como evidência pelo sujeito” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 238). É diante de certas condições que *criado mudo* pode significar X ou Y, que pode produzir sentidos racistas ou não. Não se trata de um sentido racista em si.

Essa defesa que elaboramos acima não consiste em ignorar os *discursos racializados* (Modesto, 2021) *na língua e sobre a língua*. Uma formulação pode não ser immanentemente racista, mas pode funcionar a partir de um sentido racista logicamente estabilizado, sobretudo porque “a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina” (Modesto, 2021, p. 2). Dito de outro modo, há expressões que circulam de modo mais frequente produzindo sentidos racistas. Parece ser o caso de *preto de alma branca* como “tentativa de elogiar uma pessoa preta fazendo referência à dignidade dela como algo pertencente apenas às pessoas brancas” (SEJUS, 2020, p. 21), o que pode atualizar o modo como, no Brasil, as características dos indivíduos negros foram historicamente tidas para serem amenizadas ou aniquiladas em prevalência das características dos indivíduos brancos, e também atualizar a maneira como esse objetivo foi construído pela mestiçagem (Modesto, 2022).

Temos pensando como essas listas de palavras, que são produzidas de modo massivo, demonstram-se poucos efetivas para um combate ao racismo, pois “[e]vitar o uso de uma palavra para não soar racista, mas manter práticas racistas e escravocratas no dia a dia é um dos grandes paradoxos gerados de um antirracismo que parte da branquitude e a ela serve” (Souza Neto, 2024, p. 22). A proposta de uma *educação linguística antirracista*, nos termos de Souza Neto (2024), aponta que devemos partir menos de práticas reducionistas, como a substituição de uma palavra por outra ou a produção de listas de palavras ditas racistas, e buscar mais repensar todas as nossas abordagens. É preciso estar “sempre armado para identificar e lutar contra as amarras sociais causadas pelo racismo manifestado por meio da língua(gem)” (Souza Neto, 2024, p. 22).

Considerações finais

As reflexões do presente trabalho colaboram para duas questões propostas por Aurox ([1992] 2014, p. 13): “1) sob que formas se constitui, no tempo, o saber linguístico?; 2) como essas formas se criam, evoluem, se transformam ou desaparecem?”. Para dar consequência a isso, ressaltamos a periodização da gramatização do Português no Brasil elaborada por Guimarães (1996). Segundo o autor, é possível definir quatro períodos. O primeiro se inicia desde a colonização, passando pela independência do Brasil, no segundo

período. A fundação da Faculdade de Letras corresponde ao terceiro período, finalizando, o quarto, com os desenvolvimentos teóricos e analíticos após a Linguística ingressar no currículo mínimo dos cursos de Letras. Entretanto, as novas tecnologias de linguagem surgidas e produzidas a partir da Internet e das redes sociais parecem impulsionar as discussões acerca da língua e de suas relações com raça, gênero e classe. Isso põe, a nosso ver, a seguinte questão: mesmo considerando os saberes linguísticos mobilizados por não especialistas da língua, podemos dizer que se trata de um novo período dos estudos do Português, uma vez que tais materiais não deixam de funcionar como instrumentos linguísticos, constituindo o leitor em determinada posição-sujeito e produzindo sentidos?

Por fim, esperamos que essa leitura discursiva coadune com a necessidade de uma tomada de posição antirracista na Análise de Discurso (Cestari, 2017), contribuindo para a verberação da temática racial na articulação entre a Análise de Discurso materialista e a História das Ideias Linguísticas. Além disso, não podemos esquecer da importância de contribuir de modo geral para o debate racial no Brasil. Com Carneiro (2011), aprendemos que, na história do nosso país, as desigualdades raciais foram deixadas de lado, ao passo que a luta de classes era privilegiada. Esse detrimento de uma coisa por outra silenciou “o fato de a raça social e culturalmente construída ser determinante na configuração da estrutura de classes em nosso país” (Carneiro, 2011, p. 18). A autora ainda nos possibilita entender que isso se soma, claro, à problemática do mito da democracia racial e do racismo científico. Esse mito desracializa os brasileiros diante da questão da miscigenação, disseminando a ideia de uma igualdade racial. Ademais, o racismo científico configura a hierarquia racial como natural do ponto de vista biológico. Assim, esperamos que este trabalho, bem como a tese de doutorado em andamento, possa colaborar para luta contra o conceito biológico de raça, reafirmando o caráter político e social do conceito.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. Tradução de: *Idéologie et appareils idéologiques d'État*, 1970.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. Tradução de: *La révolution Technologique de la grammatisation*, 1992.

BARBOSA FILHO, F. R. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 64, n. 0, p. e022007, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8664658>. Acesso em: 4 maio 2025.

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CESTARI, M. J. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise do Discurso. In: ZOPPI FONTANA, M. G.; FERRARI, A. J. (org.). *Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência*. Campinas, SP: Pontes, 2017. v. 2. p. 183-203.

ERNST-PEREIRA, A. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4. *Anais* [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FERREIRA, A. C. Saberes linguísticos cotidianos. *Porto das Letras*, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 324-351, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10399>. Acesso em: 6 jan. 2025.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do Português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

MENEZES, M. Saberes Metalinguísticos em uma Cartilha de Pedagogização Antirracista. *Porto das Letras*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 195-215, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/16964>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MENEZES, M. Divulgação científica e cartilhas digitais: discursos sobre informação. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 27, p. e024005, 2024a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8676414>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MENEZES, M. *Ler cartilhas hoje: sentidos de população LGBTQ+ no funcionamento de uma pedagogização da saúde em relação à pandemia de COVID-19*. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2024b.

MODESTO, R. Os discursos racializados. *Revista da ABRALIN*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 8 jan. 2025.

MODESTO, R. Mulato nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no Brasil. *Revista Eletrônica Interfaces*, Guarapuava, v. 13, n. 3, 2022. Disponível: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7256/5255. Acesso em: 08 jan. 2025.

ORLANDI, E. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a. Tradução de: *Les Vérités de la Palice*, 1975.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b, p. 57- 68. Tradução de: *Lire l'archive aujourd'hui*, 1982.

SEJUS. *O racismo sutil por trás das palavras*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://sisejufe.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Alt-O-racismo-sutil-por-trás-das-palavras-1-1-2.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SILVA, M. V. da. *História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SILVA, M. V. da. As cartilhas na sociedade do conhecimento. *Entremeios: Revista de estudos do discurso*, Pouso Alegre, 2014, n. 8, p. 1-13. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/160.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVA, M. V. da; PFEIFFER, C. C. Pedagogização do espaço urbano. *Revista do Laboratório de Estudos Urbanos - RUA* [online], Campinas, 2014, Edição Especial, p. 87-109. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao_id=6. Acesso em: 25 jun. 2025.

SILVA FONTANA, L. da. *O discurso do colorismo no Brasil: processos de racialização e genderização nos dizeres da identidade nacional e das mídias negras*. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

SOUZA NETO, M. J. Educação linguística antirracista: o que é? In: SILVA, A. Q. da; ROCHA, F. R. L. da (org.). *Racismos e antirracismos no ensino de línguas: práticas pedagógicas e didáticas*. Rio Branco: Edufac, 2024. p. 21-23.

André Cavalcante

Águeda Aparecida da Cruz Borges

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DISCURSIVAS
SOBRE A EDUCAÇÃO [ESCOLAR]
INDÍGENA



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO [ESCOLAR] INDÍGENA

Este trabalho, em seu título, retoma um texto de Eni Orlandi ([1982/1983] 2023), “Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena”, presente no livro **A linguagem e seu funcionamento**, no qual a autora analisa materiais sobre a educação indígena refletindo sobre qual concepção de linguagem orientava tais trabalhos. Acrescentamos o adjetivo “escolar”, por compreendemos, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), que a educação também se dá em outros espaços que não o escolar, como, por exemplo, na família, nas aldeias, de acordo com a organização social de cada povo.

À época da primeira publicação do texto de Orlandi, os documentos sobre essa temática eram esparsos, sendo basicamente, como afirma a autora, **A questão indígena (CPI), Educação Indígena e Alfabetização** (B. Melià, 1979) e poucos documentos de iniciativas privadas, os quais não são analisados na obra.

Eni Orlandi considera, em sua reflexão, que a escola não-indígena apresenta uma série de dificuldades para os povos indígenas e afirma que, para estabelecer qualquer que seja a relação com eles, é preciso ouvi-los. Para a autora ([1983] 2023, p. 103), “[...] seria fundamental, na educação indígena, assumir as diferenças como diferenças e não como desigualdades, isto é, não hierarquizar as diferenças porque a referência para a hierarquização é cultural e nela exercemos nosso etnocentrismo (o nosso ‘mesmo’).” Por fim, a autora propõe, para a educação indígena, o trabalho com o discurso lúdico a partir dos mitos indígenas.

Em resumo, essas são as direções do texto de Orlandi. E, na leitura da nova edição do livro **A linguagem e seu funcionamento** (2023), reencontramos o capítulo que se refere ao texto mencionado, o que nos levou a levantar algumas reflexões sobre a sua atualidade.

Levando em conta a história, a sociedade, a temporalidade, hoje, mais 40 de anos depois, nos propomos a retomar o clássico texto de Orlandi, pensando nos avanços possíveis da chamada educação escolar indígena, especialmente em decorrência das lutas deles próprios e em como esses avanços se inscrevem nos textos que abordam: a educação escolar indígena: a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, das *Diretrizes*

Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, a Lei 11.645/2008, e dos *Referenciais Curriculares Nacionais para Escolas indígenas* (RCNEI). Adiantamos que sobre este último, o RCNEI, Cavalcante (2016, p. 5) analisa que:

[...] mesmo que no referencial haja uma tentativa de apagar as diferenças e a história de dominação sobre os povos indígenas (apagando as contradições inerentes a qualquer discurso), há sempre os não-ditos que representa(ra)m os sentidos de colonização e políticas linguísticas que tornaram a língua portuguesa a língua oficial do Brasil, a ser ensinada nas escolas.

Esse apagamento dos sujeitos-indígenas, a domesticação, é produzido, segundo Orlandi (2008), a partir de três instâncias: a ciência, a política social e a religião. Podemos afirmar, junto com a autora, que essas são formas de violência simbólica, uma vez que:

[...] não é só pela violência física ou verbal que se encontram os meios de se obter a submissão. Há uma violência mais insidiosa e eficaz: a do silêncio. E o poder, além de silenciar, também se exerce acompanhado desse silêncio. Este, por sua vez, numa sociedade como a nossa, se legitima em função do amor à pátria e da crença na responsabilidade do cidadão (Orlandi, 2008, p. 65).

Em meio a essas formas de violentar/silenciar, nos questionamos sobre as formas de silenciar pelo “conhecimento”, tendo como interesse principal refletir sobre mudanças ocorridas no ensino escolar indígena, ao longo desse tempo, e fazer algumas provocações.

É importante dizer que, para o propósito, nos apoiamos no dispositivo de interpretação da Análise do Discurso de base materialista (AD) na interface com estudos sobre a educação indígena, tomando como objeto para reflexão analítica o vídeo “Escola Pankararu: viagem por um território da educação diferenciada¹”, publicado na plataforma do *YouTube* em 2021. É importante saber um pouco sobre o povo Pankararu: eles estão distribuídos em duas aldeias situadas nas Terras Indígenas (TI) pankararu e (TI) Entre-Serras Pankararu. No território, funcionam vinte (20) escolas e um (1) Museu Escola com duzentos (200) professores e três mil estudantes (3000), segundo informações do próprio vídeo a respeito da educação desse povo indígena do sertão de Pernambuco. Do referido vídeo, fizemos alguns recortes de onde extraímos as Sequências Discursivas (SDs) para a análise. A partir dessas SDs, propomos discutir sobre a educação indígena.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wil6fudQuW4>. Acesso em: 2 maio. 2024.

SD1: Na sala de aula, os professores eram muito secos no sentido da especificidade nossa. **Até porque não tinham aquela visão.** Eles eram da FUNAI e estavam aqui para passar **o conteúdo** que eles traziam. Não respeitavam... Quando a gente começa a cantar ou tocar os maracás, elas mandavam parar. **Elas traziam a cultura delas e nós tínhamos que aceitar.**

SD2: Imagine eu que estudei em escola em terras indígenas, mas não escola indígena. [...] Daqui saio para a cidade e **sou escolarizada em escola colonizadora.** [...] vou para uma faculdade não indígena. Tudo do colonizador... eu tenho todo o saber do branco. **E chegando aqui nos temos que desconstruir para sistematizar os saberes do meu povo dentro dessa escola.**

SD3: As prefeituras tratavam nossas escolas como escolas rurais... **que eram uma reprodução da escola da cidade... O Estado nos trata como inimigos.**

Na SD1, o sujeito-indígena discursiviza sua compreensão sobre como era o processo do ensino escolar indígena. **O professor, vindo de outra cultura, tinham uma visão [de mundo] diferente.** Ou seja, eles percebiam a diferença entre o que eram e o que pretendiam que se tornassem, essa percepção, embora silenciosa, pode ser analisada, na atualidade, como uma prática de resistência no movimento que vem se desenvolvendo, já há algum tempo, em prol de uma educação que seja diferenciada, de fato para os povos indígenas, pois a educação que recebiam/ainda recebem, com mudanças notáveis nos últimos tempos e em alguns espaços, é na perspectiva de transmissão de conteúdo não indígena, que consideram estudante como passivo no processo de aprendizagem, uma vez que teria que “aceitar” o conhecimento, a cultura da chamada escola moderna ocidental, ou seja, imposta pelo outro.

Nessa SD, temos o embate entre duas formas de pensar o saber, uma perspectiva colonial que visa à uniformização do conhecimento, apagando as diferenças do sujeito indígena e os conhecimentos dos povos originários, que é silenciado pela Escola. Isso também é colocado na SD2, na qual é afirmado que a escola é colonizadora e o professor indígena tem o papel de sistematizar os saberes, lidando com cosmovisões diferentes.

Em SD3, o sujeito-indígena ainda acrescenta frente a essa posição sobre a educação, que o Estado reproduzia a ideia de que as escolas indígenas eram entendidas como escolas do campo, reproduzindo a escola da cidade. Ademais, para o sujeito-indígena, nessa SD, eles são tratados por inimigos pelo Estado. Assim, o Estado falha (e falhou sempre), na forma de proteger o seu povo.

Ser indígena, então, na conjuntura brasileira é produzir resistência. Noção essa que não se trata de uma ação individual e voluntarista, mas, como define Pêcheux ([1982] 1990, p. 17):

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como se fosse uma estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

Conforme Pêcheux (2009, p. 277), as resistências são possíveis pelas falhas no ritual da interpelação ideológica. Ao pensarmos a relação entre falha e Estado, Orlandi (2012) diz que é pela falha do Estado que outros sentidos podem surgir. E, assim entendemos que, pela falha, os sujeitos-indígenas resistem à uniformização dos sentidos e dos sujeitos pelo Estado.

Houve, sim, um avanço no texto da lei; observemos os princípios da educação indígena- “[...] a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências” (Brasil, 1996). No entanto, o real da história, ou seja, a contradição, se inscreve SDI analisada, em que a prática ignora os saberes indígenas.

Contudo não podemos desconsiderar, por exemplo, a inclusão da Lei 11.645, de 2008, sobre o ensino de cultura e história afrobrasileira e indígena – história, literatura e artes, propostas das licenciaturas indígenas interculturais e outros. Na LDB, se assegura a cultura indígena e [...] “assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Já as diretrizes curriculares para a escola indígena salientam a importância das línguas indígenas, considerando-as como produtoras de conhecimentos. Acrescentando a interculturalidade, o bilinguismo. Sobre a especificidade da educação indígena, Xakriabá (2018, p. 19) reflete que:

Reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico é contribuir para o processo de descolonização de mentes e corpos, desconstruindo esse pensamento equivocado de que nós indígenas não podemos acompanhar as tendências tecnológicas, bem como todas as outras coisas que existem fora do contexto da aldeia, ao mesmo tempo que também nos questionam sobre nossa capacidade de ocupar tais lugares, como ocorre no ambiente acadêmico. Nossos sábios indígenas falam que a escola tem que ser interessante, que a escola do contexto não indígena tem muito o

que aprender com as nossas, porque nós sabemos fazer com que esse espaço seja interessante para os alunos. Ele precisa servir para valorizar as experiências que nós vivemos no território. Por exemplo, quando vamos ensinar física, pegamos um momento em que os meninos estão brincando e treinando arco e flecha, e medimos com eles em que velocidade a flecha irá acertar o alvo. É uma dinâmica que interage com o território: o corpo do aluno interage com o corpo do território.

Diferentemente da proposta de um fazer epistemológico que tem como foco a experiência da educação indígena, como destaca Xakriabá (2018), nossas análises sobre a perspectiva Pankararu apontam para uma forma de pensar a educação para os povos indígenas, como vem sendo orientada, como uma educação indigenista, em que os saberes são passados apartados das condições de produção do que seria necessário para uma educação escolar indígena, pensada com eles, levando em conta as suas especificidades. Os saberes eram tomados como conteúdo a serem passados e aceitos, numa concepção de língua como transmissora de informação.

Ocorre, porém, que os povos indígenas não são passivos e vão criando, nos seus modos de ser, estratégias de manutenção da alteridade. A educação escolar indígena acaba por provocar a reflexão sobre a própria ação pedagógica, pois diante da educação ocidental reconhecem e reafirmam a sua educação e fortalecimento da cultura, se mantendo indígenas. Portanto, como discutem Borges, Munduruku e Albuquerque (2022), é necessária uma escola organizada no ritmo de cada aldeia, e pensada pelo próprio povo e que, de fato, não haja uma decalagem entre a letra da lei e a escola real.

Assim, vale ratificar que o conhecimento escrito não é só um conteúdo, um conjunto de informações, ele é um elemento estruturante e um acontecimento do ser em uma sociedade, nesse caso, capitalista/ de escrita:

A escrita é uma técnica. É preciso dominar essa técnica com perfeição para poder utilizá-la a favor da gente indígena. Técnica não é negação do que se é. Ao contrário, é afirmação de competência. É demonstração de capacidade de transformar a memória em identidade, pois ela reafirma o ser na medida em que precisa adentrar no universo mítico para dar-se a conhecer ao outro (Munduruku, 2018, p. 83).

Um salto da educação escolar indígena para a luta, especificamente, pela demarcação de seus territórios, os povos indígenas vêm se armando com os instrumentos do

colonizador, dito em outras palavras, eles se apropriam da escrita como instrumento de defesa, como forma de resistência contra o Estado e formas de, diríamos, feudos inovados pelo agronegócio, as grandes mineradoras e outros. Assim como a escrita em língua portuguesa, o conhecimento e o uso digital como a *internet* se configuram como espaço de luta e resistência para os sujeitos-indígenas.

Desse modo, pela apropriação da escrita, e mais da escrita na rede (espaço virtual), de parte da cultura não indígena, os povos originários vão demarcando escrevendo sua história de resistência há mais de cinco séculos. E sua reivindicação para o cumprimento da Constituição Federal no que se refere à Educação Escolar Indígena é uma bandeira que não arria.

Final, a Constituição de 1988 foi/é um acontecimento político/histórico², que parecia colocar um fim nesse processo de luta dos povos originários pelos seus territórios, mas, passados 37 anos da sua Promulgação, encontra os povos em movimento para resistirem à morte de toda forma.

Vale registrar os enfrentamentos por que passaram nas décadas de 60 e 70, a um projeto do Estado para integrá-los à sociedade brasileira. Ensinar a Língua Portuguesa pressupunha tornar o indígena um cidadão brasileiro; assim, os povos originários perderiam o direito ao território e, conseqüentemente ao seu modo de vida. Sob o discurso da unidade, iniciou o processo de matrícula dos curumins nas escolas de padres e freiras, para materializar o projeto de integração, proibindo-os de falarem na língua própria e sendo obrigados a falar apenas a língua portuguesa. Ou seja, uma Educação Escolar que se configura numa mudança da formação social e subjetiva a forma sujeito indígena/étnica passaria à forma sujeito social capitalista. Não se contava com a perspicácia desses povos, que fizeram/fazem da língua aprendida à força, um instrumento de luta pelo território, pela cultura e pela ocupação de espaços na sociedade ocidental, sem deixarem de ser o que são.

Vejamos, para pensar em uma formação social, é importante destacar como funciona uma estrutura, ou melhor, uma superestrutura que, para Althusser (1999, p. 44),

² Conceito desenvolvido aqui, a partir dos teóricos Pêcheux ([1983] 2015) e Žižek (2017). Para Pêcheux ([1983] 2015, p. 19), “[...] acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que convoca e que já começa reorganizar”. E, Žižek (2017, p. 8) diz que “Eis um acontecimento em seu estado mais puro e essencial: algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural das coisas discerníveis, uma manifestação destituída de algo sólido como alicerce”. E ainda: “um acontecimento é, assim, o efeito que parece exceder suas causas – e o espaço de um acontecimento – é aquele que é aberto pela brecha que separa o efeito das causas” (Žižek, 2017, p. 9, grifos do autor).

corresponde ao “[...] (Direito, Estado, aparelhos de Estado, Ideologia)’ e “infraestrutura (como Reprodução das Relações de Produção)”. Do modo como vimos, ao sujeito indígena era negada sua formação social “primitiva”, seu modo de vida pela proibição da língua (que é estruturante).

Sabemos que a identidade é um movimento na história (Orlandi, 2006), mas no modo como inicialmente foi pensada a inserção dos povos indígenas na Educação Escolar não foi considerado um espaço para que eles percebessem o processo identitário de um modo politicamente significado. Isso quer dizer que, na perspectiva discursiva, a identidade resulta de processos e estes são da ordem do simbólico, do social e do político, no modo como são praticados na história, com suas causas e consequências.

No entanto, o Art. 232. Da Constituição, declara que “*Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo*” (grifos nossos). Ou melhor: eles são parte legítima para ingressar em juízo em defesa de seus direitos, estes passam por um processo de identificação, de interpelação para a forma sujeito-de-direito, mas existem muitas implicações nesse processo de identificação, uma vez que o sujeito-indígena ainda existe tutela perante a Lei.

As formações sociais dos povos originários são enraizadas em outras cosmovisões que não possuem os mesmos pressupostos das culturas ocidentais. Assim como suas etnias, suas cosmovisões também são múltiplas e variadas e encontram-se em diferentes graus de interpelação pelas condições de produção capitalistas. Para entender melhor a questão, vale ler Davi Kopenawa nas páginas iniciais do livro *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami* (2015):

Os brancos não pensam muito adiante no futuro. Sempre estão preocupados demais com as coisas do momento. É por isso que eu gostaria que eles ouvissem minhas palavras através dos desenhos que você fez delas; para que penetrem em suas mentes. Gostaria que, após tê-las compreendido, dissessem a si mesmos: “Os Yanomami são gente diferente de nós, e no entanto suas palavras são retas e claras. Agora entendemos o que eles pensam. São palavras verdadeiras! A floresta deles é bela e silenciosa. Eles ali foram criados e vivem sem preocupação desde o primeiro tempo. O pensamento deles segue caminhos outros que o da mercadoria. Eles querem viver como lhes apraz. **Seu costume é diferente.** Não tem peles de imagens, mas conhecem os espíritos *xapiri* e seus cantos. Querem **defender** sua terra porque desejam continuar vivendo nela como antigamente. Assim seja! Se eles não a **protegerem**, seus filhos não terão lugar para viver felizes. Vão pensar que a seus pais de fato faltava inteligência, já que só terão

deixado para eles uma terra nua e queimada, impregnada de fumaças de epidemia e cortada por rios de águas sujas!” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 64-65, grifos nossos).

Kopenawa mostra uma perspectiva de sociedade a partir da cosmovisão do povo yanomami que foi interpelado por outra língua, outro tipo de formação social, em que a integração do ser humano com a natureza se dá de forma distinta das sociedades marcadas pelas condições capitalistas. O autor escreve como (aquele que assume a posição de eu no discurso) e se coloca no lugar de um suposto interlocutor não indígena projetando um desejo de que esse entendesse quem é o povo yanomami, caso ouvisse suas palavras. Nessa projeção são produzidos efeitos que diferenciam os dois tipos de sociedades, a sociedade daqueles que vivem em harmonia com as florestas, os indígenas; e a sociedade daqueles que desmatam, que queimam as florestas e poluem os rios, os não indígenas. Queremos dizer com isso que não basta a Educação Escolar Indígena traçar um currículo chamado diferenciado, é preciso que se compreenda as diferentes formações sujeito.

Além de compreender essa distinção, há que se reconhecer ainda outra realidade em relação à *educação indígena*, a de que não há *uma educação indígena*, mas como bem destaca Melià (1979, p. 12) “De fato, existem tantos modelos de educação indígena, quantas culturas”. Ou seja, além de diferenciada nos meios, modos e conteúdos em relação à educação escolar como conhecemos para o público não indígena, ela se diferencia e diversifica entre as diversas culturas indígenas.

É importante lembrar que a luta por uma educação escolar diferenciada vem de meados da década dos anos 70, com os movimentos de organizações indígenas pelo país. Destaca-se o I Encontro Nacional de Trabalho sobre Educação Indígena³, que ocorreu na cidade de São Paulo, de 10 a 15 de dezembro de 1979, sob coordenação da professora Aracy Lopes da Silva. A ocasião reuniu professores indígenas, antropólogos, linguistas, bem como várias entidades ligadas à causa indígena se fizeram presentes para debater, de diferentes perspectivas, a “educação indígena no contexto sócio-político brasileiro”. As reflexões e conclusões oriundas do evento foram posteriormente publicadas na obra *A questão da Educação Indígena*, em 1981. Esse destaque serve para mostrar que a discussão

³ A professora Aracy Lopes da Silva publicou uma apresentação do evento no volume 22, ano 1979, na seção comunicações, da Revista de Antropologia (USP), sob título Encontro de Educação Indígena (p. 157-159). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8405>.

não é de hoje e que existem pessoas, de fato, interessadas em entender e construir uma real Educação Escolar Indígena.

Orlandi (2022, p. 190), na releitura do seu texto de 1999, o qual está no volume 5 da Coleção Escritos, escreve:

Certamente não basta, em termos de materiais didáticos, por exemplo, fazer um livro de leitura com narrativas de guerra indígenas. Isso afeta o “conteúdo” do que se conta, mas não a estrutura da relação. É já um passo, mas não é suficiente. Na verdade é preciso que o Índio compreenda isso tudo não só em relação ao Branco mas em relação a sua própria memória.

Ela sugere que diferentes formas de discurso sejam consideradas nesse sentido, mas pontua que um dos grandes entraves é a descontinuidade no processo de ensino e escolaridade. No caso dos povos indígenas, continua:

[...] trata-se fundamentalmente da descontinuidade entre o que se produz na Escola Indígena em relação ao Sistema Institucional Escolar Geral do país. Tanto em relação a manter-se uma especificidade quanto em relação ao fato do Índio ter a possibilidade de qualificar-se. Ou melhor, de formar-se. E o modo de enfrentar esse desafio é reivindicar a especificidade, mas reivindicar também a possibilidade de ir além da alfabetização inicial (Orlandi, 2022, p. 189).

O que significa, discursivamente, faz sentido na memória, pensando assim, o que significa passa a integrar o mundo da cultura. Sabemos que esse processo não é do nível da consciência, ou seja, não depende de aprendizagem, mas se concebe por filiação de sentidos. Muitos aspectos da cultura não são aprendidos, “sabemos” por filiação.

Se é assim, então, como fazer para desencadear processos de filiação em uma memória outra? É necessário que os sujeitos envolvidos na relação ensino/aprendizagem considerem reconheçam as diferenças e saibam ao menos o funcionamento da língua, que não é apenas gramatical, mas discursivo, para compreender (justamente isso que é filiação e não é consciente) e explorar a materialidade da língua e seus efeitos.

Entendemos que participam da tensão entre línguas, saberes e culturas as imagens ligadas à questão da interdição da língua desde os primeiros contatos, do modo como Payer (2006, p. 11) nos diz: quando se interdita uma língua, a memória também é interdita e esse processo “incide justamente na constituição do sujeito”. Ela afirma: “A língua, em seu

modo específico de inscrição na história e de existência material, pela memória discursiva que a acompanha, é um material inseparável do sujeito que ela constitui” (Payer, 2006, p. 12).

A memória discursiva concerne ao que se inscreve na constituição do sujeito e, assim, sustenta o (in)dizível desse sujeito, pois onde se produz memória produz-se linguagem: uma forma de o sujeito se dizer e dizer o mundo. Isso contribui para dar consistência ao trabalho na perspectiva exposta, e aponta para a necessidade de redizer sobre a questão da imposição de uma língua outra para os povos indígenas historicamente, principalmente como foi no sistema de internatos pelos jesuítas e salesianos com o objetivo da catequese, mas também pelas interferências do Estado no contato, no passado, mas funcionando no presente como pode se conferir nas SDs apresentadas.

No processo formal de escolarização indígena, quem se envolve precisa ter em mente que o objeto de preocupação, tanto das comunidades e organizações indígenas quanto do Ministério da Educação e das Secretarias de Estado e Municipais, por parte de indígenas e não indígenas, tem de visar no investimento de práticas decolonizadoras. A Educação Escolar Indígena precisa superar os modelos de educação que foram/são transportados para as aldeias. Exige-se trabalhar pela construção de uma escola indígena com base na especificidade de cada povo, de cada comunidade, fazendo sair do papel as propostas da chamada educação diferenciada.

Para levar a cabo uma proposta que leve em conta as epistemologias indígenas, necessitaria assumir mudanças profundas alicerçadas pelos poderes e saberes que determinam como é/deve ser a educação escolar.

Por ocasião do VII Seplev, quando a primeira versão deste texto foi comunicada oralmente, o Prof. Flávio Benayon fez um questionamento sobre como pensar essa educação num universo em que há indígenas que se identificam com o discurso da colonização, do agronegócio e, nesse ponto, ampliamos a reflexão como segue.

Para realizar a tão falada “educação diferenciada”, é preciso abrir-se ao atual, e lembrar que um número significativo de indígenas, das mais diversas etnias, não está mais somente nas aldeias, mas na cidade, ou na relação com o mundo urbano, com o outro, com sociedades que têm suas formas próprias de organização, assim como outras sociedades vão sobrevivendo se (re)construindo no conflito, na tensão do inevitável contato, há mais de cinco séculos.

Isso quer dizer que os povos indígenas estão expostos a diferentes saberes, assim como quaisquer sujeitos eles não são imunes à ideologia, o que explica a inscrição de alguns indígenas em posições, inclusive, contrárias a eles próprios. Por exemplo, aqueles que são interpelados pelo discurso do agronegócio, do garimpo, do capital e, certamente, identificando-se com a ideologia dominante, essa realidade dificulta e tarda, ainda mais, o processo de decolonização, mas não impede que ele avance, pois a parte maior dos povos indígenas vêm se organizando nessa direção.

Da nossa parte, já temos o conhecimento de que os saberes indígenas são diversos, e, por vezes, distintos, a depender da etnia. Por ser assim e pelas singularidades, eles não se encaixam em currículos fechados, com tempo cronometrado linearmente e fragmentado em disciplinas, como os da chamada escola moderna. Os currículos nas escolas ocidentais conduzem a um pensar centrado e hierarquizado, com um começo e um fim, ou seja, muito diferente dos modos de vida das sociedades originárias.

Pensando juntos, a partir de experiências vividas pela Prof.^a Águeda, em projetos com povos de várias etnias, é preciso trabalhar em um espaço aberto, um espaço que se organiza sob possibilidades diversas que se abrem para conhecer. Não se pode orientar por uma única vertente do conhecimento, por uma só base epistemológica, o currículo precisa considerar o que se quer saber ou aprender, em outras palavras, depende da pergunta que se faz, do interesse ou problema na relação de ensino aprendizagem. A prática, dessa maneira, se configuraria num outro sistema apontando para um Currículo Aberto. O que geraria um Currículo Aberto na organização da Educação Escolar Indígena, com um público que se inscreve numa outra língua, outra cultura, outra organização social?

O Espaço Aberto é, justamente, porque não está pronto, pois é preciso inventá-lo, criando novos conceitos e experimentando, a partir de uma necessidade, num determinado ambiente. A pesquisa seria a força motriz, cada povo se valeria dessa abertura para se olharem cheios da força crítica, política própria de cada etnia movidos pela liberdade de serem quem são.

Nesse ponto, as narrativas multimodais próprias dos povos indígenas seriam fundamentais para o conhecimento de si mesmos na relação com as bases epistemológicas ocidentais e nas distinções entre cada povo e deles entre nós que se daria uma aprendizagem significativa.

Assim, os estudantes poderiam esperar da escola a possibilidade de estudar as relações, os percursos, as práticas cotidianas do seu mundo e de outros mundos. Perceber, identificar as singularidades, mesmo quando as relações forem de conflito e tensões.

As epistemologias ancestrais do viver e de se entender no mundo (cultura, línguas, religião, medicina...) foram e ainda são massacradas pelo discurso da colonização, fortemente auxiliados pelos missionários, e, por isso, reafirmamos a necessidade de desestabilizar o que é posto como certo, como verdadeiro; é preciso decolonizar.

A educação moderna ocidental, fechada não pode abrigar escolas que queiram levar a sério os sentidos da diferença. É preciso libertar o tempo dos calendários homogêneos, das matrizes curriculares pré-montadas, da fixação do tempo-escola dentro de um ano civil, das formas fixas de organização e progressão das turmas, da fragmentação da educação básica em curso fundamental e médio, dos horários organizados por disciplina, com tempo pré-fixado para cada professor etc.

Há muitas práticas resultadas das lutas e conquistas dos povos indígenas, mas ainda há um caminho árduo a percorrer e, sob o nosso parecer, a produção de materiais escritos por indígenas pode ser o ponto de partida para se experimentar epistemologicamente uma Educação Escolar aberta à decolonização, fazendo uma educação diferenciada do que foi exposto no discurso dos pankararu, como apresentamos neste trabalho.

Referências

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORGES, A. A. da C.; MUNDURUKU, C. S.; ALBUQUERQUE, J. G. de. Alfabetizar na Língua Munduruku: uma prática conjunta de resistência. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 58, p. 203-2017, 2022.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26700. Acesso em: 11 nov. 2016.

CAVALCANTE, A. O sujeito-indígena entre línguas: Análise discursiva do Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI). In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM PRÁTICAS DE LINGUAGEM E ESPAÇO VIRTUAL, 3. 2016, Maceió. *Anais [...]*, Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2016. p. 1-18.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MELIÀ, B. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.

MUNDURUKU, D. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. O reencontro da memória. In: DORRICO, Julie et al. *Literatura indígena brasileira contemporânea*. Criação, crítica e recepção. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 81-84.

ORLANDI, E. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: ORLANDI, E. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 213-234.

ORLANDI, E. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. In: ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, [1982/1983] 2023. p. 95-114.

ORLANDI, E. Identidade Linguística Escolar. In: SIGNORINI, I. *Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

ORLANDI, E. Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade. In: FRAGOSO, E. A.; CAMARGOS, Q. F.; FACUNDES, S. da S. (org.). *Conhecimento, Ensino e Política de Línguas na Amazônia*. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 175-194.

ORLANDI, E. *Terra à vista: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

PAYER, M. O. *Memória da Língua*. Imigração e nacionalidade. São Paulo: Ed. Escuta, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 19, p. 7-24, [1982] jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 2015.

XAKRIABÁ, C. N. C. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

ŽIŽEK, S. *Interrogando o real*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Autêntica Editora, 2017.

Pedro Borges
Anderson Lins

**“PODE UM HOMOSSEXUAL SER UM
COMUNISTA?”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA
DOS SENTIDOS DE HOMOSSEXUALIDADE
EM *CARTA PARA STALIN***



“PODE UM HOMOSSEXUAL SER UM COMUNISTA?”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS SENTIDOS DE HOMOSSEXUALIDADE EM CARTA PARA STALIN

Introdução

O sentido sempre pode ser outro. Esse fundamento sobre a contradição é o que, no âmbito das discussões do Pêcheux ([1982] 1990) a respeito do discurso revolucionário, nos permite compreender uma mesma palavra a partir de suas possibilidades de sentido, e questionar a proposição de uma unidade do sujeito da revolução socialista. Considerando, como nos apresenta Pêcheux ([1982] 1990, p. 15), que o discurso populista trabalha com uma forma pronominal coletiva, o “nós”, e o faz, no entanto, num gesto de divisão que o separa daqueles cuja predicação é elaborada pela traição, buscamos analisar os sentidos de homossexualidade que constituem a carta do homossexual comunista escocês, Harry Whyte (1934), intitulada “Pode um homossexual ser um comunista?”, endereçada ao Josef Stalin. Para tanto, tomamos como suporte teórico-analítico a Análise de Discurso de filiação materialista, com a qual temos a possibilidade de trabalhar na relação entre língua, sujeito, história e ideologia.

Althusser ([1995] 1999, p. 173) nos diz que uma revolução forte consiste em “desapossar a classe dominante do poder de Estado [...] para estabelecer novas relações de produção”, e toma como um exemplo a Revolução socialista russa de 1917, que destituiu o sistema aristocrático e inaugurou um novo funcionamento nos aparelhos de Estado. Esse momento histórico conduziu a União Soviética à abolição das políticas de interdição sexual, em favor da legalização do aborto, do divórcio e da descriminalização da homossexualidade (Buonicore, 2020).

17 anos depois, a gestão de Stalin faria um contraponto ao legado de Lenin, tornando a homossexualidade objeto de penalização do Aparelho jurídico stalinista. Diante da construção de uma relação arbitrária de sentidos entre homossexualidade e fascismo (Frencia; Gaido, 2020), o Comitê Executivo Central da União Soviética apresentou, em março de 1934, uma resolução na qual propôs a atribuição de responsabilização penal por sodomia, proposição que se converteu em lei no mês seguinte.

Para apoiar e justificar tal medida, o artigo “Humanismo proletário” (Gorky, [1934] 1950) foi publicado no *Pravda*, revista oficial da União Soviética, com a mobilização de um

ditado sarcástico que tomava a homossexualidade como produção burguesa e potencial causa de desordem do Estado socialista. “Destrua os homossexuais – o fascismo desaparecerá” (Gorky, [1934] 1950), uma construção sintática que significa o sujeito da prática homossexual como sujeito que atua ativamente em favor da dissolução e do enfraquecimento do proletariado, como se figurasse numa posição antagônica ao proletário na luta de classes.

Pêcheux ([1982] 1990, p. 14, grifos do autor) nos ensina que os revolucionários russos tinham como propósito a revolução mundial, mas “o que adveio de fato foi a imagem do socialismo localizado, contido em um ‘outro mundo’ *pelo* mundo capitalista”. Esse cenário levou à criação de uma fronteira externa, destinada a separar o socialismo da exterioridade capitalista, de riscos de contaminação ideológica, e de uma fronteira interna, voltada à prevenção de fuga e insurgência, para manutenção de uma ordem social que se converte “em uma ordem natural, na qual não há lugar para contradições” (1990 [1982], p. 14), ou seja, uma medida de contenção que toma como objetivo assegurar um “bem comum” do proletariado.

Lagazzi (1998, p. 27), ao refletir sobre as formulações de Calvez (1997) a respeito do poder e seu “aspecto coercitivo [...] como absolutamente positivo”, praticado por um “bem comum”, lança perguntas que precisam ser consideradas neste trabalho: “Como falar em ‘bem comum’ se o ‘bem’ é decidido por alguns e imposto à comunidade? Ou seja, o ‘bem’ é comum não porque emerge de todo o grupo, mas porque é exigido de todos. Além disso, quem decide qual é o ‘bem comum?’” (Lagazzi, 1998, p. 27). Também a respeito do poder, Lagazzi (1988, p. 16) pontua que “o poder político fundamentado pelo jurídico tem como realização o poder coercitivo”. Nessa direção, compreendemos que o funcionamento do poder em um Aparelho repressivo do Estado, como o jurídico, é coercitivo e autoritário, justificando-se pelo “bem comum” e pela proteção do Estado socialista contra a “contaminação ideológica” da burguesia, um poder que, arbitrariamente, seleciona quem punir e quem proteger.

E em confronto a essa arbitrariedade, publica-se a carta intitulada “Pode um homossexual ser um comunista?” (1934). A autoria é assinada por Harry Whyte, um jornalista chefe da equipe editorial do jornal *Moscow Daily News*, que é descrito, também, por si próprio e por outros autores, como um escocês gay e comunista. O texto da carta consiste na apresentação de um questionamento sobre a base teórica da lei que recriminalizava a sodomia na União Soviética, e de uma argumentação sequenciada por

motivos pelos quais essa ação, para o jornalista (1934), não correspondia aos princípios do marxismo-leninismo.

Uma questão que se coloca ao considerar esses três materiais (a resolução — a lei, o artigo e a carta) está em torno das formulações *Muzhelozhstvo*, sodomia e homossexualidade. Na normativa, a prática sexual entre dois homens é nomeada como *muzhelozhstvo*, termo frequentemente traduzido como sodomia. Esse conceito foi introduzido na Rússia pela Antiga Lei Eclesiástica Russa (Shabanov, 2023) e era tratado como um pecado, ou seja, um problema de ordem moral e religiosa. A primeira medida contra a sodomia foi tomada pelo czar Pedro I, em 1706, através de uma regulamentação militar. Com o passar dos anos, as medidas se intensificaram de tal forma que a prática passou a ser punida com morte.

Kakzanova (2019), em seu estudo sobre termos epônimos na linguagem jurídica, aponta que sodomia possuía um termo correspondente próprio, *sodomiya*, cuja origem remonta à passagem bíblica sobre Sodoma e Gomorra. Segundo a Bíblia, essas cidades foram destruídas em razão de seus pecados. Embora as duas formulações apontem para um possível efeito religioso na forma como nomeia a relação sexual entre homens, o retorno de *Muzhelozhstvo*, no âmbito da lei, pode indicar uma ressonância do sistema aristocrata no aparelho jurídico do Estado Socialista Soviético.

Pensamos nessa possível relação porque, como aponta Pêcheux ([1981] 2016, p. 28), "[...] as circulações discursivas nunca são aleatórias". Além disso, consideramos dizer que, para o autor ([1975] 2014, p. 146, grifo do autor), as palavras não possuem um sentido próprio, "'em si mesmo' [...], mas, ao contrário, é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)". Nesse sentido, o aparecimento de um termo em circulação numa formação social aristocrata e não de um outro em uma normativa do Estado socialista stalinista sobre o corpo e o desejo homossexual pode indicar vestígios de um sistema, tendo figurado como oposição direta na revolução leninista enquanto sistema a ser derrubado, lampejando no Aparelho jurídico da URSS.

Gestos de análise

Apresentadas as condições de produção da carta, vamos à primeira Sequência Discursiva (SD) que direciona a nossa reflexão.

SDI: O primeiro psiquiatra de quem busquei ajuda duas vezes com esta questão assegurou-me (depois de verificar isto junto ao Commissariado do Povo para a Justiça) que **se eles são cidadãos honestos ou bons comunistas, seus pacientes podem organizar suas vidas pessoais como melhor lhes pareça**. O camarada Borodin, que disse que ele pessoalmente tinha uma visão negativa da homossexualidade, ao mesmo tempo declarou que me considera como **um comunista bastante bom, que poderia ser de confiança** e que eu poderia levar minha vida pessoal como eu quisesse (Whyte, 1934).

Nessa SD, há um efeito de memória que coloca em disputa duas possibilidades adjetivas do sujeito da homossexualidade: bom e ruim. Esse efeito manifesta-se justamente na condicionalidade que atravessa os enunciados, em que a possibilidade de viver a homossexualidade aparece subordinada ao ser “bom comunista”. Como lembra Courtine (2009), o efeito de memória ocorre quando o já-dito retorna em uma conjuntura discursiva atual, reinscrevendo contradições históricas e produzindo deslocamentos de sentido. No caso em análise, o já-dito que associa a homossexualidade ao desvio é atualizado, de forma que a aceitação do sujeito homossexual só se sustenta a partir de uma adjetivação positiva (“bom comunista”), o que reinscreve, na própria autorização, a marca de uma negatividade histórica. Indursky (2003) aponta que esse processo se constitui no ponto de encontro entre interdiscurso e intradiscurso, em que sentidos anteriores são retomados e se tornam presentes, abrindo espaço não apenas para a repetição, mas também para a ressignificação.

Ao mesmo tempo, esse funcionamento se materializa como efeito de pré-construído, que Pêcheux ([1975] 2014, p. 89, grifo do autor), ao retomar a proposição de P. Henry, aponta como um “efeito discursivo ligado ao encaixe sintático”, uma articulação que “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 89). O enunciado recupera algo dito anteriormente. Trata-se, portanto, de um movimento de retomada e de atualização. Dessa forma, podemos considerar que a relação da oração subordinada adverbial condicional com a oração principal “se eles são cidadãos honestos ou bons comunistas seus pacientes podem organizar suas vidas pessoais”, e que a relação da oração subordinada adjetiva com a frase principal “um comunista bastante bom, que poderia ser de confiança” trazem à tona, sob a forma de pré-construído, as seguintes paráfrases:

- a. Cidadãos honestos podem organizar suas vidas.
- b. Bons comunistas podem organizar suas vidas.
- c. Comunista bom é confiável.

Ou, também, tomando nota da relação que esses recortes estabelecem com o sujeito homossexual, desdobramos essas primeiras paráfrases em

- d. Só cidadãos honestos podem organizar suas vidas.
- e. Só bons comunistas podem organizar suas vidas.
- f. O homossexual pode organizar sua vida desde que seja um cidadão honesto.
- g. O homossexual pode organizar sua vida desde que seja bom comunista.
- h. Só o bom comunista é confiável.
- i. O homossexual só é confiável se for bom comunista.

De outra maneira, é possível dizer que

- j. O homossexual que não for honesto não pode organizar sua vida.
- k. O homossexual que não for bom comunista não pode organizar sua vida.
- l. Se o homossexual não for bom comunista, não é confiável.

Essa dessintagmatização permite chegar a um paradoxo. O homossexual só pode ser confiável se for bom comunista, mas se o Estado soviético o destitui dessa possibilidade de predicação, então como pode o homossexual ser bom comunista, ser honesto, ser confiável e, conseqüentemente, organizar sua vida? A posição psiquiatra significa a liberação homossexual como algo a ser concedido a partir de uma condição: se for bom comunista, se for boa pessoa. Nessa direção, o comunista Borodin, cuja posição inscreve-se como contrária à homossexualidade, aponta que, sendo bom comunista, o homossexual poderia ser de confiança e que, assim, poderia viver sua vida pessoal como quisesse. O verbo condicional no futuro do pretérito indica que ser não é uma condição já estabelecida, mas uma possibilidade, e uma possibilidade é, também, uma incerteza. Além disso, essa concessão é conferida pela relação de trabalho e amizade que possibilitam enxergar o sujeito de outra forma que não apenas como um homossexual. Não é possível que um sujeito seja considerado bom se dele não se conhece a prática. Nesse sentido, a opinião não parece conceder ao sujeito homossexual a liberdade de ser comunista, mas colocar em suspenso uma categórica significação do caráter do Harry, que, *apesar* de ser gay, é um bom comunista.

SD2: Todas estas declarações produziram a impressão de que os órgãos de justiça soviéticos não processam a homossexualidade como tal, apenas **alguns homossexuais** socialmente perigosos. Se este é realmente o caso, então há necessidade de uma lei geral (Whyte, 1934).

A textualidade dessa SD aponta para um gesto de divisão da homossexualidade, que tensiona o equívoco da unidade, como se a homossexualidade se corporificasse em apenas uma forma de ser sujeito, e marca a sua constituição por diferentes formações ideológicas. Configura-se, ao mesmo tempo, como uma reivindicação do reconhecimento de uma posição social que é fragmentada, multifacetada, atravessada por uma série de determinações sociais que se inscrevem na identidade sexual de cada sujeito, posições que são significadas como boas e outras, como socialmente perigosas.

Parece-nos que, aqui, há a tentativa de, por meio do “processo do significante, interpelação-identificação” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 143, grifos do autor), construir uma identidade apartada dessa significação da homossexualidade no socialismo soviético, mas, para tanto, é preciso também reafirmá-la. Ou seja, há uma manutenção desse significado da homossexualidade como um agente perigoso para a sociedade soviética, mas, em contraparte, constrói-se um outro saber: o de que a homossexualidade se divide entre dois tipos: a boa, como daqueles que enunciam de uma posição como a do Harry Whyte; e os outros, daqueles que figuram em posição oposta, depravada, imoral, que funcionam socialmente como um perigo para o proletário. Ele intercede por uma categoria, a “dele”, enquanto condena a outra. Tal funcionamento pode ser indicado na SD que segue, na qual a homossexualidade é categorizada em dois tipos distintos.

SD3: Quando analisamos a natureza da perseguição de homossexuais, devemos ter em mente que **existem dois tipos de homossexuais**: em primeiro lugar, **os que são do jeito desde que nasceram** (além disso, se os cientistas discordam sobre as razões precisas disto, então não há discordância de que existem certas razões profundas); em segundo lugar, **existem homossexuais que tiveram uma vida sexual normal, mas depois se tornaram homossexuais, algumas vezes por maldade, algumas vezes por considerações econômicas** (Whyte, 1934).

Nessa construção, o gesto de divisão de homossexualidade se desdobra na dicotomia de duas clássicas perspectivas sobre o corpo: o essencialismo naturalizante (Lins, 2021) e o porvir. Essa perspectiva essencializante, da homossexualidade como nascida, irrompe no intradiscurso como um efeito de memória científica que, na produção discursiva desse sentido sobre homossexualidade, funciona em vias de legitimidade. Conforme Pêcheux ([1975] 2014, p. 172), “a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes”. Isso significa considerar que a produção de um discurso atravessado por um efeito de memória científica não deixa de ser um discurso

situado em condições histórico-ideológicas específicas, pois a verdade da ciência não é mais que um sistema de interpretação do mundo.

Num contraponto a essa homossexualidade, coloca-se, por meio da relação entre a oração subordinada adjetiva restritiva (existem homossexuais que tiveram uma vida sexual normal, mas depois se tornaram homossexuais) e a locução explicativa (algumas vezes por maldade, algumas vezes por considerações econômicas), a existência de duas homossexualidades numa mesma categoria. Se, como primeira, é estabelecida uma homossexualidade inata, a segunda, que é ocasional, compreende dois processos formativos de subjetividade: um que se forja a partir das condições socioeconômicas e outro que se constitui como uma escolha, significada como maldade. A partir disso, esquematizamos a seguinte ligação:

- a) A homossexualidade inata que, por ser natural, é irreversível;
- b) A homossexualidade ocasional, cuja formação se estabelece em dois processos: i) socioeconômico; e ii) por escolha, por maldade.

Tais formulações se atualizam na SD seguinte, na qual se descrevem os sujeitos da chamada homossexualidade ocasional, bem como os processos que a constituem:

SD4: Para o segundo tipo, a questão se resolve de forma relativamente simples. Pessoas **que se tornam homossexuais em virtude de sua depravação em geral pertencem à burguesia**, vários de cujos membros tomam este caminho de vida **depois de se sentirem saciados com todas as formas de prazer e perversidade que estão disponíveis nas relações sexuais com mulheres**. Entre aqueles que levam esta forma de vida por considerações econômicas, encontramos membros da pequena burguesia, do lumpenproletariado e (por mais estranho que possa parecer) do proletariado. Em consequência da escassez material, particularmente agravada durante períodos de crise, estas pessoas são forçadas temporariamente a se voltar para este método de satisfazer seus impulsos sexuais na medida em que a falta de meios lhes priva da possibilidade de casar ou pelo menos de contratar os serviços de prostitutas. Existem também aqueles que se tornam homossexuais não para satisfazer seus impulsos, mas para ganhar seu sustento através da prostituição. (Whyte, 1934).

Nessa sequência, em primeiro lugar, a oração subordinada adjetiva restritiva (que se tornam homossexuais em virtude de sua depravação) na relação com o predicado verbal (em geral pertencem à burguesia) aponta para uma construção discursiva que estabelece uma ligação entre a homossexualidade ocasional e a burguesia. É interessante pensar que,

nessa construção, mobiliza-se a significação da homossexualidade conforme as normativas sobre a sodomia e as justificativas a seu favor, considerando a homossexualidade como um desvio pequeno-burguês ou uma degeneração burguesa.

No que se segue, a oração subordinada adverbial temporal (depois de se sentirem saciados com todas as formas de prazer e perversidade) marca o tempo para a expressão da homossexualidade. Em alguns casos, isso ocorre depois de ter realizado o que é possível numa vida sexual considerada normal, como um efeito de renúncia ao passado esgotado para o ingresso numa nova e “estranha” forma de viver. E essa renúncia é o que atua no processo de individuação do sujeito pela denúncia e pela delação (Modesto, 2018).

Pêcheux ([1975] 2014, p. 198, grifos do autor) afirma que “todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos [...] em cada prática em que se inscreve”. Essa individuação inscreve o sujeito na responsabilização de uma prática que, aqui, é elaborada como um delito e, portanto, deve ser denunciada. Faz-se necessário, porém, oferecer uma reflexão sobre esse movimento complexo que se instaura a partir da posição-sujeito de onde Whyte enuncia.

Modesto (2018), ao estudar as formas da denúncia, esbarra na necessidade de diferenciá-la da delação. Para ele, ao tempo em que a denúncia é “uma evidência que se constitui a partir de um processo de interpelação, a partir do qual é possível dizer que os sujeitos estão sob a injunção a denunciar” (Modesto, 2018, p. 40), a delação implica uma traição, pois o delator “entrega” um outro sujeito de uma situação da qual também participou. A denúncia é ambivalente, pois, como pontua Modesto (2018, p. 70), “ela divide os sentidos e os sujeitos”. Nessa direção, denunciar (ou não) necessariamente implica uma posição de traição, pois cumprir a sua responsabilidade como um sujeito-de-direito é trair o grupo social na qual a posição-denunciante está inscrita; inversamente, não denunciar é desestabilizar essa individuação como sujeito-de-direito que produz a responsabilidade de agir em favor do Estado jurídico.

A textualidade da carta se constitui no questionamento da base teórica da lei de 1934 que, em uma primeira e descompromissada vista, poderia indicar um movimento revolucionário de reivindicação do partido comunista como um espaço de inclusão do “bom” homossexual. Mas com essa divisão da homossexualidade em dois tipos, em que a ocasional está relacionada à burguesia, indica-se um jogo com os sentidos de homossexualidade produzidos no discurso jurídico do Estado socialista soviético. Na

tentativa de encontrar uma brecha para se preservar dessa normativa, Whyte denuncia a renúncia da heterossexualidade.

Apesar dessa individuação do sujeito-de-direito estar relacionada também a uma identidade homossexual, e é nesse sentido que colocamos a delação, essa homossexualidade cindida é o que confere ao Whyte a possibilidade de não ser “enquadrado” nesse lugar de penalização jurídica. *O Estado quer punir os homossexuais? Então que puna os ocasionais, não os inatos.*

A outra parte do sistema de categorização homossexual inclui os estigmatizados socioeconomicamente. Aqueles que, desprovidos de recursos materiais para constituição da família e, de certo modo, da vida, negociam o valor do próprio corpo. Considerar essa relação da pobreza com a homossexualidade permite dizer que, nessa ocasião, a homossexualidade se estabelece como um efeito de pobreza. Indicamos a seguinte gradação:

I. Capitalismo → pobreza → colapso da família ⇄ incidência homossexual

Essa gradação também assume espessura material nas SDs a seguir:

SD5: A pobreza crescente das massas sob o capitalismo (levando ao colapso da família da classe trabalhadora e **ao aumento da homossexualidade**) (Whyte, 1934).

SD6: A ciência confirma que uma percentagem insignificante da população **sofre de homossexualidade** inata (Whyte, 1934).

SD7: A lei de 7 de março é absurda e injusta do ponto de vista da ciência, que provou **a existência de homossexuais inatos e não tem meios à sua disposição para mudar a natureza sexual dos homossexuais** (Whyte, 1934)

Mobilizamos essas três SD assim, juntas, por considerar que elas trazem à tona, em grande parte, regularidades linguísticas e discursivas (Menezes, 2024) que se sustentam por uma memória do saber médico. Na SD5, já se marca o aumento enquanto forma possível de um dado sobre a incidência homossexual. A forma como se inscreve no intradiscursos apresenta similaridades à forma como o poder de contaminação, de incidência de uma patologia, é publicizado, como se hoje dissesse “o aumento [dos casos] da COVID-19”; “o aumento [dos casos] de Infecção Sexualmente Transmissível”; uma estrutura linguística que, em parte, se repete no “o aumento [dos casos] da homossexualidade”, construções muito próximas às analisadas por Menezes (2024). Essa é uma construção que, de certa forma,

tem estabelecida uma relação de sentido, por exemplo, com o “normal”, que aparece na SD3 como parte de um grupo adjetival que qualifica um substantivo (uma vida sexual normal), porque o “normal”, aqui, pode corresponder a uma expectativa a respeito do sexo. Um “normal” que pode implicar pares oposicionais: normal/anormal, natural/anti-natural, boa/ruim etc.

A SD6 nos interessa porque toda sua construção intradiscursiva parece indicar uma afirmação que, por um efeito de memória, poderia ser mobilizada como uma afirmação de saúde. A população sofre de homossexualidade inata como um efeito de sentido patologizante: i) a homossexualidade é o que causa sofrimento; ii) a homossexualidade causa sofrimento para quem a tem. Uma cadeia significativa que toma a homossexualidade como uma doença, permitindo que construções como “sofre de homossexualidade”, “tem homossexualidade” circulem.

Com a SD7, chegamos a uma regularidade discursiva que, por um efeito de memória, pormenoriza a homossexualidade de tal forma que se formula, com aparente indignação, a impossibilidade de reversão sexual que, nesse caso, parece-nos apontar para um lugar diferente. Acreditamos que a compreensão pode ser viabilizada se indicarmos um efeito de sentido possível pela construção elíptica seguinte: *a ciência provou a existência de homossexuais inatos e [Ø] não tem meios à sua disposição para mudar a natureza sexual dos homossexuais*, que por um acréscimo, poderia ser “a ciência provou a existência de homossexuais inatos e, *infelizmente*, não tem meios à sua disposição para mudar a natureza sexual dos homossexuais”. Justificamos essa ousadia em realizar um acréscimo tão crucial para a atualização do sentido pela disposição que se segue:

Visitei dois psiquiatras em busca de uma resposta à questão de saber se era possível “curar” a homossexualidade talvez você vá achar isto surpreendente. Admito que isto foi oportunismo de minha parte (desta vez, talvez, isto pode ser perdoado), mas fui motivado a fazer isto pelo desejo de encontrar algum tipo de solução para este maldito dilema. E menos ainda quero contradizer a decisão do governo soviético. Eu estava preparado para fazer qualquer coisa somente para evitar a necessidade de me encontrar em contradição com a lei soviética. Dei este passo apesar do fato de não saber se os pesquisadores contemporâneos foram bem-sucedidos em estabelecer a verdadeira natureza da homossexualidade e a possibilidade de converter homossexuais em heterossexuais, isto é, em pessoas que participam do ato sexual somente com membros do sexo oposto. Se essa possibilidade fosse um fato estabelecido, então tudo seria muito mais simples, naturalmente (Whyte, 1934).

Toda essa relação possibilita pensar a posição de Harry como uma posição ainda subalterna, que se inscreve em alguns sentidos mobilizados na lei soviética ao tempo em que reivindica, para um grupo homossexual, sua liberação no partido comunista. "Pode um homossexual ser um comunista?" aponta para uma intercessão sobre a própria existência. É como um pedido para ser: ser gay, ser comunista, ser sujeito. É reconhecer-se como subalterno ao outro. É titubear na tentativa de se dizer para dar lugar ao dizer do outro, aqui pela esperança de que esse dizer seja também outro: um dizer diferente.

Uma perspectiva discursiva compreende que o sujeito, inscrito numa dada formação ideológica, só é capaz de dizer a partir de suas condições de produção, porque "cada história produz um discurso diferente" (Lagazzi, 1988, 25). Soares (2012) já disse que a história da significação da homossexualidade é construída na relação com um outro. Por isso, seria até inadequado esperar um discurso homogêneo, não-contraditório. Seria como lançar um olhar para o material completamente alienado dos processos de produção de sentidos. Consideramos, entretanto, que é sempre preciso questionar, que é sempre preciso desconfiar, e, nesse sentido, subscrevemos Lagazzi (1988, p. 24): "essa necessidade de reconhecimento social dificulta o surgimento do novo, do revolucionário, e assim a ordem vigente se vê assegurada". É preciso tensionar esses sentidos sobre homossexualidade, sobre o corpo, sobre as identificações, mesmo que sejam sentidos (re)produzidos em condições revolucionárias. É preciso sempre perturbar a ordem.

Considerações finais

Diante disso, podemos dizer, então, que há uma articulação complexa entre sentidos de homossexualidade e de classe, que irrompem em uma memória científica. Sentidos que figuram em embate na produção de uma cisão do sujeito homossexual, mas que se entrecruzam no processo de forja de uma posição-sujeito gay e comunista visceralmente contraditória. Nesse sentido, não se trata de uma constituição harmoniosa, mas de um movimento de imbricação, de fricção de sentidos que, no processo, deixa vestígios em diversas instâncias do social.

Essa imbricação possibilita pensar o caráter contraditório das práticas discursivas revolucionárias. E pensar nessas contradições é lançar luz a uma questão de grande relevância para um fazer resistência. É preciso resistir. E é sabido fazê-lo numa posição crítica quanto às lacunas e às falhas da própria história da resistência. Considerar Pêcheux (2014 [1975]) é entender que tensionar a contradição é um caminho para superá-la. Daí a

necessidade de ir até onde e até quem figuram como objeto do esquecimento. *Recuar para resolver, resolver para romper.*

Referências

- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999. Tradução de: *Sur la reproduction*, 1995.
- BUONICORE, A. C. Os marxistas e a homossexualidade. *Portal Grabois: espaço do pensamento marxista e progressista*, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://grabois.org.br/2020/01/27/os-marxistas-e-a-homossexualidade/>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- CALVEZ, J.-Y. *Política. Uma Introdução*. São Paulo: Ática, 1997.
- FRENCIA, C.; GAIDO, D. Marxismo y liberación homosexual: Magnus Hirschfeld, la socialdemocracia alemana de preguerra y el gobierno soviético temprano. In: GAIDO, D.; LUPARELLO, V.; QUIROGA, M. (ed.). *Historia del Socialismo gokiInternacional: ensayos marxistas*. Chile: Ariadna Ediciones, 2020. p. 89-120.
- GORKY, M. Proletarian humanism. In: GORKY, M. *Articles and pamphlets*. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1950. p. 355-365. Texto original de 1934.
- KAKZANOVA, E. M. Predstavlenie terminov-eponimov v iuridicheskikh slovariakh [A apresentação de termos epônimos em dicionários jurídicos]. *Vestnik Kurganskogo Gosudarstvennogo Universiteta*, n. 2. v. 53, p. 31-34, 2019.
- LAGAZZI, S. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1988.
- LAGAZZI, S. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- LINS, A. *Subjetividades em trama, corpos em transe: os mo(vi)mentos de identificação de sujeitos transgêneros no entremeio dos sentidos de feminilidades e masculinidades*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.
- MENEZES, M. *Ler cartilhas hoje: sentidos de população LGBTQ+ no funcionamento de uma pedagogização da saúde em relação à pandemia de COVID-19*. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2024.
- MODESTO, R. “*Você matou meu filho*” e outros gritos: um estudo das formas da denúncia. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 8-24, 1990. Tradução de: *Délimitations, retournements et déplacements*, 1982.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. Tradução de: *Les Vérités de la Palice*, 1975.

PÊCHEUX, M. Abertura do colóquio. In: CONEIN, B; COURTINE, J-J.; GADET, F.; MARANDIN, J-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. p. 23-29. Tradução de: *Matérialités discursives*, 1981.

SHABANOV, N. V. Ugolovnaia otvetstvennost' za sovershenie prestuplenii protiv polovoi svobody i polovoi neprikosновенности v istoricheskom aspekte otechestvennogo ugolovnogo prava [Responsabilidade penal por crimes contra a liberdade e a inviolabilidade sexual no aspecto histórico do direito penal nacional]. *Zhurnal prikladnykh issledovaniï*, p. 79, 2023.

SOARES, A. S. F. Doente e pecador: ecos do século XIX sobre o homossexual na imprensa oficial (1985-2010). In: TASSO, I.; NAVARRO, P. (org.). *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas*. 1. ed. Maringá: Eduem, 2012. p. 111-113.

WHYTE, H. Pode um homossexual ser um comunista?: Carta a Stalin. *Arquivo Marxista na Internet*. 1934. Tradução de Fabiano Leite. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/whyte/1934/05/90.htm>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Ricardo Mattuella
Anderson Lins

**NAS INS/ESTABILIDADES DA
SIGNIFICAÇÃO: A DINÂMICA DOS
SENTIDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE
NA REDE X**



NAS INS/ESTABILIDADES DA SIGNIFICAÇÃO: A DINÂMICA DOS SENTIDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA REDE X

Introdução

A presente proposta tem o objetivo¹ analisar como são tensionadas as relações de sentidos entre língua, gênero e sexualidade no ciberespaço, com ênfase na rede social X. Para isso, nos apoiamos na Análise do Discurso, que compreende o sentido como resultado de posições ideológicas em disputa. Conforme Pêcheux (1995), o sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo de (re)produção dos discursos. Dessa forma, ainda com base no mesmo autor, compreende-se que o sentido não é algo intrínseco às palavras, opondo-se à tradição semântica que pressupõe a existência de uma relação estável entre signos e coisas.

A linguagem digital presente no ciberespaço corresponde a diversas transformações na maneira como os sujeitos interagem e se identificam. A identificação do sujeito com a língua, de acordo com Payer (2014), vai muito além de um processo individual, pois inclui o coletivo, a partir das relações com diferentes formas linguísticas. Nesse sentido, no ciberespaço, essa identificação alcança novas dimensões, permitindo interações que ultrapassam as limitações de espaço e tempo, além de proporcionar maiores conexões sociais.

O ciberespaço é definido por Pierre Lévy (2010) como um espaço de comunicação e interação global que facilita a circulação de informações e a interconexão entre usuários da web, proporcionando múltiplas oportunidades de atualização. Ademais, a rede digital engloba diferentes formas de linguagem, possibilitando um ambiente dinâmico e em constantes transformações, de acordo com o algoritmo e preferências do usuário. Essas transformações na linguagem, segundo Orlandi (2012), ocorrem desde a época dos copistas da Idade Média até a sua expansão com as novas tecnologias.

¹ Com esse propósito, apresentamos um recorte da pesquisa iniciada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e atualmente em fase de desenvolvimento na dissertação de mestrado. Em virtude da limitação de espaço, serão apresentadas duas postagens e escolhida uma única expressão para a análise detalhada: a expressão “fecho”.

Levando em conta a linguagem, mais precisamente da escrita e suas transformações, Orlandi (2012, p. 70) destaca:

Em diferentes momentos da história há rupturas que reorganizam o trabalho intelectual, a relação entre os homens e suas práticas sociais, os seus modos de vida. Na Idade Média, os copistas são um desses momentos, depois a imprensa é outro. E dando grandes saltos, como estamos dando, podemos dizer que as novas tecnologias de linguagem, ou seja, o discurso eletrônico e a mídia, são outro.

De acordo com a autora, a história permite visualizar as transformações em relação à utilização da linguagem desde os copistas até os usuários do ciberespaço e como elas continuam em evidência e como adaptaram-se ao contexto atual.

A rede social X é uma esfera digital que possibilita o aparecimento de outras formas de linguagens, como memes e gírias, o que pode permitir o deslocamento de outros sentidos que não apenas são caracterizados pelo sentido convencional a determinados termos linguísticos. O X desfruta de ampla popularidade entre os jovens, o que pode ser atribuído à sua capacidade de permitir interação ilimitada entre indivíduos distintos, incluindo figuras públicas. O ambiente virtual oferecido pela plataforma apresenta uma série de vantagens atrativas para esses usuários, proporcionando um espaço de interação “livre” e possível a respeito de diversos tópicos.

O X é um lócus muito interessante para compreendermos que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não está “em si mesmo”, mas, pelo contrário, como diz Pêcheux (1995 p. 160), “[...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Assim, podemos pensar a (re)produção de um discurso a partir de uma determinada posição-sujeito, que é o resultado, ainda que momentâneo, do processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos que só dizem e só significam porque se inscrevem a filiações de sentidos, às formações discursivas.

Em outras palavras, o sujeito não domina o sentido que produz, pois ele emerge das condições de produção e dos cruzamentos ideológicos que constituem as posições-sujeito. Conforme Orlandi (1999), é a interpelação ideológica que possibilita o dizer, de modo que a simbolização do real e a circulação de sentidos no ciberespaço e, mais especificamente, na rede social X, são ideologicamente determinadas. Tal perspectiva desafia a noção de que as palavras carregam sentidos fixos, estáveis e universais.

Ao se considerar as relações entre língua, gênero e sexualidade, nas condições de produção do ciberespaço, compreende-se que a identificação do sujeito em relação à linguagem virtual possibilita a inclusão de novos percursos de significação em sua interlocução social. Desse modo, o funcionamento dos sentidos analisados na rede social X nos diz que palavras e expressões disputam (re)atualização de processos de significação.

As análises serão realizadas com base em postagens feitas pelos próprios usuários, bem como em conteúdos preexistentes que são retomados por meio de ferramentas específicas da plataforma. Na rede social X, por exemplo, os usuários dispõem de diversas funcionalidades, como a possibilidade de criar postagens utilizando textos, imagens, vídeos entre outros recursos. Uma dessas funcionalidades é a repostagem, que permite ao internauta compartilhar uma publicação já existente, conferindo-lhe uma nova roupagem, seja por meio de comentários adicionais, imagens ou outras mídias. Esse gesto, no entanto, não ocorre de forma aleatória, ele permite um processo de identificação do usuário com o conteúdo compartilhado, indicando que há, ali, algum ponto de convergência ou de identificação entre a postagem e a experiência ou posição discursiva de quem a reposta.

Com vistas a explorar essas dinâmicas da significação, iremos mobilizar os conceitos de paráfrase e polissemia, o *mesmo* e o *diferente* (Orlandi, 1998). Para tanto, recorreremos aos conceitos da paráfrase e polissemia (*o mesmo* e *o diferente*) para analisar esse lugar movente e instável da significação. Os processos parafrásticos são aqueles em que sempre há algo que se mantém, ou seja, o dizível, a memória (Orlandi, 1999). Na paráfrase, é possível formular de diversas formas o dizer sedimentado, ao mesmo tempo que resgata uma estabilização. A polissemia, por sua vez, vai além do mesmo², é onde os deslocamentos de sentidos são entendidos a partir do rompimento de processos de significação. A partir dessas ferramentas teóricas, buscaremos compreender como outros processos de significação emergem na e com a expressão “fecho” a partir de duas materialidades da mencionada rede X.

O fecho dissidente: um gesto de análise

A partir do reconhecimento de que os sentidos das palavras não são fixos ou universais, mas instáveis e moventes, ao nos depararmos com a expressão “fecho” na rede social X, surge uma inquietação que nos leva a investigar como esses sentidos são

² Não reproduz uma estabilização de sentido único.

mobilizados, pois, ao mesmo tempo em que causa estranheza, também gera curiosidade. Tais expressões são recorrentes em postagens que relacionam questões de gênero e sexualidade, seja por nomes de usuários que fazem referência a divas pop, por temáticas e termos específicos, seja pelo uso recorrente de memes e imagens de figuras pertencentes à comunidade LGBTQPIAN+³.

A seleção do primeiro material, contendo a expressão “fecho”, tem como condições de produção o show de Madonna no Brasil⁴, que se tornou um dos temas mais discutidos por várias semanas e gerou inúmeras postagens utilizando essa (fecho) e outras expressões na rede social X.

A premissa de que os sentidos são instáveis e moventes suscita o questionamento da noção de um sentido intrínseco nas/das palavras, especialmente, se considerarmos os seus usos nas condições de produção do ciberespaço. O processo de interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos possibilita pensar que o sentido é construído por meio de atravessamentos ideológicos. Nesse movimento, ao significarem, os sujeitos também se constituem enquanto tais. Defendemos que é possível que as palavras “mudem de sentido”, deslizem, resvalam para outras significações, a partir do movimento de identificação dos sujeitos com determinados sentidos e não com outros, o que conflagra o próprio da significação e, nesse mesmo gesto, demarca os contornos provisórios das posições-sujeitos e das formações discursivas⁵.

Na postagem, a seguir, realizada no dia 09/05/2024, às 11:45, o usuário @kathyblom discorre sobre uma situação vivenciada por ele e outros sujeitos, destacando o uso de “em várias heteras” no contexto de uma academia. A forma com a qual o sujeito refere-se às

³ Segundo Lins (2021, p. 52), “[...] O vasto contingente populacional aglutinado politicamente sobre a sigla LGBT diz respeito a sujeitos que borram fronteiras e convenções socioideológicas em relação ao gênero e à sexualidade. Há outros acrônimos para denominar essa população, que, como eu disse, corresponde a Lésbicas, Gays, Bissexuais (relacionada, mais especificamente, ao campo do desejo, da atração sexo-afetiva) e Transgêneros (que alude à identificação-performatização de gênero). A pluralidade de siglas, a meu ver, está atrelada ao fato de que algumas identificações gênero-divergentes não se sentem visibilizadas e representadas pelas pautas LGB no que se refere às suas demandas político-subjetivas”.

⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/05/05/fez-o-rio-vibrar-megashow-de-madonnaem-copacabana-repercutiu-na-imprensa-internacional.gh.html>. Acesso em: 31 maio 2024.

⁵ De acordo com Pêcheux (1995, p. 160), [...] “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”.

“heteras” brinca com a subversão das normas de gênero e dos padrões estabelecidos socialmente. Existe aí uma outra forma de significar a heterossexualidade, não como uma forma de travar uma guerra com esses, mas, sim, de contrapor às “heteras”, ou seja, héteros conservadores.

Figura I – O fecho nas heteras



Fonte: <https://x.com/katyblom/status/1788580300655657412>

Além do que pontuamos acima, compreendemos que, ao dizer o fecho das héteras, há uma forma de ironizar que utiliza uma linguagem recorrente na comunidade LGBTQIAPN+ para criticar, satirizar e se afastar da masculinidade cristalizada pela cisnormatividade. Nesse funcionamento, é possível analisar um movimento de interpelação ideológica (Althusser, 1985; Pêcheux, 1995) em que o sujeito enunciator, ao dizer “dei o fecho nas heteras”, se constitui discursivamente como alguém que se opõe à sociedade cisgeneridade e da heterossexualidade. Esse enunciado não apenas responde à interpelação que o posiciona como sujeito dissidente, mas também produz uma interpelação na qual assume uma posição de resistência e subversão.

Além disso, é uma forma de ironizar, utilizando uma linguagem própria da comunidade LGBTQIAPN+ para criticar e satirizar as normas da cis-heteronormativa. O descontentamento por parte do usuário foi motivado pelas críticas perante o show da Madonna, que celebrava o último show da 'Celebration Tour', comemoração de seus 40 anos de carreira no Rio de Janeiro. As críticas ao show da cantora repercutiram nas redes

sociais e na mídia⁶, sendo principalmente ecoadas por grupos conservadores e grupos religiosos que se opõem à forma de expressão artística da cantora.

Essas críticas em relação à Madonna advêm das suas lutas pautadas em favor de membros da dessa comunidade, da liberdade sexual feminina, além de críticas contra o conservadorismo religioso. No show da cantora, ocorrerem diversas performances que tangenciam essa liberdade dos corpos femininos, seja ele um corpo cisgênero ou transgênero, e para demais membros da comunidade, como encenação de masturbação, pessoas *queer* exibindo seus corpos livremente e beijo entre pessoas LGBTQIAPN+.

Enquanto para determinados segmentos identificados na própria circulação discursiva como “heteras”, o espetáculo foi associado a sentidos depreciativos, sendo interpretado como motivo de “vergonha”, expressão de que seria o “Brasil sinônimo de putaria” ou mesmo como a consagração de uma “rainha do inferno”. Para outros, o show da Madonna é adjetivado como “aclamadíssimo”, ao passo que a artista é entronada como “queen”. Essa aproximação e aclamação por parte do público reforçam o papel de importância que a cantora desempenhou na vida dessas pessoas ao longo de sua trajetória artística, reconhecendo-a como uma representante da defesa das minorias. Essa valorização se materializa, entre outros aspectos realizados durante a apresentação, como enaltecer figuras nacionais e internacionais que foram vítimas do HIV/AIDS, reforçando a aproximação da cantora a pautas historicamente marginalizadas e sua relevância simbólica para esses grupos.

A imagem utilizada na postagem é da cantora Camila Cabello posando em um evento de premiação. Ao imbricar a imagem com o enunciado, entendemos que há aí uma construção no sentido de “fecho”, pois a cantora está muito bem vestida, desfilando e posando para os paparazzis. Dessa forma, Camilla está “arrasando”, “lacrando”, unindo aos sentidos de “fecho” trazido pelo enunciado que veremos mais adiante.

Analisando sintaticamente a Sequência Discursiva (SD) I, “Bom dia, hoje muito cedo dei o fecho em várias heteras da academia que estavam falando mal do show aclamadíssimo da nossa queen madona”, é possível dizer que o sujeito da oração é elíptico, e pode ser identificado como “eu”, evidenciado pelo verbo “dei”, que está na primeira pessoa do singular. O objeto direto da oração é “o fecho”, que é o ato realizado pelo verbo de ação

⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/05/09/deputado-pastor-criticashow-de-madonna-e-quer-proibir-simulacao-de-sexo-em-eventos.htm>. Acesso em: 31 maio 2024.

“dei”. No entanto, diante desse enunciado, nos perguntamos: quais sentidos estão emergindo no e com o “fecho”?

Realizando uma busca em um dicionário⁷ *on-line* a respeito da significação da palavra “fecho”, temos o seguinte resultado: Fecho, substantivo masculino; qualquer objeto com que se fecha alguma coisa; trinco metálico que fecha algo; ferrolho, aldrava; [figurado] parte que finaliza alguma coisa; remate, fim, acabamento.

Partindo do pressuposto de um sentido mais “estabilizado”, utilizando como parâmetro o único sentido exemplificado pelo dicionário acima, a leitura do enunciado na Figura 1 e a produção de sentido pode variar a partir das condições de produção e a posição-sujeito que faz essa leitura. A AD propõe que um sentido não está intrinsecamente estabelecido no signo linguístico em si, por si, ou seja, ensimesmado. Pêcheux, a esse respeito, pondera que o sentido “[...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões, proposições, são produzidas [...] as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Pêcheux, 1995, p. 160). Também, para esse autor, são indispensáveis as condições de produção desse enunciado, pois “[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre ela mesma, mas é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...]” (Pêcheux, 1990, p. 79).

Isto posto, os sentidos em relação a expressão “fecho” podem estar dentro e fora dos sentidos convencionados, legitimados pelo dicionário. Há aí um estranhamento (estranhamento como diferente do dicionário) que, apesar disso, “[...] incide na cadeia significativa, marcando uma desordem no enunciado. Aqui se dá o efeito de pré-construído [...] rompendo (ou não) a estrutura linear do enunciado”. Além disso, o estranhamento dispõe “[...] características como a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado” (Ernst, 2009, p. 5).

Na utilização da expressão “fecho”, nas condições de produção analisadas, compreende-se a disputa entre dois sujeitos inseridos em formações discursivas distintas, o que permite pensar uma tensão entre duas posições divergentes. De um lado, há um sujeito que emprega a expressão a partir de determinadas condições de produção, significando e interpretando o show da Madonna tendo como ponto de partida um lugar de identificação

⁷ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fecho/>. Acesso em: 9 jun. 2024.

com a cantora e seus posicionamentos; de outro, um sujeito que significa a partir de outro processo de identificação opondo-se à artista e ao que ela representa. Sendo assim, uma oposição direta entre sentidos atribuídos ao espetáculo, que rompe com a previsibilidade e a estabilização do sentido em relação a palavra. Nesse processo, a polissemia, conforme concebida por Orlandi (1999) e aqui mobilizada à luz das condições de produção do ciberespaço, permite a emergência de novos sentidos, os quais serão exemplificados adiante por meio de paráfrases.

Seguindo as reflexões da autora, a concepção de condições de produção é compreendida em dois sentidos: o sentido estrito e o amplo. O primeiro corresponde ao contexto imediato, como o sujeito da enunciação, o local, quando enunciou; o segundo corresponde às condições histórico-ideológicas de formulação do enunciado. É justamente nesse segundo que existe a possibilidade maior de compreender as filiações de sentidos a determinadas formações discursivas em que se inscrevem esses sujeitos LGBTQIAPN+, usuários da rede social X, que utilizam a expressão “fecho”. O funcionamento do sentido de “fecho” também é possível porque aciona uma memória discursiva (Pêcheux, 2008; Orlandi, 1999), que sustenta o já-dito em circulação nas práticas linguísticas da comunidade LGBTQIAPN+. Dessa forma, os sentidos não emergem de forma isolada, mas se ancoram em um interdiscurso que atravessa práticas de resistência e subversão das normas de gênero.

Madonna rompe com as posições impossíveis e restritas às mulheres, pois não a configura como o Outro do desejo masculino. Entendemos, então, que está em curso um embate de duas posições-sujeito, ainda que não explicitamente manifestadas em duas enunciações distintas. Entretanto, tal conflito irrompe na SDI tangenciando duas posição-sujeito, sendo uma identificada como heterossexual a partir da menção da palavra “hetera”, enquanto outra, que, pela maneira que se filia à Madonna e ao vocabulário empregado, sugere representar um sujeito não-heterossexual, considerando-se a menção ao “fecho dado nas heteras”. Assim, emergem de acordo com aquele que está atribuindo sentido e a partir de uma historicidade.

Nesse ponto, é interessante observar como a SD “dei um fecho nas heteras” mobiliza sentidos diversos, articulando-se com o próprio funcionamento linguístico que fricciona paráfrase e polissemia. Como afirma Orlandi (1999), a paráfrase não é apenas uma repetição modificada do mesmo, mas uma atualização do dizer que mantém e, ao mesmo tempo, modifica. Desse modo, as construções parafrásticas que serão apresentadas a seguir não são apenas versões subjetivas de interpretação, mas as formas possíveis como o

enunciado se reconfigura em distintas posições-sujeito e relação com o interdiscurso. A partir da SD I realizaremos algumas paráfrases discursivas para os possíveis sentidos que emergem da expressão “fecho”:

SDI: “[...] dei o fecho nas heteras da academia [...].”

P1: “Sou contra o posicionamento deles, logo os recriminei.”

P2: “Repreendi à altura aqueles que falavam mal da Madonna.”

P3: “Dei um fim ao falatório a respeito do show da Madonna.”

P4: “Dei um cala-boca e coloquei as heteras no lugar delas.”

P5: “Eu, como membro da comunidade LGBTQPIAN+, contrário às ofensas ditas por héteros conservadores, me opus em defesa da Madonna.”

Acima, dentro do processo parafrástico realizado, há um processo de ruptura de outros sentidos arregimentados pelo signo “fecho”, distanciando-se, assim, da significação “estabilizada” e legitimada pelo instrumento linguístico dicionário e da ideia de sentidos universais. O “fecho”, ao ser dito por um sujeito que assume, nesse dizer, uma posição-sujeito inscrita numa formação discursiva da diversidade, revela processos de deslizamento de sentidos. Podemos identificar pelas paráfrases que a polissemia está em curso, uma vez que o sentido de *fecho* pode ser relacionado a outras perspectivas: recriminar, repreender, se opor. Da mesma forma, a paráfrase também parece estar em curso, já que a expressão “dei um fim” remete, de certo modo, a uma das acepções do sentido dicionarizado. Estamos, portanto, diante de um processo que tensiona processos parafrásticos e polissêmicos em que os sentidos não só se repetem, mas se replicam e se deslocam.

Vejamos o segundo material analisado:

Figura 2 – O fecho da presidenta



Fonte: https://x.com/_felipeszn/status/1729809803713675421

No dia 30 de abril de 2024, a usuária @karinavocalista fez uma repostagem que utilizava um clipe musical da cantora Madison Beer. Nesse clipe, Madison Beer faz referências ao filme “Garota infernal”, lançado em 2009. A imagem é o estático retirado de um trecho do clipe, além de retratar a cantora que está parafraseando uma personagem feminina chamada “Jennifer Check” que simboliza empoderamento, sensualidade e poder. Ademais, é estabelecida uma conexão em que o recorte verbal faz menção à Erika Hilton, primeira Deputada Federal negra e travesti eleita no Brasil. É importante pontuar a performance popularizada da Erika Hilton dentro da política, em algumas entrevistas, a deputada já afirmou que sua performance enquanto diva pop e política não estão distantes.

Essas são as condições de produção em que esse material emerge, no entanto, essa relação não se limita à intertextualidade, mas se estende ao campo da discursividade. Orlandi (1999, p. 31) aborda o conceito de memória discursiva⁸ que retoma o já dito que está na base do dizível. Além disso, afirma que “[...] o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

A partir dessa concepção, é possível identificar um funcionamento regular presente em algumas leituras de (re)postagens, as quais nem todo usuário da rede social X, ao depararem com esses materiais, entendem da mesma maneira. Nesse contexto, a memória discursiva atua de forma incisiva, pois exige que o sujeito, a partir de determinadas condições de produção, recupere questões relacionadas à repostagem, ao clipe musical, ao filme “Garota Infernal” e à figura de Erika Hilton, aqui significada como mulher ousada. Dessa forma, o “fecho” também se relaciona com os sentidos possíveis de arrasar, lacrar, de ser forte, de ser empoderada, destemida, ousada. Na SD 2 “e quando a gente se juntar para colocar a Erika Hilton na presidência o fecho que vai ser”, podemos considerar que esse “fecho” poderia indicar “grande acontecimento”, haja vista que se trata de imaginar o evento de uma presidenta travesti negra eleita no Brasil.

Com base nessa análise, é possível compreender um processo de regularização de sentidos, a partir dessas materialidades analisadas, no que diz respeito a: arrasar, lacrar, ser forte, marcando a instauração de um processo polissêmico dessas expressões, se distanciando da ideia de “fecho” propostas pelos sentidos dicionarizados aqui considerados. Esses sentidos não emergem de forma isolada, mas se inscrevem em uma formação

⁸ De acordo com Orlandi (1999, p. 31), a memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra [...]. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes [...]”.

discursiva pautada por práticas de resistência e afirmação da diversidade sexual e de gênero. A utilização de Erika Hilton como figura política reforça a posição-sujeito que articula o “fecho” com sentidos de potência, ruptura e orgulho coletivo da diversidade sexo-gendrada.

Ao analisar a estrutura sintática da SD “e quando a gente se juntar para colocar Erika Hilton na presidência o fecho que vai ser”, duas questões chamam a atenção, ambas identificadas no nível do intradiscurso. A primeira delas é a identidade desse “a gente” presente no discurso. Compreendemos que está em jogo a relação do dito e o não dito, dizer é não dizer, pois, conforme explicitado por Orlandi (1999, p. 82), “[...] de todo modo, sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda margem de não-ditos que também significam”. Essas reflexões indicam que nem tudo está dito, mas muito está inscrito e pode ser recuperado a partir das condições de produção, dos vestígios linguístico-discursivos, seja pelo escrito e/ou pelo inscrito, uma vez que nem tudo está verbalizado. Isso nos permite compreender que os funcionamentos de sentidos estão inseridos nessa imbricação entre o dito e o não dito. Ao analisar os possíveis sentidos de “a gente”, somos remetidos à própria comunidade LGBTQIAPN+, defendida por Erika Hilton, que é vista como uma figura que representa e ampara essa comunidade, além das descrições acerca do verbal e o não verbal mencionadas da postagem.

O pronome “a gente” remete a uma posição-sujeito construída discursivamente nas condições de produção desta postagem: trata-se de um sujeito coletivo vinculado à formação discursiva da diversidade, que reconhece em Erika Hilton uma representante política e simbólica. Essa posição não é fixa, mas é constituída no embate com outras posições (como a cis-heteronormativa), revelando os efeitos ideológicos que atravessam o enunciado.

A segunda questão diz respeito ao emprego da conjunção aditiva “e” no início da frase, recurso que, embora comum na linguagem oral e em práticas discursivas digitais, assume aqui uma função discursiva específica: a de sugerir continuidade e pertencimento a um enunciado anterior. Esse tipo de retomada pode ocorrer de outras formas, como pelos pronomes anafóricos, os deícticos ou outras estruturas coesivas. Contudo, o “e” em destaque produz um efeito pré-construído, conforme aponta Ernst (2009), ao remeter a um discurso anterior não explicitamente presente no texto, mas acessado pela memória discursiva sustentadora dos sentidos e pela relação interdiscursiva. Esse movimento de retomada nos conduz ao estranhamento, que “[...] possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado” (Ernst, 2009, p. 5). O uso do “e”, nesse contexto, não só remete ao “a gente”, possivelmente, a

comunidade LGBTQIAPN+ que Erika Hilton representa, como também convoca essa coletividade para um gesto político de pertencimento e projeção de futuro.

Isso se manifesta também na expressão “nossa queen”, presente no fecho discursivo das “heteras”, que reforça essa identidade compartilhada e mobilização simbólica de um “nós”. Assim, o “e” pode ser interpretado como índice de uma memória discursiva coletiva, que sustenta um pensamento de “se nós já conseguimos fazer dela a nossa Deputada Federal, quando a colocarmos no mais alto cargo de poder do Executivo Federal, vamos fechar, representar ou até mesmo mudar a história”.

Um fecho que não fecha: sentidos que não se encerram

Embora esteja sendo apresentado apenas um recorte neste momento, a discussão teórico-analítica mobilizada, possibilitou analisar como a expressão “fecho” significa e fricciona um suposto processo de (des)estabilização dos sentidos de gênero e sexualidade por ela arregimentado. Além disso, as discussões teóricas e os resultados das análises permitiram compreender que os processos parafrásticos e polissêmicos dessa expressão permanecem ensejando os efeitos do mesmo (paráfrase), ou seja, mantendo a estabilização no processo de significação, assim como e, sobretudo, do diferente (polissemia), rompendo com a continuidade. Os sentidos que emergem nas expressões analisadas não são frutos do acaso, nem de escolhas livres dos sujeitos, mas de processos discursivos profundamente atravessados pela ideologia, pela memória e pelos embates sociais e históricos. Nesse jogo entre a reprodução do mesmo e o surgimento do diferente, o ciberespaço se revela como um território discursivo onde os sujeitos LGBTQIAPN+ constroem, disputam e (re)inscrevem sentidos, subvertendo as normatividades e operando contra as interpelações que buscam fixar seus corpos e seus desejos em lugares de subalternidade.

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ERNST, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre. *Anais* [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 1-13. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.

LINS, A. *Subjetividades em trama, corpos em transe: os mo(vi)mentos de identificação de sujeitos transgêneros no entremeio dos sentidos de feminilidades e masculinidades*. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

ORLANDI, E. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. *Rua*, Campinas, n. 4, p. 9-19, mar. 1998.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PAYER, M. O. Des-atando laços das identificações entre sujeito(s) e língua(s). In: ORLANDI, E. P. (org). *Linguagem, sociedade, políticas*. Campinas, SP: RG, 2014. p. 91- 104.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

Kaya Araújo Pereira

A ANTECIPAÇÃO DA REAÇÃO DO ESPECTADOR À TRANSFEMINILIDADE PELO DISCURSO MIDIÁTICO



A ANTECIPAÇÃO DA REAÇÃO DO ESPECTADOR À TRANSFEMINILIDADE PELO DISCURSO MIDIÁTICO

Introdução

Tem-se lido as reportagens sobre as travestis profissionais do sexo na década de 1980 (e até as mais atuais participações de sujeitos transgêneros na televisão) como uma oportunidade de voz para um grupo oprimido, mas também como a manutenção de um estereótipo pejorativo do grupo¹. Ao analista do discurso, cabe questionar certas evidências: como indivíduos, ao serem entrevistados e/ou participarem de programas de televisão, têm sido interpelados como sujeitas transfemininas? Como tais sujeitas têm sido significadas como noticiáveis a certo espectador, tendo em vista a busca da mídia por audiência? Como o indivíduo tem se posicionado como espectador, em diferentes conjunturas históricas?

A partir da Análise do Discurso materialista (Pêcheux, [1969] 1995a; Orlandi, 2016, entre outros), este artigo busca compreender especialmente a questão do espectador. Para isso, apresentam-se aqui a fundamentação teórica e, em seguida, o *corpus* discursivo e sua análise. Tal análise contribui com uma pesquisa mais ampla sobre o pajubá, conduzida por esta pesquisadora (Pereira, 2024; Pereira; Medeiros; Costa, 2024), na medida em que nosso aporte teórico considera como intrínseca a relação entre sujeito e língua. Como veremos, a reflexão permitirá compreender como, sob a tensão entre o noticiável e o inoticiável que constitui o discurso midiático, reproduz-se o espectador cidadão brasileiro (e sua língua) como uma evidência: um sujeito preconceituoso, individualmente responsabilizado por seus atos, e interpelado ao dever de se posicionar em relação à injustiça e de mudar sua atitude.

Discurso e argumentação

Na perspectiva de Pêcheux ([1971] 2011, p. 128-129), a relação entre sujeito e língua se viabiliza pela “existência, no próprio interior [da língua], de mecanismos resumidos pelo termo *enunciação*, pela qual se efetua a *tomada de partido* do ‘sujeito falante’ em relação às representações das quais ele é o suporte”. Quando o “sujeito-falante ‘seleciona’ [...] *um*

¹ Cf. “Representação trans na mídia”, *LGBTQ+Spacey*, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://lgbtqspacey.com/representacao-trans-na-midia>. Acesso em: 27 jun. 2025.

enunciado, forma ou sequência, e não um outro” (Pêcheux, [1975] 1995b, p. 173, itálicos do autor), inscreve-se na ilusão do domínio de *um* sentido, enquanto outros sentidos possíveis são esquecidos, apagados. Pêcheux ([1975] 1995b) chama esse processo de esquecimento nº 2.

Por que as aspas em “seleciona”? Na perspectiva de Pêcheux (1995c, p. 314), a enunciação “não pode ser posta [...] senão em termos da ilusão do ‘ego-eu’ [moi-je] como resultado do assujeitamento”. Para Althusser ([1970] 1980), o assujeitamento ideológico poderia ser exemplificado pela abordagem policial: “Ei, você aí!”. Em suma: “A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (Althusser, 1980 *apud* Pêcheux, [1975] 1995b, p. 148). Um dos exemplos de Althusser ([1970] 1980), fundamental para nossa análise, é o da interpelação como “menino” ou “menina”. Trata-se de uma interpelação “implacável”, que nos concede uma identidade “insubstituível”. Diz Althusser ([1970] 1980, p. 102-103): “[O] antigo futuro-sujeito deve ‘encontrar’ o ‘seu’ lugar, isto é, ‘tornar-se’ o sujeito sexual (rapaz ou rapariga) que já é previamente”.

Antes de nascermos, já fomos esperados como “menino” ou “menina” por nossa família; já éramos sempre-já-sujeitos. Pêcheux ([1975] 1995b) caracteriza como esquecimento nº 1 o processo de *desconhecimento-reconhecimento*, ocasionado pelo assujeitamento ideológico. Embora o “*sujeito [seja] chamado à existência*” (Pêcheux, [1975] 1995b, p. 157), ocorre um *desconhecimento*: o sujeito, então, como uma evidência de que sempre esteve ali. Trata-se de um efeito fantástico, como diz Pêcheux ([1975] 1995b), quando relaciona a ilusão do “eu” com a história do barão de Münchhausen, personagem que “*se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos*” (Pêcheux, [1975] 1995b, p. 157).

Nas palavras de Orlandi (2016, p. 14), “o processo ideológico, no discursivo, está [...] nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta como *a* interpretação”. Por discurso, referimo-nos ao “funcionamento da base linguística em relação a representações postas em jogo nas relações sociais” (Pêcheux, [1971] 2011, p. 128). Para Pêcheux ([1969] 1995a), essas representações corresponderiam a formações imaginárias em torno dos interlocutores e do assunto. As formações imaginárias são explicadas com perguntas da posição do locutor (“Quem sou eu para lhe falar assim?”, “Quem é ele para eu lhe falar assim?” e “De que lhe falo assim?”) e da posição do interlocutor (“Quem sou eu para que ele me fale assim?”, “Quem é ele para que me fale assim?” e “De que ele me fala assim?”) (Pêcheux, [1969] 1995a, p. 83).

Tais perguntas correspondem também ao que Pêcheux ([1969] 1995a) chamou de condições de produção do discurso. Em síntese, compreender como as relações sociais e históricas estão representadas imaginariamente na língua envolve compreender como as condições de produção do discurso constituem os efeitos de sentido nas práticas ideológicas entre sujeitos. Neste capítulo, observaremos especialmente o modo como a relação entre a mídia e o espectador se representa no discurso, através do imaginário de certo espectador, inscrita em certa forma de antecipação, tendo em vista determinado assunto a ser noticiado.

Para Orlandi (1998, p. 77), “argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens”. A argumentação não é vista fenomenologicamente como uma percepção mais ou menos apurada ou como uma estratégia mais ou menos bem-feita. A argumentação, enquanto antecipação, deve ser compreendida “a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas” (Orlandi, 1998, p. 78).

Orlandi (1998) denuncia que a argumentação, como a da globalização, envolve exclusivamente o “domínio da organização (empírico-formal)” (Orlandi, 1998, p. 80). Por isso, segundo a autora, na obra mencionada, as formulações “a globalização unificou o mundo” ou “todos devemos cuidar do meio-ambiente” são distintas, mas constituem o mesmo discurso neoliberal, garantindo a reprodução das relações capitalistas. Para Orlandi (1998, p. 78), “as intenções são [...] produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto”. A argumentação da mídia antecipa certo público e, ao mesmo tempo, “esquece-se” de que as imagens de tal público não dependem de uma reflexão consciente. A análise de tal jogo de imagens poderia ser compreendida, em termos propostos por Orlandi (1988), como um observatório do político e da redivisão dos sentidos.

Gostaria de efetuar uma síntese, tecendo o elo entre a fundamentação teórica e o *corpus* discursivo sob análise. No *corpus*, apresentado na seção seguinte, a prática ideológica em questão é a da interlocução entre o apresentador, o espectador e o participante, cuja vivência é tematizada, em meio a um programa de televisão. Esquece-se que, antes de se identificarem como apresentador, espectador ou entrevistado/participante, foram chamados a sê-lo; cabe-lhes ocupar uma posição em relação ao discurso midiático: a posição de sujeito apresentador, a de espectador, a de entrevistado/participante. A condição de produção dominante é a noticiabilidade, isto é, a tensão entre o que pode ou não vir a ser uma notícia (Sequeira, 2005) em determinada conjuntura histórica, para

determinada audiência. Sob essa tensão, configura-se o discurso midiático sobre a sujeita transfeminina, a partir do fim da censura no Brasil (em 1988), para o espectador brasileiro.

Trata-se, no mínimo, de uma discursividade que pode vir a gerar audiência (lucro) para o canal de televisão, a despeito de diferentes formulações. Mas como outros efeitos podem vir a ser produzidos entre os sujeitos? Nas próximas seções, analisam-se os sentidos produzidos sobre o espectador a partir da posição de sujeito apresentador, em relação à heterogeneidade constitutiva (Courtine, [1981] 2014) do discurso midiático sobre a sujeita transfeminina. Ao dizer, o sujeito apresentador “esquece” que os sentidos foram ditos antes, como, por exemplo, os sentidos sobre certo tipo de espectador, os sentidos sobre o tema etc. Nossa análise buscará compreender como essas posições de sujeito se constituem historicamente, questionando a produção de evidências pelo discurso midiático sobre a sujeita transfeminina.

Um *corpus* do discurso midiático sobre a sujeita transfeminina

Nesta seção, apresenta-se o *corpus* que será analisado. A primeira e a segunda sequências discursivas são momentos em que o apresentador, de frente à câmera, “olha” para o espectador e fala sobre o assunto da reportagem no programa. A primeira sequência discursiva (SD) pertence a uma edição do programa de jornalismo investigativo noturno, o *Comando da Madrugada*, da Rede Bandeirantes, exibido por volta de 1988 (Vem Comigo, 2016). A segunda sequência discursiva pertence a uma edição do programa de mesmo teor, também noturno, o *Documento Especial*, da TV Manchete, exibido em 1989 (Pedro, s.d.). Essas duas reportagens tematizaram pioneiramente as experiências das travestis profissionais do sexo de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente.

SD1 (SP, c. 1988): **Você** percebe e conhece o travesti no seu meio social. Você se incomoda com ele, ou **você** participa com ele de atitudes homossexuais, sexuais, seja lá o que for. Então não me venha com hipocrisia de querer rejeitar a hipótese de uma reportagem dessa natureza. Porque **você** precisa conhecer até onde e quem é o travesti.

SD2 (RJ, 1989): Boa noite. O documento especial leva **você** hoje ao insólito universo dos travestis brasileiros. **Você** vai acompanhar a arte desses seres humanos que nasceram homens e se transformam para o mundo exterior.

Por sua vez, a terceira sequência discursiva pertencente ao *corpus* é uma interação entre a apresentadora de um programa de auditório e o público ali presente, após a apresentação de um grupo musical. Essa sequência aparece em uma edição do programa *Esquenta*, apresentado por Regina Casé, exibido em 2012 (Ffcandymel, 2012), no início da tarde de um domingo. Trata-se de um trecho subsequente à apresentação da Banda Uó, quando se revela que uma das vocalistas do grupo, a Candy Mel (Mel Gonçalves de Oliveira), seria transexual.

SD3 (RJ, 2012): Qual é o lema do nosso programa? Xô preconceito! Todo mundo achou ela linda, todo mundo achou que ela cantava bem, que ela dançava bem, sem saber que ela não tinha nascido mulher. Agora, isso é o melhor antídoto contra o preconceito, gente. Porque se eu tivesse anunciado “agora vou chamar uma cantora que na verdade nasceu homem e é um transexual e tananã tananá”, ia ter mó preconceito aqui. Ia ou não ia? Fala a verdade. Ia.

Em tese, a diferença entre a conjuntura histórica das SD1 e SD2 e a da SD3 caracterizaria uma transformação nas condições de produção do discurso midiático sobre a sujeita-transfeminina: as primeiras sequências têm circulado desde o fim da década de 1980, quando o Estado brasileiro havia recém-retomado a democracia, já a última sequência circula desde 2012, quando essa democracia já estaria, em certo sentido, mais consolidada e o regime ditatorial mais apagado da memória. Sentidos outros passariam a ser possíveis, como o de um discurso vespertino (SD3), em oposição a um discurso noturno (SD1 e SD2). Além disso, a noticiabilidade impacta diferentemente o jornalismo investigativo (SD1 e SD2) e o programa de auditório (SD3). Em síntese, o que pode vir a ser notícia na década de 1980, no jornalismo investigativo noturno, na jovem democracia avizinhada ao regime ditatorial, não é o mesmo que na década de 2010, em um programa de auditório, num período democrático cuja relação com a ditadura já não estaria mais tão implicada.

De todo modo, a despeito da transformação das condições de produção citadas, uma condição de produção dominante organiza o *corpus* e constitui o discurso que será analisado: a antecipação do espectador ao assunto da transfeminilidade. Conforme Orlandi (1998), a argumentação se exerce sobre a formulação, mas não interfere a constituição dos sentidos. Como veremos na seção seguinte, as formulações distintas para apresentar o tema podem vir a constituir os mesmos sentidos: é o mesmo discurso neoliberal, impondo ao espectador o dever de se posicionar individualmente em relação aos direitos historicamente alijados à sujeita transfeminina.

Análise do corpus: as posições de sujeito apresentador democrática e democrático-crítica

Aparentemente, a mídia é palco de uma luta ideológica. A formação ideológica dominante, a da implacabilidade da identificação sexual (Althusser, [1970] 1980), era deslocada por sentidos outros. No dizer da posição de sujeito apresentador, os significantes “transformam” (SD1; SP, c. 1988), “transexual” (SD2; RJ, 1989), “travesti” (SD3; RJ, 2012) são repetições e deslocamentos do prefixo “tra(ns)-”. Como vimos na seção dois, a ideologia dominante sempre-já interpelaria indivíduos como “menino” ou “menina”. Em contraponto, o prefixo “tra(ns)-”, no modo de significar a sujeita transfeminina, desloca a implacabilidade à substitutibilidade da identificação sexual, especificando a interpelação como “menino” ou “menina” ou “tra(ns)”.

Além disso, os sentidos de “tra(ns)” estão em relação a um certo efeito de estranheza em todas as sequências discursivas. Na SD 1, a travesti é estranhamente dita como participante e excluída das relações sociais. Na SD 2, a travesti é dita como habitante de um “insólito universo”, em que o adjetivo também pode vir a referir certa estranheza. Na SD 3, a transexual pode não ser vista como tal se o apresentador não intervir, numa relação estranha entre o que nos é familiar (a “aparência” e a “essência” de uma mulher cisgênera) e o que nos é estranho (a “aparência” de uma mulher cisgênera e a essência de uma transexual). Retomaremos esse debate.

Por ora, interessa-nos a interlocução com o público nas sequências. O índice pessoal “você” (SD 1 e SD 2) parece apontar para um público que é, evidentemente, uma parte da população brasileira, falante de português (a língua oficial), em sua generalidade. Porém, trata-se de um discurso opaco, cujos efeitos de sentido não dependem somente do aqui-e-agora das reportagens. Ao longo da ditadura, sujeitas transfemininas eram censuradas pela mídia. O espectador foi produzido como ignorante, haja vista que lhe fora impossibilitado o acesso ao assunto. Em outras palavras, as reportagens teriam inaugurado a possibilidade dos sentidos sobre a transfeminilidade falharem, e não mais faltarem² (Orlandi, 1999; Pereira; Costa; Medeiros, 2024).

² Havia uma tentativa de extermínio simbólico à identificação sexual não-hegemônica, impedindo sua reprodução. Por outro lado, a relação entre o cidadão e o sem-sentido de identificações sexuais outras se materializava em lendas urbanas, expressas, por exemplo, em um enunciado como “A travesti anda com navalha embaixo da língua”. Os programas do fim da década de 1980 se relacionam com esse dizer à sua maneira, como tematizaremos em trabalhos posteriores.

Na SD2 (1989), do programa *Documento Especial*, o espectador é antecipado como leigo, através de verbos em futuro imediato que orientam, conduzem (“você vai acompanhar”, “leva você”); tudo é novidade para este espectador, convidado a uma viagem ao gueto homossexual. Na SD1, do *Comando da Madrugada* (1985), o espectador é colocado diante de verbos em um presente habitual (“você percebe e conhece”, “participa”, “se incomoda”) para ser antecipado como hipócrita e convidado a conhecer a verdade sobre a travesti. Com o presente habitual (SD1) e com futuro imediato (SD2), invisibilizam-se os efeitos do passado, como a censura ao longo da ditadura. Apaga-se aos sujeitos sua historicidade, o que tem caracterizado o discurso jornalístico (Mariani, 1998). Em outras palavras, o que não se diz do “você” é que lhe fora impedido, até então, o acesso a tal tema. Sua ignorância e seu preconceito são tidos como fatos, e não como resultados de um processo histórico.

Na SD3 (*Esquenta*, 2012), o espectador também é formulado como preconceituoso, mas de modo mais sutil. Formula-se “teria mó preconceito aqui”, um verbo impessoal que constata a existência de um sentimento sem dono, generalizado, entre o público. Além disso, a SD3 aponta para a relação entre a reação do espectador e o modo do apresentador anunciar o tema: “se eu tivesse anunciado ‘agora vou chamar uma cantora que na verdade nasceu homem e é um transexual e tananãtanã’, ia ter mó preconceito”. Esse dizer outro se formula com um tom de voz mais grave, sombrio e pitoresco.

A relação entre o dizer da posição de sujeito apresentadora, que significa a sujeita transfeminina *a posteriori*, e o dizer que se inscreve aí como *outro*, na medida em que significaria a sujeita transfeminina *a priori*, simula um experimento com o público, buscando provar que o preconceito para com a sujeita transfeminina ocorre quando se sabe que se trata de uma sujeita transfeminina e não ocorre quando “não se sabe”. Apaga-se que esse “não saber” é um saber: o reconhecimento visual (um gesto de interpretação historicamente determinado) da sujeita como mulher cisgênera, conforme esperado pela ideologia dominante.

Em síntese, a SD 3 repete a evidência de um espectador preconceituoso, hipócrita. Atualiza essa evidência, contudo, no sentido de especificar que esse espectador somente é preconceituoso se souber antes, pelo dizer do apresentador, que se trata de uma sujeita transfeminina. Aparentemente, essa especificação do espectador como “preconceituoso se souber antes” faz trabalhar a ilusão de que a reação do espectador se controla pelo dizer do apresentador. Sob essa ilusória relação de causa e efeito, apaga-se que se sabe, antes, a aparência de uma mulher cisgênera; e repete-se a estranheza ao público entre aquilo que os

olhos viram e a “verdade”, o “fato” que se busca noticiar, apagando sua constituição histórica: a identidade como sujeita transfeminina, interiorizada, invisível a olho nu.

Retomando alguns pontos da análise, destacamos que a antecipação do espectador como leigo, hipócrita, preconceituoso, busca criar a demanda de consumo a um programa (um produto) necessário, tanto para (in)formar quem não sabe, quanto para defender o alvo do preconceito. Existe uma cristalização das posições de sujeito espectador e de apresentador, pois trabalharia aí uma ilusão de que ao público faltaria o conhecimento sobre as sujeitas transfemininas, que o apresentador, representando a mídia, poderia/deveria prover. Ou então a ilusão de que ao público ofensivo faltaria a empatia para com elas, de tal modo que à mídia caberia defendê-las. Reforça-se o sentido dominante da mídia: instituição formativa e democrática. Pode-se compreender que se trata de uma **posição de sujeito apresentador democrática**, em relação ao discurso midiático sobre a sujeita-transfeminina. Ao mesmo tempo, essa posição de sujeito produz como evidência o sentido de um grupo oprimido a que se concede o direito à voz e o sentido de uma falta, de uma culpa do espectador, por faltar-lhe tal conhecimento³.

Por outro lado, essa posição de sujeito apresentador democrática se especifica como uma posição de sujeito apresentador **democrático-crítica**, proporcionando um metadiscurso midiático sobre a sujeita-transfeminina (SD 3), dada a transformação da conjuntura histórica. Essa posição de sujeito simula um experimento indutivo, elaborando dois testes (apresentar *a priori* ou *a posteriori*) com seus respectivos resultados (o preconceito e o não-preconceito). Sob a aparente crítica a um modo preconceituoso de apresentar a sujeita transfeminina, faz-se trabalhar o imaginário de uma relação estranha entre a aparência feminina e a essência transfeminina a ser revelada.

Enfim, as posições de sujeito apresentador democrática e democrático-crítica fazem trabalhar dois imaginários de espectador distintos. Na posição de sujeito apresentador democrática, o significante “tra(ns)-” desloca os sentidos da ideologia dominante (“outro lado”, “além de”, o desvio) e produz a visibilidade ao que começava a ser do *mesmo* lado: o lado da humanidade, da cidadania, da igualdade. E cabe ao “você” aprender e mudar seu comportamento preconceituoso. Na posição de sujeito apresentador democrático-crítica, sob a aparente crítica ao modo de apresentação apriorístico e sob a aparente atenuação do

³ Reitera-se o interesse, em pesquisas posteriores, de compreender como as lendas urbanas sobre as travestis, enquanto modos de traduzir o sem-sentido das identidades sexuais não-hegemônicas em sentido, podem vir a se repetir/deslocar pelo discurso midiático.

preconceito do espectador (somente se souber antes), ao espectador ainda cabe aprender e mudar seu comportamento preconceituoso.

Considerações finais: o espectador como cidadão neoliberal

Para concluir, a posição de sujeito apresentador democrática e democrático-crítica inscrevem o mesmo discurso midiático sobre a sujeita transfeminina. Produz-se certo espectador como evidência: um espectador a quem falta conhecimento, empatia; um espectador com o dever de se responsabilizar individualmente por suas atitudes preconceituosas. Apaga-se, pelo discurso midiático, a responsabilidade do Estado pelo extermínio simbólico da sujeita transfeminina, que pode ter tido como consequência as faltas de conhecimento e de empatia; bem como apaga-se a responsabilidade do Estado por uma mudança social, para além dos deveres de cada cidadão e da mídia. Trata-se do Estado mínimo neoliberal, em sua correspondência com um cidadão que, individualmente, passaria a gerir e avaliar a si mesmo, tal como se estabelece pelo discurso midiático analisado aqui.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1980. Tradução de: *Idéologie et appareils idéologiques d'État*, 1970.
- COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. Tradução de: *Quelques problèmes théoriques et méthodologique en analyse du discours à propos du discours communiste adressé aux chrétiens*, 1981.
- FCCANDYMEL. Canal de conta de usuário do YouTube. *Banda UÓ – Esquenta*, 4 mar. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P2rRH8s2XWk>. Acesso em: 14 mai. 2024. (Edição do programa *Esquenta*, da TV Globo).
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- ORLANDI, E. P. Nota introdutória à tradução brasileira. In: CONEIN, B. et al. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 9-16.
- ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 59-71.
- ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul./dez. 1998.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. Tradução de Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995a. p. 61-161. Tradução de: *Analyse automatique du discours*, 1969.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995b. Tradução de: *Les Vérités de la Palice*, 1975.

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995c. p. 311-318.

PÊCHEUX, M. Língua, “línguas”, discurso. In: PÊCHEUX, M. *Análise do Discurso*: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 121-129. Tradução de: *Langue, “langage”, discours*, 1971.

PEDRO Janov e seu arquivo de vídeos. Documento Especial: Travestis. *Manchete*, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oONC1gzq4EM>. Acesso em: 11 set. 2022. (Edição do programa *Documento especial*, da TV Manchete).

PEREIRA, K. A. *Arquivo de pajubá (1977-1989): discursos sobre língua(s) e porvir pedagógico*. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

PEREIRA, K. A.; MEDEIROS, V.; COSTA, T. de A. da. Sobre o gesto de leitura de um arquivo de pajubá: silenciamento, reparação e homenagem. *Caderno de Letras*, Pelotas, n. 49, p. 273-287, maio/ago. 2024.

SEQUEIRA, C. M. de. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

VEM COMIGO. Goulart e os travestis. *YouTube*, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70hpKzDPOwk>. Acesso em: 10 fev. 2022. (Edição do programa *Vem Comigo*, da TV Bandeirantes, por volta de 1985).

Maurício Beck

CAPITALOCENO E DISCURSO: ENTRE A PSEUDOLOGIA E A COLAPSOLOGIA



CAPITALOCENO E DISCURSO: ENTRE A PSEUDOLOGIA E A COLAPSOLOGIA**Sobre o começo do fim do mundo**

[...] a crise climática é também uma crise da cultura e, portanto, da imaginação.
Amitav Ghosh

Eminentes leitores, como devem ter notado, escolhi um título carregado de palavras, de nomes feios ou de neologismos infamiliars. É algo salutar estranhar o léxico do nosso tempo, manter um ouvido extemporâneo para não nos deixarmos levar pelas evidências de que um nome, um palavra, ou mesmo dado palavraado signifique tal coisa ou mesmo coisa alguma. Mas, sem mais delongas (sejamos objetivos, como diriam nossos colegas das ciências exatas!), inicio essa fala abordando as ciências da emergência climática e o consequente risco concreto de colapso socioambiental neste século. Em particular, me refiro a este novo campo de estudos, denominado colapsologia. Segundo seus autores, o biólogo e engenheiro agrônomo Pablo Servigne e o eco conselheiro Raphaël Stevens (2024, p. 30), citando Cochet, “um colapso é ‘um processo ao fim do qual as necessidades de base (água, alimentação, energia, habitação etc.) não serão fornecidas e satisfeitas (a um custo razoável), entre a maior parte da população, por serviços legais’”. Nesta perspectiva, a colapsologia visa “esclarecer o que pode nos acontecer, ou seja, dar um sentido aos acontecimentos [em outras palavras, é] uma maneira de tratar o assunto com a maior seriedade possível para que se possa discutir serenamente políticas sobre uma perspectiva abrangente” (Stevens, 2024, p. 34).

Segundo o cientista político espanhol Carlos Taibo (2019, p. 20), para a arqueologia, o conceito de colapso envolve um conjunto de fatores: “o abandono, total ou parcial, dos centros urbanos e o desaparecimento de suas funções centralizadoras, a quebra dos sistemas econômicos regionais e, por fim, o declínio das ideologias fundantes das diferentes civilizações”. Com isso, infere-se que colapso é um conceito mobilizado para se compreender o declínio abrupto ou processual de civilizações passadas. Ora, a primeira questão que surge é: por que repentinamente este mesmo conceito tem ganhado força não mais apenas para as investigações arqueológicas e históricas do passado da humanidade, mas para tecer previsões de futuro? E, talvez, a melhor resposta seja: E por que não? O que

tornaria a modernidade capitalista industrial uma excepcionalidade no recorrente destino de civilizações humanas? O que nos faria tão especiais e, por conseguinte, imunes aos riscos de colapsar?

Talvez o interdito esteja nas incertezas de projeções de futuro, fazer colapsologia seria uma modalidade de futurologia nada confiável. Ora, parafraseando Nietzsche, *dizem que não se pode ou se deve fazer futurologia... e mesmo assim ninguém faz outra coisa!* Nada mais certo, uma vez que planejamento estratégico e políticas públicas se valem de projeções, a especulação financeira, o aumento ou a diminuição de investimentos de capital se valem de certa futurologia em análises de riscos a curto e médio prazo. O crédito capitalista só existe porque há a crença de que no futuro teremos condições de cobrir os gastos e alguns irão lucrar em cima disso. No outro lado do espectro, os marxistas, no transcurso dos séculos XIX e XX, sobretudo, realizavam suas análises de conjuntura sempre tendo como horizonte a revolução vindoura. Vladimir Lenin, em *O Estado e a Revolução*, predizia que, em uma futura e incerta fase da transição do socialismo ao comunismo, o Estado seria extinto. Sete décadas mais tarde, o Estado Soviético viria mesmo abaixo, mas de modo bem diverso de sua predição. Este acontecimento, aliás, foi chamado de colapso da URSS e contribuiu, pelo lado direito do espectro político, para a disseminação do triunfalismo das democracias liberais sintetizado na expressão *Fim da História*, do filósofo e economista nipo-estadunidense neoconservador Francis Fukuyama. Durante décadas, a crença no crescimento infindo do atual modo de produção se tornou quase inquestionável. O que Mark Fisher chamou de realismo capitalista, em que é mais fácil acreditar no fim do mundo do que no fim do Capital. Entretanto, eis que chegamos ao Capitaloceno. Nas palavras do principal popularizador de termo em contraposição ao hegemônico Antropoceno, Jason Moore (2022, p. 154, grifos meus):

Estamos realmente vivendo no Antropoceno, com seu retorno a uma visão curiosamente anglocêntrica da humanidade e de sua confiança em noções atrofiadas de determinismo tecnológico e de recursos? Ou estamos vivendo no Capitaloceno, a era histórica moldada pelas relações que privilegiam a acumulação infinita do capital? O argumento do **Capitaloceno entende o capitalismo como uma ecologia-mundo situada e multiespécie de capital, poder e (re)produção**. Assim, contrapõe – veementemente – o caso de amor do Antropoceno com o modelo de dois séculos da modernidade: sociedade industrial, civilização industrial, capitalismo industrial. O modelo obscureceu a impressionante recriação da terra e do trabalho, que começa no longo século XVI, em torno de 1450-1640.

Trata-se de um outro nome e, ao mesmo tempo, de uma outra definição para o problema em questão. Além disso, propõe um outro marco histórico para a recente era do capital. Essa época em que a gigantesca estrutura econômica e entrópica do capitalismo está colocando em risco a vida em todo o Sistema-Terra. Risco real de fim do mundo, mas antes de tudo deste mundo em específico. Afinal, as extintas civilizações que colapsaram não sentiam o seu fim específico como o fim do Mundo?

O conjunto de eventuais causas de um futuro colapso é bastante extenso e já está em curso: mudança climática com aceleração do aquecimento, esgotamento das matérias-primas energéticas, declínio da biodiversidade ou aniquilação biológica do Sistema-Terra, crescente escassez de água potável, expansão de enfermidades, crise financeira, guerra e fome. Recentemente, a Subcomissão de Estratigrafia Quaternária rejeitou a proposta para designar uma nova época geológica com o já mencionado nome de Antropoceno, que refletiria o impacto significativo de determinadas atividades humanas no Sistema Terra. Apesar disso, o Antropoceno (ou Capitaloceno) ainda pode ser interpretado como um evento de escala planetária relacionado ao aquecimento global. Voltando à questão da denominação convencionada para este novo período, surgiram múltiplas alternativas. Costa (2023) afirma que foram mapeadas em torno de 90 designações alternativas ao Antropoceno. Essa disputa pelo batismo do fenômeno não pode deixar de chamar a atenção dos estudos do discurso, pois como afirmou Althusser (2007, s.p.), “na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são armas, explosivos ou tranqüilizantes e venenos. Às vezes, toda a luta de classe pode ser resumida a um confronto entre palavras”¹. O litígio em torno desta proliferação de nomeações em curso desvela posições ardentes nos frios espaços da terminologia científica e **torna patente o político no âmago das condições de reprodução das práticas científicas** em questão.

Da arte da mentira salutar e da mentira negacionista

Em seu texto *O mentir verdadeiro sobre A arte da Mentira política* ou pseudologia, J.J. Courtine (2006, p. 26) cita e comenta o texto atribuído a Jonathan Swift. A arte da mentira

¹ Moore (2022, p. 133), converge com Althusser ao questionar a crítica de Clive Hamilton: “O sucesso cultural do Antropoceno alimenta às vezes uma rejeição casual de críticas conceituais e históricas. Para Clive Hamilton, ‘essa discussão’ [Antropoceno ou Capitaloceno] é uma *distração*. [...] Ainda pior, Hamilton pergunta: ‘Acreditamos realmente que uma palavra seja tão poderosa a ponto de ter a capacidade de mudar as ideias das pessoas sobre causas da mudança climática? Isso não é plausível’. São palavras curiosas vindas de um defensor do Antropoceno”.

política pode ser definida como a arte de levar o povo a crer em “falsidades salutares”, para seu (suposto) próprio bem. É preciso, no entanto, praticar a “técnica sutil da dosagem”, tendo em conta a adequação às circunstâncias e aos fins visados. No contexto das mentiras recorrentes que anunciam catástrofes futuras, segundo Courtine (2006), destinadas a atemorizar a população, expondo um horizonte sombrio para que ela se conforme com um presente medíocre, é essencial empregá-las com cautela. (Atualmente vivemos uma curiosa inversão relativa aos anúncios de catástrofes, elas perderam sua falsidade). Em suma, é bom evitar que imagens aterradoras se tornem corriqueiras, pois a familiaridade pode levar à indiferença ou à banalização do medo. Além disso, é fundamental tecer essas falsidades de modo que escapem a qualquer verificação ou contestação, mantendo-as dentro da ordem da verossimilhança. Para garantir maior eficácia, é necessário variar constantemente as “mentiras salutares”. Ainda segundo o autor francês, as tecnologias empregadas na “arte da falsidade salutar” avançaram no transcorrer dos séculos.

O panfleto descreve, com efeito, o que era só um estado artesanal da dissimulação: os rumores, o boca a boca, as práticas orais, um acúmulo e uma circulação pré-modernas da calúnia. Desde a época de Swift, a mentira fez sua revolução industrial: com o desenvolvimento da imprensa escrita no séc. XIX, ela saiu do estágio oral, se mecanizou e conseguiu uma sistematicidade e uma difusão com as quais não teria ousado sonhar. Mas não vimos nada ainda: a mentira política entrou, ao longo deste século (XX) na era da produção e do consumo de massa. A mentira hoje é eletrônica, instantânea, global; o produto de uma organização racional e de uma estrita divisão do trabalho (Courtine, 2006, p. 22-23).

Inversamente, no atual século XXI, época das redes sociais de propriedade de grandes corporações digitais, o rumor extrapolou seu aspecto artesanal e ganhou velocidade e alcance inauditos. Segundo Gallo, Silveira e Pequeno (2021), os efeitos das *fakes news* (notícias falsas) e dos rumores diz do modo como discursos escritos e orais se entrelaçam na configuração da escritorialidade. Em outras palavras, de acordo com os autores, o efeito-rumor está associado ao processo de normatização em ambientes digitais de enunciação, que, ao incidir na circulação de informações, dissolve as fronteiras entre escrita e oralidade. O que desestabiliza os parâmetros tradicionais de legitimação dos discursos, introduzindo novas regras, como a notoriedade baseada em métricas quantitativas (Gallo; Silveira, 2017). Quando um mesmo enunciado é replicado incessantemente por múltiplos perfis, ultrapassa a simples repetição e passa a gerar repercussões sociais. Da mesma forma, os rumores disseminados nas mídias digitais demonstram capacidade de provocar efeitos significativos no social. Sobretudo, como argumentei em outro momento (Beck, 2023), tendo em conta

o saber e o poder da burguesia transnacional e de suas corporações digitais que atuam de forma opaca, possivelmente encarnando as burocracias (ou a produção e o controle da informação sobre dada população)², mais eficientes jamais criadas. Essas entidades acumulam quantidades imensas de dados — frequentemente transcendendo fronteiras nacionais — de populações, realizando suas práticas intensivas de coleta sem depender de mecanismos coercitivos explícitos. As transformações do dispositivo tecnológico foram acompanhadas, no entanto, por deslocamentos radicais nas condições socioambientais.

Advogo que estamos diante de um ponto de inflexão em nosso momento histórico, no qual as artes da mentira política confrontam-se com as contradições intransponíveis e os limites do Capitaloceno. Por um lado, o que antes era considerado "mentira salutar" degenerou em uma nova pseudologia – uma evitação sistemática de confrontar as consequências de verdades inconvenientes. Tais verdades referem-se não apenas ao processo irreversível do aquecimento global, mas também ao calcanhar de Aquiles das intrincadas estruturas de poder, capital e (re)produção. Como afirma Marques (2018), o Estado já não representa o capital porque se tornou indistinguível dele. Em outras palavras, o Estado-Corporação – que atua como sócio, credor e devedor de entidades corporativas – tornou-se refém da lógica de acumulação infinita de capital. Consequentemente, falhou em implementar soluções efetivas para mitigar as mudanças climáticas. Marques ainda questiona a premissa de que "quanto maior o excedente material e energético produzirmos, mais segura será nossa existência" (2018, p. 70), uma crença que se sustentou em séculos de progresso material, mas que agora colide com nosso entendimento das dinâmicas capitalistas no Sistema Terra. Eis o ponto de inflexão: para sustentar suas condições materiais, a pseudologia não pode deixar de gerar mentiras insalubres, fugindo do confronto com as implicações catastróficas das previsões científicas. A colapsologia, por sua vez, enfrenta o desafio inverso – deve evitar que esses prognósticos aterradores tornem-se tão corriqueiros a ponto de dessensibilizar o público.

Redelimitações científicas, inversões inumanas, deslocamento geológicos

Uma outra hipótese a ser considerada é de que talvez estejamos vivenciando uma mudança no regime de verdades tanto na política quanto nas ciências. Em outro texto (Beck, 2022), arrisquei a conjecturar que o designado antropoceno/capitaloceno esteja se

² Cf. Graeber e Wengrow (2022).

constituindo como um acontecimento discursivo com relação às práticas científicas, uma vez que este acentua a problematização do *status* de “neutralidade assubjetiva” em ciências e sua (não)relação com a política e com o capital. De outro lado, problematiza a dicotomia natureza/cultura (universal/variação) de certa ontologia europeia (já que a natureza deixa de ser uma externalidade, a economia é subsumida pela ecologia).

Redelimitações, inversões, deslocamentos parecem estar desfazendo velhas divisões departamentais. Nessa ótica, o historiador indiano Dipesh Chakrabarty (2013) defendeu quatro teses em torno da crise planetária da mudança climática, a saber: Tese 1 – as razões antropogênicas da mudança climática levam ao fim da distinção humanista entre história natural e história humana; Tese 2 – O Antropoceno modifica a história humanista da modernidade/globalização; Tese 3 – A hipótese do Antropoceno exige colocar em diálogo a história do Capital e a história da espécie humana; Tese 4 – A rasura dos limites entre a história do Capital e a história da espécie questiona os limites da compreensão histórica, uma vez que nós, humanos, nunca nos experimentamos como uma espécie entre outras.

Por outro lado, as modernas cisões entre fatos e valores, ciência e política parecem enfrentar seu esgotamento, seja na pseudologia da política cada vez mais atravessada pelo digital, seja na proposta manifesto do projeto de ciência da colapsologia, em que a neutralidade é impensável. Com efeito:

A colapsologia não é uma ciência neutra, destacada de seu objeto. Os colapsólogos são tocados diretamente por aquilo que estudam e não podem ficar neutros. Aliás, *não devem* ficar neutros. Tomar esse caminho não nos deixa indenados. A matéria da colapsologia é um assunto tóxico que concerne ao mais profundo de nosso ser. É um enorme choque que perturba os sonhos (Servigne; Stevens, 2024, p. 36).

Não é preciso dizer que este projeto de ciência dista bastante das coordenadas da atual economia do conhecimento pautada pela produtividade. A busca pela fusão entre ciência e engajamento político talvez tenha algo a ver com “a questão da linguagem, a dos efeitos de fronteira e da irrupção do irrealizado” (Pêcheux, 1990, p. 16). Ou seria ela indício de um outro regime de verdade? Questões em aberto. Diante do exposto, gostaria de citar as palavras da filósofa belga Isabelle Stengers (2023, p. 151-152, grifos meus), em “Uma Outra ciência é possível!” Apelo por uma ciência lenta, ela escreve:

Percebemos agora, porém que o futuro está vindo em nossa direção a toda velocidade. [...] **O que diremos às crianças que nasceram neste século quando perguntarem: “você sabiam tudo o que precisavam saber, o que fizeram?”** [...] É possível que algumas pessoas fora da academia tenham a confiança de que nós – selecionados, treinados e pagos como fomos para pensar, imaginar, conceber e propor – estamos, de fato, usando essas habilidades para fazer algo em relação ao futuro que está diante de nós [...] Somos capazes de consentir a essa confiança e permitir que ela tenha poder de nos afetar? Ou nossa resposta será contar a triste história de que estamos, ou estávamos, ocupados demais batendo intermináveis metas às quais agora precisamos nos conformar para sobreviver?

Stengers adverte sobre a inércia coletiva diante da urgência de evitar os piores cenários climáticos. Em contraponto, Servigne e Stevens (2024) destacam que, após eventos catastróficos concretos, a maioria das pessoas não segue a expectativa liberal de individualismo e desespero, mas, historicamente, demonstra comportamentos extraordinariamente altruístas, calmos e ponderados. Os autores defendem que, em meio ao caos, as comunidades são capazes de se auto-organizar e praticar ajuda mútua, desafiando narrativas apocalípticas que enfatizam o colapso social. No entanto, ressaltam que essa solidariedade surge apenas diante da vivência concreta de um evento catastrófico, e não em resposta a alertas abstratos — como os discursos sobre emergência climática. Como os mesmos autores argumentam,

[...] o indivíduo advertido do colapso não se pergunta quer mudar sua vida, mas apenas se o faria no caso em que um certo número de outras pessoas também o fizesse. Estando cada um posto na mesma situação, o colapso será reduzido não em função da vontade de todos, mas de suas representações cruzadas, ou seja, das antecipações que cada um efetuará sobre a capacidade efetiva daqueles que o cercam de mudarem suas vidas. [...] A negação do colapso não está na cabeça por ser o indivíduo alguém irracional ou mal informado, mas é o efeito de um sistema que emerge da combinatória especular (Servigne; Stevens, 2024, p. 228).

Embora os autores recorram à psicologia social, suas interpretações aproximam-se das elaborações althusserianas sobre o funcionamento especular da ideologia para compreender o funcionamento subjetivo da negação do colapso. Ou seja, ideologia enquanto a instância em que se articula o reconhecimento mútuo entre os indivíduos e o Sujeito, bem como entre os próprios sujeitos, culminando no “reconhecimento do sujeito por si mesmo” (Althusser, 2008, p. 219). Por outro lado, a possibilidade de ruptura com essa condição

especular inercial não deixa de ressoar algo do conceito-problema pecheuxtiano da terceira modalidade discursiva de funcionamento subjetivo, pois é por meio “da desidentificação do eu-sujeito jurídico e da desregionalização da funcionalidade ideológica” que a pluralidade das ideologias dominadas passa “a trabalhar na direção do não-Estado, com todos os efeitos que isso implica indiscernivelmente na luta política das massas e na singularidade dos destinos individuais” (Pêcheux, 2014, p. 21).

Referências

ALTHUSSER, L. *Sobre a Reprodução*. Tradução de Guilherme João de FreitasTeixeira. Introdução de Jacques Bidet. 2. ed. Petrópolis: Vozes, [1995] 2008.

ALTHUSSER, L. A Filosofia Como Uma Arma Revolucionária. Entrevista concedida a Maria Antonietta Macciocchi e publicada em L'Unità, fev. 1968. *Marxists Orgs*, maio 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/althusser/1968/02/filosofia.htm>. Acesso em: 1 fev 2024.

BECK, M. Produção de Conhecimento no Antropoceno: do mal-estar na natureza-cultura e seus negacionistas. In: CASTELLO BRANCO, Luiza et al. (org.). *Entrenós: da língua, do sujeito, do discurso* - Vol. I. Campinas: Pontes, 2022.

BECK, M. Espectros Digitais: entre o horror da visibilidade do agente opressor e a eficácia da invisibilidade da dominação. In: GRIGOLETTO, Evandra; COSTA CARNEIRO, T. C. da (org.). *Diálogos com Analistas de Discurso: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje* - Dialogue avec Analystes du Discours: réflexions sur la pertinence de la pensée de Michel Pêcheux aujourd'hui. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

CHAKRABARTY, D. O clima da História: quatro teses. Tradução de Denise Bottmann, Fernanda Ligocky, Diego Ambrosini, Pedro Novaes, Cristiano Rodrigues, Lucas Santos, Regina Félix e Leandro Durazzo. *Sopro*, n. 91, p. 3-22, jul. 2013.

COSTA, A. Pósfacio: Gaia (perpetua) redux. In: DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V.; SALDANHA, R. *Os Mil Nomes de Gaia: do antropoceno à idade da Terra* - Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Machado, 2023.

COURTINE, J.-J.; SWIFT, J. *Arte da Mentira Política precedido pelo texto O Mentir Verdadeiro*. Tradução de Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas, SP: Pontes, 2006.

GALLO, S. M. L.; SILVEIRA, J. da. Forma discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: FLORES, G. G. B. et al. (org.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 171-194

GALLO, S. M. L.; SILVEIRA, J. da; PEQUENO, V. Fake News : efeito de *Fake*, efeito de *News*. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SILVA SOBRINHO, H. F. da. (org.). *Ousar se revoltar: Michel Pêcheux e a Análise de Discurso no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2021. p. 253-268.

GRAEBER, D.; WENGROW, D. *O Despertar de Tudo: uma nova história da humanidade*. Tradução de Denise Bottman e Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2018.

MOORE, J. W. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, J. W. (org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Tradução de Antônio Xerxenesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022. p. 128-186.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, SP: Unicamp/IEL, n. 19, p. 7-24, [1981] jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, M. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução de Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. *Décalages*, v. 1, n. 4, 2014.

SERVIGNE, P; STEVENS, R. *Como Tudo Pode Desmoronar: pequeno manual de colapsologia para uso das gerações presentes*. Tradução e apresentação de Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva, 2024.

STENGERS, I. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Tradução de Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

TAIBO, C. Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo. Tradução de Marília Andrade Tarales Campos e Andréa Madedônio de Carvalho. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

Helson Flávio da Silva Sobrinho
Jéssica Mayara Bernardo da Silva

**IDEOLOGIA E DIREÇÕES DE SENTIDOS
NO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA SOBRE A “CRISE CLIMÁTICA”
E/OU “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”**



IDEOLOGIA E DIREÇÕES DE SENTIDOS NO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A “CRISE CLIMÁTICA” E/OU “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”

Introdução

A lógica capitalista levará o planeta a desastres ecológicos dramáticos, ameaçando a saúde e a vida de bilhões de seres humanos, talvez até mesmo a sobrevivência de espécie (Löwy, 2025, p. 28).

Na atual conjuntura, marcada por conflitos geopolíticos, neoliberalismo, desigualdades sociais, desemprego, precarização do trabalho, negacionismo, *fake news*, controvérsias políticas e científicas, tomada de poder pela extrema direita, inovações tecnológicas e exploração da natureza, a questão ambiental tem sido compreendida como um “problema” mundial. Assim, discursos sobre as “crises ambientais” e/ou “mudanças climáticas” são colocados no centro das discussões em várias esferas da sociedade, muitas vezes, por um lado, indicando como saída (alternativa) o que se vem chamando de “desenvolvimento sustentável”; por outro, tangenciando as causas mais profundas dessa problemática que, a nosso ver, é o sistema capitalista e sua lógica destruidora.

O contexto histórico concreto se caracteriza por disputas políticas e ideológicas profundas, muitas vezes com tratamento superficial sobre as lutas ecológicas. No campo das ditas “ciências da natureza”, o debate sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas possuem dois eixos fundamentais. O primeiro diz respeito às mudanças do clima, explicadas a partir do ponto de vista “natural”, com seus ciclos e eras glaciais. O segundo, denominado mudanças antropogênicas, refere-se às mudanças ambientais decorrentes da “intervenção humana”, sendo esta última compreendida como o principal fator da “crise climática” atual (Ambrizzi *et al.*, 2021).

No Brasil, os debates acontecem num cenário de devastação da floresta amazônica e seus desdobramentos sociais, com a constante perseguição (e o genocídio) dos povos originários. A destruição e a violência nessas áreas não são recentes, mas, segundo o secretário-executivo do Observatório do Clima, Marcio Astrini, em 2022, em especial durante o [des]governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, as queimadas na floresta amazônica bateram recordes em comparação aos últimos 15 anos (Agência Brasil, 2023). E hoje, presenciamos um período de seca severa nas regiões amazônicas brasileiras, resultado

de anos de desmatamento e queimadas criminosas, que se somam a fenômenos naturais como o *El Niño* (INPE, 2023).

Levando em consideração o que disseram Marx e Engels (2004, p. 41: “A história pode ser analisada sob duas maneiras: história da natureza e história dos homens. As duas maneiras, porém, não são separáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens estarão condicionadas mutuamente”), nosso entendimento é que os debates sobre as mudanças/crises climáticas estão correlacionados, profundamente, com as transformações econômicas, políticas e sociais que marcam a sociedade capitalista contemporânea, levando-nos a reflexões fundamentais sobre a sobrevivência da humanidade e de toda a natureza. Nessa direção, sob a ótica discursiva, questionamos como os discursos sobre a “crise climática/ambiental” estão sendo produzidos e postos em circulação na mídia jornalística.

Neste texto, é nosso interesse compreender o movimento dos sentidos atribuídos aos problemas socioecológicos (tidos como “crise climática/ambiental”) a partir de dizeres produzidos na mídia jornalística, em especial no Discurso da Divulgação Científica (DDC), pois questionamos como esses discursos são significados pelas mídias oficiais. Para isso, nosso *corpus* de análise foi constituído por enunciados que circularam na revista *Superinteressante*, cuja forma de divulgação apresenta propriedades discursivas específicas. Isso porque a produção da revista diz ter como objetivo “transmitir” as descobertas científicas, ou temas em geral relacionados à “ciência” para um “público mais amplo”.

Entendemos que há uma ressignificação do discurso científico para a divulgação científica; trata-se de um salto de qualidade de um gênero discursivo para outro e que possui especificidades e regularidades próprias, já que essa materialidade discursiva é atravessada pela mídia, pela ciência e pelo senso comum, simultaneamente, e isso não se dá de forma accidental.

Como dissemos, nosso objetivo é analisar, a partir de enunciados veiculados na revista *Superinteressante*, como o discurso sobre a “crise climática e/ou ambiental” funciona, contraditoriamente, com os interesses capitalistas. Nessa direção, nos debruçamos sobre questões teóricas importantes no que tange à noção de ideologia e discurso, à luz da Análise do Discurso materialista, na perspectiva de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, bem como trazemos noções do discurso jornalístico com o conceito de “Divulgação Científica”, por entendermos que essas discussões nos dão base teórica para compreender as propriedades discursivas do material a ser analisado.

Ideologia e discurso na produção de sentidos e direcionamentos políticos

Ele [Pêcheux] diz que o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social (Henry, 1997, p. 24).

O discurso sobre o colapso ambiental se dá por meio de disputas político-ideológicas. No nosso entender, se dá também na materialidade da linguagem, pois o discurso é mediação entre o homem e a natureza (Orlandi, 2015). Não estamos dizendo que ideologia e discurso sejam as mesmas coisas, mas consideramos que a ideologia se materializa na linguagem, pela concretude do discurso que, por sua vez, medeia as práticas políticas. Para nós, a Análise do Discurso de Michel Pêcheux é uma tomada de posição teórico-política que busca compreender os sujeitos na práxis sócio-histórica da/na sociedade capitalista, trabalhando na relação dialética entre língua, história, sujeito e ideologia (Silva Sobrinho, 2023, p. 136).

Por isso nos interessa, inicialmente, o conceito de ideologia – que, nos termos de Michel Löwy (1996, p. 10), por ser **um conceito polissêmico**¹ é um “objeto” em discussão contínua –, visando suas contribuições para a Análise do Discurso, que, em seu “terreno”, também produz um permanente tensionamento (Florêncio et al., 2016). Nesse sentido, não o trabalharemos de forma exaustiva, devido, justamente, à complexidade do tema.

Em seu “sentido estrito”, para entendermos a relação objetividade e subjetividade do sujeito constituído histórico e socialmente, elegemos a concepção de Marx, Engels e Lukács sobre ideologia². É Marx e Engels que no texto “Ideologia Alemã” inauguram uma concepção de ideologia do ponto de vista da realidade social em contraponto às correntes idealistas de seu tempo.

A partir de sua concepção materialista da história, Marx e Engels (2009) compreendem a ideologia como uma percepção “invertida” da realidade, justamente por estar “[...] desligada dos fatos e dos desenvolvimentos práticos que lhes são fundamentos”

¹ “Ora, existem pouco conceitos na história da ciência social moderna tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de ‘ideologia’; este tornou-se, no decorrer dos últimos dois séculos, objeto de uma inacreditável acumulação, fabulosa mesmo, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos” (Löwy, 1996, p. 9-10).

² Vale ressaltar que participamos de um grupo de pesquisa que articula a Análise do Discurso de Michel Pêcheux com os estudos filiados à perspectiva marxiana, especialmente aos textos de Karl Marx e György Lukács. Cf. Florêncio et al. (2009), Cavalcante (2017) e Silva Sobrinho (2018).

(Marx; Engels, 2009, p. 62). A percepção é “invertida” porque se assenta numa forma particular de produção também contraditória, regida pelo capital, pela divisão social do trabalho e pelas classes sociais. Essa base material causa “distorções” na consciência. Assim como os “[...] diversos produtos teóricos e formas da consciência” (Marx; Engels, 2009, p. 57-58), a ideologia é, também, “produto” social.

Ao recuperar a relação entre o processo real da vida, que, por sua vez, desenvolve produtos sociais, e os “[...] ecos ideológicos desse processo” (Marx; Engels, 2009, p. 31), Marx e Engels compreendem que “[...] as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (Marx; Engels, 2007, p. 47; 2009, p. 67, grifos dos autores).

Na esteira da tradição marxista encontramos em Lukács um aprofundamento dessa categoria com fundamentos ontológicos. Isso se dá porque a reflexão sobre a questão da ideologia na perspectiva lukacsiana possui um fundamento ontológico-prático (Florêncio et al., 2016, p. 37). Lukács busca compreender a ideologia como **função social**, e não apenas como concepção invertida da realidade.

Para o autor, o que faz de uma “ideação” uma ideologia é precisamente sua função social, que coloca em movimento o que Lukács chamou de posição teleológica secundária, ou seja, é como as ideias (representações) orientam as práticas dos sujeitos históricos³. Em resumo, Lukács destaca que as ideologias derivam das condições materiais (base econômica) e se mostram como “[...] formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (Lukács, 2018, p. 397-398). A perspectiva ontológica marxiana trata da totalidade do Ser Social; desse ponto de vista, sujeito, linguagem e sociabilidade são produções históricas que se realizam em processos dinâmicos e contraditórios numa determinada conjuntura.

Avançando em nossa reflexão, as relações sociais e seus “ecos ideológicos”, tal como apresentamos brevemente no início deste tópico, se manifestam “[...] de forma especial no discurso, em seus efeitos de sentido sobre a realidade” (Florêncio et al., 2016, p. 66). É nessa direção que o discurso é concebido pela Análise do Discurso como objeto simbólico,

³ Lukács considera que a teleologia primária consiste na relação que o homem estabelece com a natureza, ou seja, a subjetividade pode agir sobre a objetividade. Já as posições teleológicas secundárias agem sobre as “consciências” dos outros homens, orientando suas práticas, dando direção de sentidos, influenciando as ações humanas. Daí surge a ideologia imbricada no processo do Ser social (Magalhães; Silva Sobrinho; Cavalcante, 2023).

construído socialmente por e para os sujeitos, no interior da luta de classes de uma determinada formação social.

Em Análise do Discurso, a noção de sujeito é fundamental para entender essa relação entre ideologia e discurso, pois o sujeito é, ao mesmo tempo, sujeito enquanto Ser social construído nas relações sociais e o sujeito do discurso que materializa a ideologia, tomando sempre posição ideológica (assumida ou negada). “A ideologia faz parte, ou melhor, é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. E o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se reproduza o dizer” (Orlandi, 2015, p. 44).

Para a Análise do Discurso, a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso

[...] se efetua pela identificação (do sujeito) à formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): esta identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, repousa sobre o fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, estão reinscritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux *apud* Maldidier, 2017, p. 59).

O discurso é compreendido como efeito de sentido entre interlocutores situados em determinadas condições de produção/reprodução/trans formação de uma dada formação social. A ideologia no discurso está presente nos gestos de interpretação produzidos numa conjuntura histórica.

Como pontua Orlandi (2020, p. 18), a partir de Pêcheux:

[...] a interpretação é um “gesto”, ou seja, é um ato no nível simbólico (Pêcheux, 1969) [...]. O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história. Esta é uma característica importante da interpretação. Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção [...].

É preciso destacar que, ao significar o mundo, o sujeito também se significa: “o gesto de interpretação é o que decide a direção dos sentidos” (*idem*). Assim, a direção do sentido é uma tomada de posição ideológica dentro da formação discursiva em que o sujeito do discurso se inscreve e que determina o que se pode ou não dizer.

No caso em estudo, compreendemos que a revista *Superinteressante* assume uma posição discursivo-ideológica para falar do colapso ambiental. Seu dizer faz tornar “visíveis”

as direções de sentidos, os traços políticos, o lugar que ocupa para interpretar os acontecimentos socioambientais. Os efeitos de sentidos produzidos no discurso, ainda que se manifestem como evidentes, fazem parte dos processos históricos e possuem caráter material (Pêcheux, 1988; Silva Sobrinho, 2019).

Se os elementos significantes já estão lá, presentes na revista, estão lá pela historicidade (pelo interdiscurso), pela relação com a ideologia e pela forma como a língua se inscreve na história e como a histórica se inscreve na língua, para significar. Assim, conforme Orlandi (2020, p. 28), “[...] do ponto de vista discursivo, sujeito e sentido não podem ser tratados como já existentes em si, com *a priori*, pois é pelo efeito ideológico elementar que funciona, como se eles estivessem sempre lá”.

Em suma, podemos dizer que, em Análise do Discurso, o funcionamento da ideologia no discurso é compreendido nessa dupla relação de constituição do sentido e do sujeito que se dá na formulação do dizer. Essa constituição se produz na história, pelas condições de produção amplas e imediatas que caracterizam um determinado sujeito e seu discurso numa dada formação social. Isso nos faz insistir sobre a posição-sujeito do/a analista do discurso: “[...] o/a analista de discurso precisa compreender que sua análise é teórica e é política. É teórica porque se faz com dispositivos teóricos de interpretação, e é também política porque, ao analisar o discurso, faz uma crítica contundente ao funcionamento da sociedade capitalista” (Silva Sobrinho, 2023, p. 138).

De nossa posição teórico-política compreendemos que “[...] as mudanças climáticas são o vértice de aspectos de um sistema em crise, que, embora se manifestem em variadas dimensões da vida humana, respondem à mesma lógica com que o capitalismo neoliberal, enquanto política, forma de pensamento e modo de organização da produção material, direciona seus processos” (Miguel, 2025, p. 88).

Portanto, é preciso levar em consideração a materialidade do discurso e a materialidade da história. Há uma imbricação contraditória entre língua, história, sujeito e ideologia, e como essa relação constitutiva torna a linguagem não transparente, é preciso compreender que “[...] fazer AD é sempre uma prática desafiadora na conjuntura histórica de reprodução/transformação das relações de produção, ou seja, o fazer ciência e o fazer política são, ao mesmo tempo, parte constitutiva das relações antagônicas existentes entre capital e trabalho” (Silva Sobrinho, 2015a, p. 41). Isso implica dizer que nosso gesto de descrição-interpretação é, como diria Pêcheux (2002), uma questão de ética, política e responsabilidade, visto que há um colapso ecológico efetivo.

A *Superinteressante* e o discurso da divulgação científica (DDC): mídia, discurso, ideologia

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe 'em si mesmo' (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (Pêcheux, 1988, p. 160).

Podemos dizer que a revista *Superinteressante* é parte do imenso universo midiático – que se caracteriza também como uma indústria – e que, por seu turno, ela mesma “[...] obedece aos ditames do mundo capitalista” (Ramires, 2017, p. 47) e, desse modo, evidencia posições ideológicas.

Por se tratar de um discurso midiático – ou seja, um espaço de produção e circulação de sentidos –, a revista também possui um caráter de mercado, além de uma discursividade específica e heterogênea sobre o que é a “ciência”. Pêcheux nos “alerta” que o discurso científico possui posições ideológicas que não estão “[...] acima ou separadas da história da luta de classes [...], mas se apresentam como efeito de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica” (Pêcheux, 1988, p. 190).

No caso em estudo, ressaltamos que a revista *Superinteressante*, publicada pela primeira vez em 1987, é uma das 19 marcas do Grupo Editora Abril, junto com outras como *Capricho*, *Claudia*, *Instituto Veja*, *Veja*, *Veja Rio*, *Veja São Paulo*, *Veja Saúde*, *Você S/A*, *Você RH*, *Viagem e Turismo*, *Quatro Rodas*, *Bebê*, *Boa Forma*, *Guia do Estudante*, *Elástica*, *Bravo!*, *Casa e Casa Cor*. O slogan do grupo é: “Somos a indústria do conhecimento: um dos maiores *Publisher* da América Latina, há 70 anos atuando na difusão de educação, informação e cultura” (Publiabril, 2024). Podemos, então, compreender que as marcas do Grupo Abril são, elas mesmas, parte de uma indústria cultural/midiática que, enquanto tal, produz “conteúdo” – no caso exclusivo da *Superinteressante*, conteúdo “científico” específico para a venda.

Seu objetivo é diretamente mencionado no site do Grupo Abril: “Nossa tarefa é enxergar além do óbvio. É mostrar **a voz da ciência**. É **traduzir, decifrar**, ou seja, **comunicar**, no sentido original da palavra: tornar comum o conhecimento” (Publiabril, 2024 – grifos nossos). Nesses termos, a revista se posiciona como um espaço de divulgação científica e cultural. No entanto, questionamos: que voz da ciência é essa? Que lugar de

produção e circulação é esse que visa “tornar comum o conhecimento”, “traduzindo-o” e “decifrando-o”?

Identificar a natureza desse lugar de produção dos sentidos na revista *Superinteressante* é também identificar elementos de seu funcionamento e suas propriedades discursivas, pois pensar esse lugar é pensar a análise e a constituição do *corpus*, como pontua Orlandi (2015, p. 61): “[...] decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas”. Daí a necessidade de caracterizar a formulação do discurso e o lugar de circulação no qual se situa a revista.

Apesar da caracterização inicial de que a revista *Superinteressante* está dentro do universo midiático, é preciso dizer também que ela ocupa um lugar peculiar e, ao mesmo tempo, um discurso diferenciado, que traz, por sua vez, propriedades específicas: o jornalístico científico.

Vale ressaltar que o jornalismo científico difere do discurso científico porque possui características “estilísticas” distintas⁴. Desse modo, jornalismo científico e discurso científico são, para nós, gêneros discursivos diferentes, que não se configuram apenas como lugar de difusão, senão como um lugar discursivo. Grigoletto (2005) esclarece que, nesse processo, ocorre uma transformação dos conteúdos/resultados apresentados ao público leitor do jornalismo científico, “adaptando-o” para uma linguagem diferente daquela utilizada pelos cientistas. Não há ruptura ideológica, mas sim um **deslocamento social da ciência**.

A autora explica que, “[...] embora não haja uma ruptura entre o discurso científico e o jornalístico, trata-se de dois discursos diferentes” (Grigoletto, 2005, p. 55). Ou seja, há uma ressignificação do discurso científico para a divulgação científica, um “salto” de um gênero discursivo para o outro. Desse modo, possui especificidades e regularidades próprias, justamente por ser atravessado pela mídia, pela ciência e pelo senso comum, simultaneamente. A autora chama esse entremeio de **espaço intercalar**.

O Discurso de Divulgação Científica estabelece uma relação dialética com o “já-lá”, ou seja, o pré-construído do discurso científico. Ele incorpora os gestos de interpretação tanto do discurso científico como do discurso jornalístico, e também do senso comum. Por ser uma síntese dessas determinações, surge como uma nova modalidade de discurso, conforme mencionado anteriormente, a partir do deslocamento social da ciência: da esfera científica para a esfera midiática.

⁴ Cf. Bueno (1988) nas referências deste texto.

Como parte da mídia, o jornalismo científico e o Discurso de Divulgação Científica também não estão isentos, e por isso não são “neutros”, “imparciais”. Podemos até mesmo dizer que sua função social se intensifica nesse lugar discursivo, visto que são atravessados por interesses mercadológicos que, por sua vez, determinam o que pode ou não ser “divulgado”, bem como determinam o modo de formulação e circulação. Como sabemos, essas determinações são afetadas pelas lutas ideológicas, pois estão em relação com a história que é constitutiva do discurso.

Conforme Silva Sobrinho (2010, p. 259):

É preciso observar que a imprensa, por sua vez, enquanto aparelho ideológico, possui a capacidade de formular e propagar ideias, representações, afetando os sujeitos e formando “opiniões” que são postas como necessárias à manutenção do *status quo*. Assim, a imprensa fala sobre o mundo, mas sempre o apreende de uma posição ideológica, pois não tem como não se utilizar de critérios de classe para fazer uma determinada leitura do real. Desse modo, sempre toma partido no conflito social produzindo e reproduzindo sentidos em sintonia com a posição que assume nas lutas sociais em jogo na processualidade histórica.

Vejamos a seguir como se dá o movimento de sentidos em alguns recortes discursivos das publicações da revista *Superinteressante* entre os anos de 2011 e 2021.

SD1: Publicidade sustentável: outdoor feito de plantas absorve poluição do ar (Superinteressante, em 6/7/2011)⁵.

SD2: Mudanças climáticas já afetam o **desempenho no trabalho – e vai piorar** (Superinteressante, em 6/5/2016)⁶.

SD3: Corais do Atlântico tropical têm futuro ameaçado pela crise climática

Cientistas coletaram dados e usaram simulações de computador para descobrir como o **aquecimento global vai afetar três espécies importantes para a construção de recifes** no nosso quintal oceânico (Superinteressante, em 26/6/2021)⁷.

⁵ Leia mais em: <https://super.abril.com.br/coluna/planeta/publicidade-sustentavel-outdoor-feito-de-plantas-absorve-poluicao-do-ar/>.

⁶ Leia mais em: <https://super.abril.com.br/ciencia/mudancas-climaticas-ja-afetam-o-desempenho-no-trabalho-e-vai-piorar/>.

⁷ Leia mais em: <https://super.abril.com.br/ciencia/corais-do-atlantico-tropical-tem-futuro-ameacado-pela-crise-climatica/>.

Conforme Pêcheux e Fuchs (1997, p. 172), “[...] estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentidos, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam esses efeitos de sentido”. Portanto, as formulações discursivas encontradas nos títulos e no corpo das matérias da revista *Superinteressante*, tais como: “sustentável”, “mudanças climáticas”, “crise climática” e “aquecimento global” levantam a hipótese de que há um processo discursivo que, politicamente, determina (delimita) o dizer sem tocar em questões mais profundas; isto é, ao saturar com “informações”, a revista deixa de tocar no caráter destruidor do sistema capitalista. Tais dizeres, em seu movimento parafrástico, controla (administra) os sentidos diante das práticas da sociedade capitalista em relação ao metabolismo (intercâmbio) entre o homem e a natureza, e silencia as consequências dessas práticas para o planeta Terra e para a humanidade.

Vemos na **SDI** que se noticia a criação de um *outdoor* feito de plantas. Trata-se de um *outdoor* da Coca-Cola em parceria com a ONG WWF – *World Wildlife Fund*, apresentado na cidade de Makati, nas Filipinas. A revista reconhece que se trata de uma “sacada publicitária”; o texto fala de “aquecimento global”, “mudanças climáticas” e “desenvolvimento sustentável”⁸. Essa série de formulações (inscrição material da língua na dialética da história) caracteriza as questões sobre o clima, mas não toca na lógica do capital e na exploração (destruição) da natureza. Atentar para o fio do discurso sobre o modo como se dá essa discursividade nos interessa porque vemos como há um silenciamento⁹ sobre a crise estrutural do capital nessa forma como a revista *Superinteressante* “divulga/informa” questões acerca do clima.

Analisando a **SD2**, constatamos que ela traz a nomeação “mudanças climáticas” como efeito de evidência, mas promove um deslocamento do pensar sobre o clima para pensar sobre o “desempenho no trabalho”. O que nos parece é que a revista está “alertando” que as “mudanças climáticas” vão afetar mais diretamente o trabalho (o trabalhador), ou seja, o desempenho, a atuação, a atividade do trabalhador. Como sabemos, é a força de trabalho que gera a mais-valia e o lucro do capitalista. A notícia, inevitavelmente, toca nas relações de

⁸ Silva Sobrinho (2015a) realiza uma análise sobre o “Prêmio Jovem Cientista” de 2011, que tinha como temática “Cidades sustentáveis”. O analista chega, entre outras conclusões, à de que as “soluções” apontadas (esperadas) pelo concurso eram atravessadas por pré-construídos que materializam interesses ideológicos da manutenção do funcionamento do modo de produção capitalista.

⁹ Estamos nos referindo a um tipo de política do silêncio, ou seja, se diz X para não dizer Y, como esclarece Orlandi (2002).

trabalho e diz (alerta) que “vai piorar”. Mas fica o não-dito de para quem será a piora: para o trabalhador ou para o capitalista?

Por fim, temos a **SD3**, que fala sobre os “corais do Atlântico tropical” ameaçados pela “crise climática”. Em nosso entender, o discurso se preocupa com os corais, significando que eles estão sendo ameaçados pela “crise climática”, mas apaga outros sentidos possíveis. Ou seja, não se sabe como se deu nem como se dá a “crise climática”, pois quem lê pode pensar que a “crise climática” é algo “dado” espontaneamente pela natureza. Assim se estabelece o efeito de evidência, conforme Pêcheux (1988, p. 31): “[...] a evidência diz: as palavras têm um sentido porque têm um sentido”. Portanto, no fio do discurso instala-se uma ordem do dizível repleto de silêncio, já que os sentidos estão em processos de significação “administrados” pelas práticas históricas, como efeito das relações de classes sobre as práticas linguísticas. Podemos dizer ainda, fundamentados em Orlandi (2002, p. 100), que “[...] a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas, daí resultando a impressão do sentido único e verdadeiro”.

O que estamos considerando é que há uma discursividade que se quer dominante, pois materializa interesses da sociedade burguesa. Esse discurso nos desafia porque precisa falar sobre as questões climáticas, mas, em seus direcionamentos político-ideológicos na mídia, não toca em questões mais profundas da sociedade capitalista e funciona, justamente, relacionando elementos do saber mais ligados ao cotidiano (publicidade/*outdoor*, desempenho no trabalho) com os elementos do saber das questões ambientais (sustentabilidade, mudança climática e crise climática), sem aprofundá-las – ao invés, linearizando-as, numa propriedade constitutiva do Discurso da Divulgação Científica.

A revista lida com as contradições sócio-históricas que dizem respeito às relações sociais de produção, reproduzindo evidências de sentidos, evocando palavras e expressões aparentemente universalizantes, tais como: “sustentabilidade”, “mudanças climáticas”, “crise climática” e “aquecimento global”, que materializam o discurso e as ideologias em luta na conjuntura histórica. Podemos dizer que “[...] **a mídia é capaz de política!**” (Silva Sobrinho, 2023, p. 140). Sendo capaz de política, a mídia apaga outros sentidos possíveis, por exemplo, o modo de ser da sociedade capitalista, e coloca os sujeitos leitores/as em um lugar comum da interpretação.

Vimos que há um silenciamento do caráter destruidor do capitalismo; este silenciamento é constitutivo desses dizeres, determinando as formulações e regionalizando

os saberes e os conhecimentos. Daí o modo de recortar as notícias, de administrar os sentidos; a forma como interpela os sujeitos se materializa em mecanismos discursivo-ideológicos que têm sua eficácia no discurso. Este, paradoxalmente, olha para as “mudanças climáticas/crise climática” que afetam a própria natureza, como “os corais do Atlântico”, mas também aponta para o “desempenho no trabalho”, advertindo que isso vai “piorar”.

Vemos que o discurso, enquanto materialidade da ideologia, em sua concretude histórica é **efeito e trabalho** nas filiações históricas de sentido (Pêcheux, 2002). Ele é parte **movente e movida** das relações de reprodução/transformação das relações de produção¹⁰. Segundo Silva Sobrinho (2023, p. 150), “[...] tais discursos formulados e postos em circulação na mídia exercem uma força objetiva e subjetiva sobre os sujeitos, visto que são materialidades moventes e movidas pelos processos ideológicos e interesses econômicos dominantes, ou seja, efeito e trabalho no real sócio-histórico”.

Agora podemos avançar em nossa análise, direcionando o olhar às imagens postas em circulação nas mesmas matérias analisadas anteriormente. Esse gesto se faz importante porque as imagens também significam e dão pistas das posições-sujeito (ideológicas), determinando o dizível, neste caso, determinando o imagético para produzir sentidos. Trata-se, pois, de uma materialidade histórica e, por isso, também ideológica, pois a ideologia é uma prática material.

Nessa direção, a partir das imagens (materialidades significantes) podemos observar como a revista continua a assumir direcionamentos políticos nos conflitos de classes que perpassam as questões socioambientais. Para nós, a imagem (fotografia) recorta a realidade e reproduz (reforça) um determinado modo de compreender as questões socioambientais. Vejamos:

¹⁰ Ver Silva Sobrinho (2018).

Figura 1:
Divulgação¹¹



(2011)

Figura 2:
Viktor Gladkov/iStock (/)¹²



(2016)

Figura 3:
(Aaron Bull/Getty Images)¹³



(2021)

Em nosso trajeto teórico-analítico-político, deparamos com algumas imagens (fotografias). A leitura das imagens nos exige refinar nossas lentes teóricas e analíticas¹⁴. As imagens, quando submetidas à análise, nos dão a ver como o político e o ideológico se manifestam nessas materialidades significantes postas em circulação pela revista *Superinteressante*. Analisar discursivamente as imagens possibilita compreender como as notícias produzidas pela mídia jornalística (*Superinteressante*) estão ligadas ao modo de ser do sistema capitalista, o que, de certa forma, o legitima. Como diz Pêcheux, “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (1988, p. 92).

Na **Figura 1**, vemos a publicidade da Coca-Cola produzindo um imaginário da possibilidade de um *outdoor* “sustentável”. No texto, a revista até questiona se isso é possível, mas seu olhar está direcionado para a “sustentabilidade”. É neste momento que podemos perguntar se isso diz respeito à sustentabilidade da natureza ou do sistema capitalista e de a lógica de produção do valor mercadoria. Há, a nosso ver, uma forma de dizer diferente (pela imagem) para significar a mesma coisa. Não se nega a sociedade capitalista porque a revista assume posição no processo discursivo dominante. Podemos

¹¹ Leia mais em: <https://super.abril.com.br/coluna/planeta/publicidade-sustentavel-outdoor-feito-de-plantas-absorve-poluicao-do-ar/>.

¹² Leia mais em: <https://super.abril.com.br/ciencia/mudancas-climaticas-ja-afetam-o-desempenho-no-trabalho-e-vai-piorar/>.

¹³ Leia mais em: <https://super.abril.com.br/ciencia/corais-do-atlantico-tropical-tem-futuro-ameacado-pela-crise-climatica/>

¹⁴ O/a leitor/a interessado/a pode conferir algumas análises discursivas sobre imagens nos seguintes textos: Silva Sobrinho (2015b) e Silva Sobrinho (2021).

dizer que o verbal e o não verbal repetem sentidos, mas não diferenciam. Não há polissemia, pois os interesses dominantes continuam agindo nesse discurso.

É possível compreender a partir da segunda imagem (**Figura 2**) como se dá o gesto de interpretação que faz pensar sobre a “crise climática/ambiental” e o trabalho (força de trabalho). Na Figura, a existência do trabalhador (operário) é significada pelo seu “desempenho”, que “pode piorar”. É preciso lembrar que na sociedade capitalista as relações de trabalho são relações de exploração e que isso produz efeitos de sentido na imagem. A relação do verbal com o não verbal se realiza de modo contraditório: “mudanças climáticas :: podem piorar” e/ou “Desempenho do trabalho :: pode piorar”.

Assim, vemos nessa foto um efeito de articulação do discurso que:

[...] em seu caráter material, está sempre imbricado com os interesses materiais e ideológicos das classes sociais em lutas, pois estas continuam produzindo efeitos sobre as práticas linguísticas em suas diversas modalidades, especialmente no discurso político, jurídico, na mídia, bem como no discurso científico e nos discursos com os quais nos deparamos cotidianamente (Silva Sobrinho, 2019, p. 141).

A dinâmica do discurso que estamos analisando reproduz saberes sobre as relações de trabalho. Fala e, ao mesmo tempo, não fala da exploração do trabalhador, pois estaciona na evidência que marca, empiricamente, apenas o cotidiano do trabalhador, sua aparência. Nessa direção, ficamos em dúvida sobre o que vai “piorar”, se a “crise climática” ou o “desempenho do trabalhador”. Ou seriam os dois? Trata-se de uma forma de dominação ideológica que se “preocupa” com o clima, pois este pode trazer consequências para a “produção” capitalista.

Esse gesto de interpretação tem sua gênese nas lutas sociais, portanto, o trabalho nessa imagem é o trabalho estranhado/alienado que mortifica o homem. Por isso, não se diz que a “crise climática” é um efeito do modo de ser da produção capitalista. Esse funcionamento se realiza pelo efeito da ideologia dominante em luta com a ideologia dominada.

Já na **Figura 3**, podemos dizer que há uma deriva. Ela é ambígua, ou seja, não é transparente. Talvez seja a imagem que mais se afaste dessa sequencialização que articula, subterraneamente, o capital e a “crise climática”. No entanto, a foto, ao mostrar os corais, ou seja, a própria natureza, sugere que a “crise climática” afeta apenas a natureza – como se fosse algo dado em si e por si mesmo. Há uma regularização desse dizer, pois apresenta

como um domínio do “saber” para os/as leitores/as que o “futuro” dos corais está “ameaçado” pela “crise climática”.

A formulação, a nosso ver, deixa brechas e abre espaço para interpretações porque recobre outros sentidos possíveis, sua materialização. Apesar da beleza da fotografia, deixa lacunas, visto que trata a questão de modo superficial. Para a Análise do Discurso, é preciso perturbar a memória dessa regularização, questionar o domínio dessa formulação, pois nela parece (como uma evidência) que a “natureza” (em “crise”) age (“ameaçando”) a própria natureza.

Essa forma de dizer revela a existência de mecanismos discursivos que constroem um imaginário que funciona apagando a história, ou seja, apagando o caráter material desses acontecimentos, já que não há uma crítica ecológica contundente da sociedade capitalista e faz funcionar discursivamente uma ruptura entre os seres humanos, em sua práxis social, e a natureza.

De acordo com Mariani (1999, p. 60), “[...] não podemos esquecer que os jornais funcionam construindo modelos de explicação/compreensão da realidade, instituindo uma ordem e fazendo circular os sentidos que interessam às instâncias que os dominam”. Assim, as formulações que a *Superinteressante* põe em circulação tocam nas contradições sócio-históricas e direcionam (administram) os sentidos como se os acontecimentos climáticos fossem produzidos pela própria natureza, e não uma consequência das práticas de exploração da natureza levadas a cabo pela sociedade capitalista e sua lógica destruidora.

Como vimos, as imagens (fotografias) são parte de processos discursivos mais amplos e, por isso, nos dão pistas do funcionamento do discurso sobre o colapso ambiental. Trata-se de gestos de interpretação marcados pela ideologia. Elas produzem efeitos encarnando discursos para evidenciar sentidos e silenciar outras possibilidades de interpretação. Seu funcionamento é transparente e opaco porque segue uma regularidade da memória discursiva sobre a “crise climática”, articulada às práticas sociais, respondendo ideologicamente às contradições da conjuntura histórica e assim atuando no real.

Dissemos em outro estudo que as classes sociais respondem às alternativas, pois:

Tomando como exemplo a questão do desmatamento da Amazônia, sabemos que se trata de um problema para o qual é necessário buscar respostas urgentes. Essas respostas serão diferentes se pensadas no âmbito do agronegócio; na perspectiva dos povos originários (indígenas); nas ações dos ativistas e defensores do clima, ou ainda, bastante diferentes para o sujeito revolucionário que visa superar a sociedade capitalista. Essas diversas respostas, para nós,

baseadas em diferentes interpretações, se dão porque os diferentes sujeitos assumem posições distintas em função dos lugares materiais (e ideológicos) em que estão e se reconhecem (ou não) nas diferentes classes sociais (Magalhães; Silva Sobrinho; Cavalcante, 2023, p. 194).

Como vimos, o poder da mídia hegemônica cumpre sua **função social ideológica** de reproduzir um discurso sobre o real a partir da tomada de posições. Os discursos que ora analisamos têm direcionamento político-ideológico, pois estão inscritos na totalidade das contradições sócio-históricas. Tais discursos têm força material; sua formulação e sua circulação se mostram como uma alternativa hegemônica.

A ideologia dominante produz evidências enquanto apaga o **caráter material do sentido** (Pêcheux, 1988; Silva Sobrinho, 2019). Assim, o formulado, seja ele linguístico e/ou imagético, significa: se move, segue trajetos, atinge os pensamentos, propõe direcionamentos políticos, mas também pode falhar em meio às determinações históricas.

Considerações finais

Mudar de mundo, ou mudar a base do mundo?
(Pêcheux, 1990, p. 9).

O funcionamento da mídia, no caso específico da *Superinteressante*, consiste em reproduzir dizeres sobre o mundo real em processo de transformação, indicando tendências e direcionando sentidos. Não podemos chamar tais dizeres de discursos “ecológicos” porque, afinal, o que seria “ecológico” nesse discurso de divulgação científica? Levando isso em consideração, temos certeza de que esses dizeres da mídia hegemônica não se inscrevem em sítios de significância ecossocialista.

As redes de sentidos formuladas e postas em circulação na revista não são neutras, pois se filiam ao mercado, às relações de exploração do trabalho e aos padrões de consumo. Logo, há uma dominação nesse processo discursivo, pois diz e não diz, ao mesmo tempo. É desse modo que este discurso politicamente funciona.

Trazemos a epígrafe evocada nestas considerações finais, do nosso professor-filósofo-cientista-militante¹⁵ (Michel Pêcheux). Vemos que ela nos provoca a pensar sobre “mudar

¹⁵ Cf. Silva Sobrinho (2018).

de mundo, ou mudar a base do mundo?” Esse questionamento nos aproxima de Löwy, que defende o necessário planejamento da produção com um modo de vida alternativo ao capitalismo, e que seja social e ecologicamente possível, como, por exemplo, o ecossocialismo.

Eis o que diz Löwy sobre o colapso ambiental:

Como marxistas [aqui nós acrescentamos também: como analistas de discursos], nossa resposta é: o culpado é o sistema capitalista. Sua lógica absurda e irracional de expansão e acumulação infinitas, seu produtivismo obcecado pelo lucro a qualquer preço são responsáveis por levar a humanidade à beira do abismo. A racionalidade da acumulação, da expansão e do “desenvolvimento” capitalista – especialmente em sua forma neoliberal contemporânea – é impulsionada por cálculos míopes e está em contradição intrínseca com a racionalidade ecológica e a proteção de longo prazo dos ciclos naturais. A concorrência implacável, as exigências de lucratividade, a cultura do fetichismo da mercadoria e a transformação da economia em uma esfera autônoma não controlada pela sociedade ou pelos poderes políticos destroem o equilíbrio da natureza (Löwy, 2025, p. 22).

Compreendemos que o sistema capitalista tem uma dinâmica que explora tanto a natureza como os sujeitos, e faz esgotar os recursos naturais e humanos. Como isso precisa ser dito pela mídia, ela toma posição hegemônica e assim silencia as contradições e o caráter antagonístico dos conflitos. Desse modo, concluímos com a presente análise que é necessária uma ruptura revolucionária. Isso porque, “[...] fazer AD é para nós uma perspectiva de trabalho de resistência-revolta e luta contra a opressão do capital” (Silva Sobrinho, 2015a, p. 42). Diante de tudo isso, torna-se imprescindível mudar a base do mundo e mudar o mundo e seus sujeitos. Essa mudança se dá na práxis com suas mediações discursivas e ideológicas que desafiam radicalmente a (des)ordem capitalista.

Referências

AMBRIZZI, T. et al. *Mudanças climáticas e a sociedade*. São Paulo: IAG, 2021. Disponível em: <https://www.climaesociedade.iag.usp.br/livreto.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL tem importante papel na redução das mudanças climáticas: ONU emitiu alerta sobre as alterações climáticas mundiais. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 7 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/brasil-tem-importante-papel-na-reducao-das-mudancas-climaticas>. Acesso em: 17 out. 2023.

BUENO, W. da C. *Jornalismo Científico no Brasil: Aspectos teóricos e práticos*. São Paulo: Depto. de jornalismo e editoração USP, 1988. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/textos/000639923>. Acesso em: 17 set. 2024.

CAVALCANTE, M. S. A. O. A ideologia em Lukács: contribuições para a Análise do Discurso. In: CAVALCANTE, M. do S. A. de O. (org.). *Linguagem, discurso, ideologia: a materialidade dos sentidos*. Maceió: Edufal, 2017. p. 39-59.

FLORÊNCIO, A. et al. *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Maceió: Edufal, 2009.

GRIGOLETTO, E. **O discurso de divulgação científica**: um espaço discursivo intervalar. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5322>. Acesso em: 16 set. 2024.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-38.

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Disponível em: <http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=6#:~:text=At%C3%A9%20agora%2C%20cerca%20de%20729,de%20Desmatamento%20em%20Tempo%20Real>. Acesso em: 17 out. 2023.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 1996.

LÖWY, M. A alternativa ecosocialista. In: LUEDY, L. (org.). *Tempo fechado: capitalismo e colapso ecológico* São Paulo: Boitempo, 2025. p. 21-29.

LUKÁCS, G. *Para a Ontologia do Ser Social* - Vol. 14. 1. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MAGALHÃES, B.; SILVA SOBRINHO, H., CAVALCANTE, M. A. Análise do Discurso e Ontologia marxiana. In: AMARAL, V. et al. (org.). *Do discurso: fronteiras e perspectivas*. Campinas, SP: Pontes, 2023. p. 186-203.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes Editora, 2017.

MARIANI, B. Discurso e instituição: a imprensa. *Rua – Revista do Nudecri*, Campinas, n. 5, p. 47-61, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MIGUEL, J. Além do negacionismo: análise de crises e lutas no vértice das mudanças climáticas. In: LUEDY, L. (org.). *Tempo fechado: capitalismo e colapso ecológico*. São Paulo: Boitempo, 2025. p. 87-97.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. São Paulo: Pontes Editora, 2020.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, v. 19, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 22 ago. 2025.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PUBLIABRIL. *Publicações Abril*. Disponível em: <https://publiabril.abril.com.br>. Acesso em: 16 set. 2024.

RAMIRES, L. *“Eles conseguiram”: os sentidos de “sucesso” no jornalismo de televisão*. Maceió: Edufal/Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

SILVA SOBRINHO, H. Análise do Discurso: um olhar materialista sobre as evidências de sentido. In: FREITAG, R.; SILVA, L. (org.). *Linguagem e representação discursiva II: outros estudos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2010. p. 247-273.

SILVA SOBRINHO, H. O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético. *Revista Conexão Letras*, [s. l.], v. 9, n. 12, 2015a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaolettras/article/view/55120>. Acesso em: 23 ago. 2025

SILVA SOBRINHO, H. Imagens e não-imagens da velhice na imprensa: formulações que encarnam o discurso, efetivam sentidos e delimitam sujeitos. In: BERNADO-SANTOS, W.; TFOUNI, F. (org.). *Discurso, mídia e ensino: entrecruzamento de abordagens*. Aracajú: Criação, 2015b. p. 183-205.

SILVA SOBRINHO, H. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In: BALDINI, L.; BARBOSA FILHO, F. (org.). *Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades - Vol. 2*. Campinas, SP: Pontes, 2018. p. 59-84.

SILVA SOBRINHO, H. O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso. *Polifonia*, [S. l.], v. 26, n. 43, p. 130-150, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8307>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SILVA SOBRINHO, H. A imagem fotográfica e o olhar materialista e dialético. *In*: ABRAHÃO e SOUZA, L.; ALMEIDA, J. (org.). *Errância do instante: fotografias de Araquém Alcântara em discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2021. p. 280-295.

SILVA SOBRINHO, H. Crise econômica e política; o discurso na mídia jornalística. *In*: DELA-SILVA, S. et al. (org.) *Mídia e(m) discurso: percursos de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes, 2023. p. 135-151.

Silmara Dela Silva
Fernanda Lunkes
Ceres Carneiro

ENTRE TRAJETOS DE LEITURA(S) E DE MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DE UM INVENTÁRIO DIGITAL



ENTRE TRAJETOS DE LEITURA(S) E DE MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DE UM INVENTÁRIO DIGITAL

Considerações iniciais

Temos como proposta, neste texto, apresentar uma reflexão teórico-analítica sobre o percurso do projeto de pesquisa intitulado “Inventário digital de termos e conceitos em discurso e mídia”, contemplado no Edital Universal do CNPq/2021, com início em 2022¹.

Construído coletivamente no grupo de pesquisa MiDi – Mídia e(m) Discurso, o projeto dedicou-se à construção de um Inventário disponibilizado na rede eletrônica², com o objetivo de levantar, reunir e apresentar/divulgar conceitos, noções e termos relacionados à análise de discurso materialista formulada por Michel Pêcheux, mobilizando, para tanto, pesquisas realizadas no Brasil a partir da década de 1980, com enfoque especial na análise de discursos midiáticos. Ainda que a construção do Inventário se mantenha em aberto, uma vez que se trata de um projeto coletivo do grupo, com a proposta de atualização permanente, ocupamo-nos, aqui, de um fechamento em seu efeito, por considerarmos que o projeto encontra um ponto de chegada com o encerramento de sua proposta inicial³.

No percurso que ora apresentamos, organizamos a nossa escrita em três momentos, representativos dos percursos trilhados na constituição do Inventário: i) um trajeto de leitura(s); ii) um trajeto temático; iii) um trajeto de memória. Buscamos, assim, dizer do nosso gesto de construção do Inventário, que se configura com um gesto de leitura e de memória, com vistas à divulgação científica da análise de discurso pecheutiana praticada no Brasil.

¹ Processo número 403433/2021-5, contemplado na Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - Faixa A - Grupos Emergentes.

² O Inventário está disponível em: <https://midi-uff.com.br/inventario-digital-de-termos-e-conceitos-em-discurso-e-midia/>.

³ O projeto de constituição do Inventário, contemplado em Edital do CNPq, teve vigência inicial de 16/03/2022 a 31/03/2025. Por solicitação da coordenação do projeto, esse prazo foi prorrogado até 31/12/2025.

O Inventário digital: um trajeto de leitura(s)

Um primeiro movimento previsto nos procedimentos metodológicos do projeto de construção do “Inventário digital de termos e conceitos em discurso e mídia” relaciona-se ao mapeamento e levantamento de pesquisas desenvolvidas, em análise de discurso, cujos dispositivo(s) teórico-analítico(s) contemplados fosse(m) reconhecido(s) e/ou aplicável(is) ao desenvolvimento contínuo dos estudos discursivos, especialmente àqueles relacionados aos discursos da/na/sobre a mídia, considerando a importância do objeto analítico aos trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa MiDi. Esse processo dedicava-se inicialmente⁴ aos estudos considerados pioneiros na área, ou seja, trabalhos de pesquisa filiados à teorização de Pêcheux ([1969] 1997, [1975] 2009) e Orlandi (1983/1996)⁵, e que foram assumidos em nossos gestos de leitura enquanto “originais”⁶.

Assim, iniciamos o nosso percurso por um levantamento das primeiras dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil nesse campo teórico. Diante da impossibilidade de dar conta de um escopo que abarcasse variados arquivos das bases de teses e dissertações de universidades brasileiras, fez-se necessário determinar um ponto de partida para nosso trajeto de leitura. Nesse sentido, fizemos um levantamento de teses e dissertações orientadas pela professora Eni Orlandi, responsável pelo início dos trabalhos em análise de discurso pecheutiana no Brasil, buscando por pesquisas no campo teórico da análise de discurso desenvolvidas sob sua orientação no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, nas décadas de 1980 e 1990.

Chegamos a um total de 10 dissertações de mestrado e nove teses de doutorado, cujas leituras foram distribuídas entre os membros do grupo MiDi. Desse modo, demos

⁴ Em seção posterior, explicitaremos outros encaminhamentos feitos no projeto inicial.

⁵ Em nosso percurso, utilizamos duas edições do livro “A linguagem em seu funcionamento”: a primeira, de 1983, e a quarta edição, de 1996; o que nos faz mencionar um ano ou outro para nos referirmos à mesma obra.

⁶ Discursivamente, entendemos que não é possível dizer de uma originalidade na proposição de um dizer ou, nesse caso, de um conceito ou de uma noção teórica, uma vez que os sentidos, conforme afirma Orlandi (2003, p. 7), “não têm origem, não pertencendo, de direito a lugar nenhum”. Mobilizamos o termo “originais”, desse modo, aproximando-nos do efeito proposto por Orlandi com a noção de discurso fundador, que “são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país” (Orlandi, 2003, p. 7), embora possuam, como todo discurso, a sua historicidade. Em nosso caso, os textos mobilizados como “originais” com relação à formulação de um termo, conceito ou de uma noção teórica inventariada são assim tomados porque, parafraseando Orlandi (2003), funcionam como referência básica no imaginário do dispositivo teórico da análise de discurso.

início aos trabalhos no projeto, não buscando somente teses e dissertações em análise do discurso midiático, mas pensando no trajeto que iria iniciar a formação de pesquisadores em análise de discurso que passariam a atuar, nas décadas seguintes, nas diversas universidades brasileiras que possuem os estudos do discurso em suas linhas de pesquisa. Entendemos que é a partir dessas pesquisas de mestrado e doutorado, fundamentadas teoricamente nos estudos do discurso, que começa a mobilização/proposição de termos e conceitos que especificam a análise de discurso em sua história no Brasil e que serão mobilizados para a análise dos discursos da/na e sobre a mídia.

A leitura desse conjunto de teses e dissertações mostrou-se bastante produtiva e apontou para diversas noções e conceitos teóricos como possíveis de serem inventariados, se considerarmos o seu percurso ao longo de cerca de 40 anos da análise de discurso pecheutiana no país. Muitos deles, no entanto, não comparecem como voltados à análise dos discursos midiáticos nessas pesquisas iniciais, o que nos colocou diante de questões específicas acerca dos procedimentos que adotaríamos para darmos continuidade à pesquisa. É assim que, posteriormente a esse levantamento, compareceram nas discussões do grupo questões que envolvem a leitura do projeto e os processos de textualização das noções, dos termos e conceitos postos a circular no Inventário, aspecto sobre o qual nos detivemos em trabalho anterior (Carneiro, Lunkes, Dela-Silva, 2024), ao apresentarmos reflexões teórico-analíticas em torno desse movimento de leitura proposto a partir do Inventário.

Foi possível compreender que nosso gesto de inventariar os discursos da/na/sobre a mídia colocava em movimento um processo de verbetização, termo que adotamos com base em Medeiros (2024). De acordo com a autora, a verbetização, que consiste na “inscrição de palavras, sintagmas, expressões e mesmo enunciados como verbetes em instrumentos linguísticos” (Medeiros, 2024. p. 325), é um processo que, por um lado, permite essa notação de elementos linguísticos enquanto verbetes em dicionários, por exemplo; e por outro, dá a ver o funcionamento da língua e as posições discursivas em jogo, ao apontar para uma impossibilidade, uma vez que nem tudo o que pode ser dito e ouvido é passível de ser inscrito/mobilizado nos instrumentos linguísticos.

Guardadas as devidas especificidades, uma vez que o Inventário não se configura como um instrumento linguístico (como os dicionários e as gramáticas), assumimos com o projeto que o processo de seleção de conceitos, termos e noções teóricas ocorre a partir de um recorte que guarda semelhanças com o processo de verbetização, já que a escolha de um conceito ou noção teórica, eleita como palavra/expressão que funciona como entrada no

Inventário decorre do recorte de uma possibilidade entre outras, além de demarcar a posição discursiva de constituição do próprio Inventário.

Em nossas práticas de leitura, durante o processo de verbetização, duas mobilizações se destacaram: i) a do texto em que consta a noção ou termo “original”; ii) a de textos em que essa noção ou termo “original” é retomado. São dois movimentos teórico-metodológicos que se complementam, já que os verbetes resultaram, justamente, das retomadas dos termos ou noções que, por sua vez, partem de um termo ou noção “original”. Considerando tais movimentos, temos que seguimos um trajeto temático, conforme proposto por Guilhaumou e Maldidier (2014), mais especialmente, de uma noção e/ou de um termo, desde sua constituição até seus desdobramentos pela sua mobilização em outras pesquisas filiadas ao campo da análise materialista do discurso.

O Inventário digital: um trajeto temático

Realizado o mapeamento inicial das primeiras dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas em análise de discurso pecheutiana no Brasil, conforme exposto na seção anterior, a tese de Bethania Mariani se mostrou relevante e pertinente para início dos processos de verbetização, uma vez que se trata de uma pesquisa que se volta especificamente ao discurso da/na mídia, ao tratar de práticas discursivas da imprensa, do discurso jornalístico. Além disso, nela são apresentados conceitos e noções teóricas mobilizadas de modo recorrente tanto nos trabalhos em curso por membros do grupo de pesquisa MiDi, como por pesquisadoras e pesquisadores filiadas/os à análise materialista de discurso em instituições de pesquisa de todo o Brasil. Sua tese de doutorado, “O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)” (Mariani, 1996), que resultou na publicação do livro “O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)” (Mariani, 1998), possibilitou a constituição de grupos entre os pesquisadores do MiDi para a formulação de diferentes verbetes, entre eles: “equação linguística”, “narratividade”, “discurso jornalístico” e “discurso sobre”.

O processo de verbetização para construção do Inventário conta, assim, com um primeiro movimento que consiste no processo de retomar a teorização da noção, do conceito ou termo no trabalho considerado “original”. Posteriormente, a partir de movimentos reflexivos e combinados no interior do grupo, depreendeu-se a produtividade de trazer uma articulação com trabalhos que, alinhados à teoria e ao escrito inicialmente

considerado, desenvolvem análises com base no conceito, na noção ou no termo verbetizado.

Esse processo de modo algum é automático, mas fruto de diferentes processos de escrita, de questões e inquietações, e mesmo de desejos e necessidades que surgem nesse processo. A emergência de tal movimento no processo de verbetização ganha força tanto com a escrita dos verbetes “equação linguística” e “narratividade”, produzidos a partir e com base no estudo de Mariani (1996/1998), como também com o verbe “policromias”, retomando noção teórica proposta por Tânia Clemente de Souza (2001), cujos processos de escrita ocorreram de forma concomitantemente, e que são inicialmente apresentados em Dela-Silva, Lunkes, Carneiro (2022, 2023).

Ocorre que esses processos de verbetização acabam por produzir um efeito de (im)posição para/pelo grupo, qual seja: colocar em questão verbetes que dizem do percurso de pesquisa das/dos pesquisadores do MiDi; conceitos, noções e termos correlatos/relacionados às pesquisas e que passaram e/ou passariam pela verbetização. Desse modo, outros verbetes foram formulados posteriormente, dentre eles “materialidade significativa” e “discurso jornalístico alternativo”, por exemplo. Depreendemos, pois, diferentes trajetos de leitura para a composição e formulação dos verbetes, o que nos levou à noção de “trajeto temático”.

A noção de “trajeto temático”, mobilizada inclusive no título da presente seção, é bastante sintomática do processo teórico-metodológico do grupo em torno da construção do Inventário. Enquanto noção, surge fortemente a partir do conjunto de reflexões sistematizadas acerca dos procedimentos de leitura mobilizados para a construção do inventário (Carneiro; Lunkes; Dela-Silva, 2024) e foi, posteriormente, alçada enquanto verbe, disponibilizado no próprio Inventário. Definido por Guilhaumou e Mالدیدیر ([1979] 2014, p. 173) como um “conjunto de configurações textuais” que remete ao “conhecimento de tradições retóricas [...], pelo novo no interior da repetição”, orienta a reflexão empreendida sobre o processo de leitura ao qual o coletivo se impõe que, assim como o trajeto temático, corresponde a um “procedimento essencialmente de compreensão” (Guilhaumou; Mالدیدیر, [1979] 2014, p. 175)⁷.

⁷ Este fragmento consta do verbe “trajeto temático” do *Inventário Digital de termos e conceitos em discurso e mídia*, formulado por nós mesmas, e que em junho de 2025 se encontrava em processo de disponibilização no site.

Depreendemos, assim, um trajeto que se apresenta com gestos de leitura que se colocam à medida que o próprio avançar teórico-metodológico se apresenta. Podemos relacionar esse movimento ao exposto por Orlandi (2020, p. 18), para quem o “gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materialidade’ pela história”. Um gesto, portanto, que possibilita vislumbrar a opacidade do processo de leitura e do arquivo. Este último, em sua constituição e em seu funcionamento, escapa à evidência de homogeneidade, demandando reflexões e tomadas de posição. Um arquivo que se coloca em movimento e possibilita deslocamentos.

Ao formularmos e colocarmos os verbetes em circulação no *site* do grupo de pesquisa MiDi, constituímos um arquivo e, para tal, fizemos um percurso marcado por “tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados”, conforme postula Pêcheux ([1983] 2008, p. 57), ao tratar do movimento analítico na análise de discurso. Isso porque, durante todo o processo, um “jogo de forças” atuou em suas bordas, “selecionando o que pode ou deve entrar e excluindo o que não pode ou não deve”, conforme afirma Mitmann (2015, p. 352), ao tratar do funcionamento do arquivo, conduzindo-nos, desse modo, a alguns percursos temáticos e não a outros, a algumas retomadas e não a outras, e, por consequência, a inevitáveis exclusões.

Ao tratar dos gestos de leitura de arquivo, em reflexão que problematiza para o modo como um arquivo não pode simplesmente ser entendido como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, Pêcheux ([1982] 2014, p. 51) aponta para a necessidade de pensá-lo em sua incompletude, de modo a pôr em relação seus limites e seus silenciamentos. É dessa maneira que entendemos que o gesto de construção do Inventário compreende um duplo movimento: a leitura de um arquivo que reúne as produções em análise de discurso pecheutiana desenvolvidas no Brasil a partir da década de 1980 (e que como todo arquivo é não-todo); e, por decorrência do trajeto temático que norteou o fazer de nosso percurso de pesquisa, a constituição de um arquivo outro, cujas bordas se dão na constituição do próprio Inventário, ao apresentar certas noções teóricas e certos termos, e não outros. O próprio gesto de produção do Inventário constitui, assim, um arquivo de termos e conceitos em análise de discurso pecheutiana, dando a ver, em sua incompletude, percursos de pesquisas que se voltam aos discursos da/na e sobre a mídia no Brasil; e estabelece um trajeto temático, no sentido de apresentar um percurso dessas pesquisas em relação a outros (im)possíveis.

À medida que os verbetes eram formulados, eram também disponibilizados no *site* do grupo de pesquisa MiDi, constituindo, assim, progressivamente o Inventário. No momento dessa escrita, é possível acessar nove verbetes, a saber: “discurso jornalístico”, “discurso jornalístico alternativo”, “discurso sobre (I)”, “discurso sobre (II)”, “equação linguística”, “materialidade significante”, “narratividade”, “policromias” e “trajeto temático”⁸. Outros verbetes se encontram em fase de produção, com expectativa de publicação até o final de 2025: “imaginário”; “notícia x informação”; “arquivo”; “*fake news*”; “acontecimento jornalístico”; “efeito de imbricação entre discursos midiáticos”; “flagrantes urbanos”.

Nesse trajeto de leituras e de verbetização de noções, termos e conceitos voltados à análise de discursos da/na/sobre a mídia, um outro movimento se colocou: diferentes processos de formulação para o mesmo verbete ou, em outras palavras, diferentes processos de verbetização para um mesmo conceito, termo ou noção teórica. Um exemplo é o verbete “discurso sobre”, disponibilizado em duas versões no Inventário, nomeadas como “discurso sobre (I)” e “discurso sobre (II)”. Os verbetes foram escritos por autores distintos e, por consequência, trazem percursos diferentes em seus dizeres sobre a noção teórica. Entendemos que esse movimento decorre de gestos de autoria distintos, que estabelecem a seu turno procedimentos de leitura e textualização dos verbetes. Com Orlandi (2006, p. 23), entendemos que a noção de autoria “enquanto função discursiva do sujeito”. Nos termos de Orlandi: “O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor, ele produz um evento interpretativo” (2006, p. 24). As noções de discurso sobre (I) e (II) dão a ver gestos de autoria distintos na relação com a retomada de conceitos teóricos da análise de discurso; e, sobretudo, dão a ver a possibilidade de outros percursos de leitura de um mesmo termo... assim como apontam para a impossibilidade de completude do Inventário em sua condição de arquivo.

O inventário digital: um trajeto de memória

Essa última seção leva como subtítulo “um trajeto de memória” porque, na convocação dos gestos de interpretação sobre os processos relacionados ao Inventário, o conceito de memória se fez presente. Mobilizamos a expressão “trajeto de memória” a partir, por exemplo, do trabalho de Pêcheux (2010). Como afirma o autor, a memória,

⁸ Este verbete se encontra em processo de publicização no *site* do MiDi, em que consta o *Inventário Digital de termos e conceitos em discurso e mídia*.

“face um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos” (p. 52). A memória funciona, conforme afirma Pêcheux, não “como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel...” (Pêcheux, 2010, p. 56). A memória, assim compreendida, caminha na direção da incompletude, do espaço lacunar em que se movimentam os sentidos.

No caso do Inventário - em sua configuração enquanto um arquivo de conceitos, termos e noções teóricas em análise de discurso pecheutiana, conforme vimos afirmando -, está em jogo a memória: tanto a memória discursiva, uma vez que no processo de verbetização funciona o já-dito, constitutivo do dizer; como uma memória de arquivo. Conforme Orlandi (2006, p. 22), a memória de arquivo “representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos”. Em suas condições de produção e circulação na rede eletrônica, o Inventário se constitui como uma memória de arquivo da análise de discurso pecheutiana em seus percursos de análise dos discursos da/na/sobre a mídia, uma vez que sua produção se trata de um gesto institucional.

Compreendemos, no entanto, que os movimentos feitos na constituição e composição do Inventário relacionam-se a gestos que deslocam um procedimento regulador, vinculado a um imaginário de neutralidade e universalidade. Isso significa que alguns encaminhamentos foram possíveis e necessários somente com o processo em andamento, exigindo reconfigurações, reposicionamentos, retomadas. E alguns movimentos relacionam-se especialmente à possibilidade de construção de um trajeto de memória, como veremos.

De forma procedimental, o Inventário passou por uma reformulação, um encaminhamento não previsto inicialmente, relacionado à disposição de um espaço particular, no site do MiDi, denominado como “desdobramentos”. O objetivo desse espaço é, sobretudo, apontar para uma proposta que não se restringiu a apresentar a definição de termos ou conceitos que dissessem respeito ao discurso midiático, mas apresentar o trajeto, o percurso desses termos ou conceitos no campo teórico ao qual o coletivo se filia.

Como já exposto, em nossos gestos de inventariar uma noção ou um termo, fizemo-lo, impreterivelmente, em um movimento de retomada do modo como o conceito foi apresentado no texto considerado “original”. Esse movimento pretendeu colaborar para outras pesquisas em análise do discurso, ao delinear retomadas desses termos e conceitos

em outras condições de produção, ressaltando a importância das pesquisas já realizadas para as investigações presentes e futuras.

Foi considerando, justamente, esse movimento prospectivo que se propôs a criação de um espaço relativo a desdobramentos futuros, um horizonte de possibilidades nas pesquisas que estão em andamento ou que ainda serão realizadas no campo da análise de discurso. Tal espaço possibilita a inserção de trabalhos outros, ainda não contemplados nos atuais processos de verbetização, e que mobilizam um conceito/termo, uma noção verbetizado/a no Inventário. Esse movimento de inclusão, que leva em conta o surgimento de outros trabalhos que poderão ser incluídos no Inventário em momento posterior, dá fôlego ao objetivo de se distanciar de um arquivo fechado em/sobre si mesmo para colocar em questão uma proposta de arquivo em permanente construção, conforme mencionado anteriormente, além de dar consequência ao que, também posteriormente, compreendemos em nossos gestos enquanto um trajeto de memória.

Entendemos, por fim, que o Inventário deva ser mobilizado enquanto um arquivo que reúne um conjunto de pesquisas em discursos e mídia como um trajeto de leitura(s), um trajeto temático e um trajeto de memória de conceitos, noções e termos para se estudar a mídia discursivamente. E retomando a pesquisa de Mariani (1998, p. 61), base de algumas das noções teóricas em discurso e mídia que constituem o Inventário, almejamos que a sua produção e a sua circulação contribuam para a “institucionalização social de sentidos” acerca do funcionamento desses discursos, de modo que nele possa se inscrever também uma memória do futuro.

Referências

CARNEIRO, C. F.; LUNKES, F. L.; DELA-SILVA, S. Um Inventário digital e(m) práticas de leitura. In: MARIANI, B. et al. *A linguagem e seu funcionamento: 40 anos... e mais*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2024. p. 195-211. Disponível em: https://www.edicoesmakunaima.com.br/wp-content/uploads/2024/08/A-linguagem-e-seu-funcionamento_-40-anos.-e-mais.-Orgs.-Bethania-Mariani-et-all.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

DELA-SILVA, S.; LUNKES, F.L.; CARNEIRO, C.F. Discurso e mídia e(m) inventário digital: uma pesquisa em movimento. In: FLORES, G. B. et al. (org.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023, v. 6. p. 347-362.

DELA-SILVA, S.; LUNKES, F.L.; CARNEIRO, C. F. Discurso e mídia e(m) Inventário Digital: uma tomada de posição discursiva. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 7, p. 213-232, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/55679/30664>. Acesso em: 12 jun. 2025.

- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. [1979]. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2014. p. 169-191.
- HERBERT, T. [PÊCHEUX, M.]. Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P.Orlandi e José H. Nunes. *Rua*, Campinas, n. 1, p. 63-89, 1995. Tradução de: *Pour une théorie générale des idéologies*, 1968.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- MARIANI, B. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- MEDEIROS, V. Instrumentos na rede: por uma ética do pertencimento. In: RASIA, G.; NEGRI, L.; RODRIGUES, P. (org.). *CELSUL 25 Anos: Práticas linguageiras e gramaticais*. Campinas: Mercado de Letras, 2024. p. 323-338.
- MITTMANN, S. O arquivo como gatilhos de movimentos de interpretação em torno da palavra luta. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (org.). *Análise do Discurso: dos fundamentos ao desdobramento (30 anos de Michel Pêcheux)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015. p. 351-363.
- ORLANDI, E. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2020.
- ORLANDI, E. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.). *Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p. 13-31.
- ORLANDI, E. Prefácio. In: ORLANDI, E. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2003. p. 7-9.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1983.
- PÊCHEUX, M. [1983]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje [1982]. In: ORLANDI, E. P. et al. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução: Bethânia S. C. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 57-67.
- PÊCHEUX, M. Papel da Memória. Tradução de José Horta Nunes. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010. p. 49-56.
- PECHÊUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PECHÊUX, M. [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

Adriane Nascimento Celestino Sardinha
Júlio César de Oliveira Sardinha

AS REDES SOCIAIS DIGITAIS COMO APARELHOS IDEOLÓGICOS MODERNOS



AS REDES SOCIAIS DIGITAIS COMO APARELHOS IDEOLÓGICOS MODERNOS

Introdução

As redes sociais digitais transformaram a comunicação e a organização social, tornando-se espaços centrais de circulação ideológica. Inspirado pelo conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), de Louis Althusser, este estudo analisa como essas plataformas ampliam discursos de diferentes esferas e moldam percepções, comportamentos e sentidos de realidade. Enquanto os aparelhos ideológicos tradicionais – como escola, igreja e mídia – seguem operando, as redes sociais digitais podem estar expandindo suas funções ao agregar discursos de diferentes esferas e amplificá-los de forma massiva. Algoritmos de personalização criam bolhas de filtro que reforçam crenças prévias do usuário e ampliam a polarização, em sintonia com lógicas capitalistas que priorizam conteúdos de alto engajamento, reproduzindo estruturas hegemônicas sob a aparência de neutralidade, criando a ilusão da universalidade de certos discursos.

Sendo assim, a presente pesquisa, ancorada na Análise do Discurso Materialista (AD), investiga postagens no *Instagram* marcadas por *#liberdade de expressão*, coletadas entre junho e agosto de 2024. Os recortes analisam discursos sobre a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Paris, o caso da boxeadora Imane Khelif, declarações de Elon Musk sobre a suspensão do X no Brasil e as manifestações de Pablo Marçal, cujo perfil foi removido por infrações eleitorais. Essas situações ilustram a disputa ideológica em torno de temas como liberdade de expressão, censura e controle estatal. Então, o objetivo é mostrar como as redes sociais digitais operam como aparelhos ideológicos modernos, nos quais discursos, algoritmos e sujeitos se articulam, revelando formas de controle e resistência no ambiente digital.

Fundamentação teórica

Althusser (1985) define AIE como instituições e práticas situadas tanto no domínio público quanto no privado, através das quais a ideologia atua para manter as condições de produção. Os exemplos de AIE citados por Althusser (1985) são: escola, igreja, sistema jurídico, sindicatos e mídia, que desempenham papel central na formação dos indivíduos como sujeitos interpelados pelas estruturas sociais. No contexto das redes sociais digitais,

esse conceito pode ser ampliado para abarcar plataformas que articulam, de maneira massiva, as ideologias veiculadas por diferentes aparelhos tradicionais, moldando percepções e comportamentos e fazendo circular determinados sentidos.

Althusser (1985) menciona que há um duplo funcionamento dos AIE, de maneira primária pela ideologia e secundária pela repressão. O autor também levanta aspectos como o da censura, tema amplamente discutido na perspectiva das redes sociais digitais – seja do ponto de vista da regulamentação desses espaços pelos Estados, ou pela circulação de sentidos que buscam definir comportamentos capazes de demonstrar gestos censórios nas redes, em contraponto ao pleno gozo de liberdades como a de expressão. Moreira (2018) lembra que, enquanto houver a possibilidade da palavra, haverá a possibilidade de sua restrição. Ela ressalta que há, no virtual, uma suposta liberdade de manifestação do pensamento que se alega ser amparada pelo discurso jurídico, que é o mesmo discurso jurídico capaz de instituir controles e vigilância sobre os sujeitos e em relação às mídias. Por outro lado, as próprias plataformas digitais possuem mecanismos, como as Políticas de Privacidade, em que se evocam gestos censórios que remetem a períodos de ditadura institucionalizada (Moreira, 2018).

Como complemento a esses apontamentos, a AD possibilita gestos de leitura sobre a construção de sentidos a partir do discurso que circula nessas plataformas. Essa vertente enxerga o discurso como efeito de sentido entre sujeitos, o que comporta noções de deslizamento de sentidos e de posições do sujeito. Baseando-se nos conceitos de interdiscurso e de formação discursiva da AD, o analista deve entender que o discurso é sempre atravessado por outros discursos, produzindo significados que são históricos e situados em relações de poder. Michel Pêcheux (1995) ressalta que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. As manifestações dos sujeitos nas interações em redes sociais digitais demonstram o quanto as ideologias que circulam nas redes vão materializando sentidos a partir da visão deles sobre questões sociais e do cotidiano. Além disso, Pêcheux (2008) aponta que os sentidos não são fixos e, ao serem atravessados por diferentes filiações discursivas, vão abrindo espaço para significações diversas. Isso demonstra, ainda, que o sujeito não é totalmente condicionado a uma ideologia específica, já que a resistência é sempre possível, abrindo brechas para outros sentidos imprevistos. Sobre o interdiscurso, Orlandi (2012) explica se tratar da relação entre os diferentes discursos que circulam em uma sociedade. É uma espécie de memória discursiva – constitui um já dito –, algo que continua influenciando o que é dito no presente. Ele é composto, então, por várias formações discursivas moldadas pelas condições históricas e sociais de um

determinado momento. O sentido, para a AD, portanto, não está ligado à palavra, mas à memória, já que deriva das formações discursivas a que o sujeito se filia.

Ainda, a análise sobre as condições de produção do discurso digital demonstra que esse formato de interação é amparado pelo monitoramento e pela análise dos dados, que possibilita uma maior intervenção no direcionamento dos discursos que viralizam, de modo que o papel dos algoritmos no funcionamento das redes sociais digitais é crucial para compreender sua ação como aparelhos ideológicos modernos. Algoritmos organizam e priorizam conteúdos com base em lógicas de engajamento e lucro, intensificando polarizações e consolidando bolhas de filtro¹ que reforçam visões de mundo específicas. Esses processos alinham-se à ideia de Althusser (1985) sobre a reprodução das condições materiais de existência, mas operam em um nível difuso e descentralizado, próprio da era digital – à qual o autor não teve acesso. Nessa perspectiva, as redes sociais digitais vão se mostrando, ao longo do tempo, uma potente ferramenta a serviço de interesses hegemônicos em um campo de disputas de poder. Para Dias (2018), o digital é condição e meio de reprodução do modelo capitalista, pois o discurso se torna produto de consumo.

As empresas que gerenciam esses espaços se tornam grandes oligopólios que controlam sozinhas o discurso que circula no virtual, o que reflete o poder que elas acumulam. Basicamente, o modelo de negócio das redes sociais digitais funciona a partir da lógica de que, quanto mais a plataforma consegue reter a atenção das pessoas, mais se torna atrativa. Zuboff (2021) aprofunda essa ideia com o *capitalismo de vigilância*, em que empresas de internet coletam massivamente dados dos usuários, monitoram comportamentos e definem produtos e serviços para atender necessidades reais ou criadas. A autora explica que, nesse modelo de negócio, a experiência humana é a matéria-prima gratuita que se traduz em dados, em que uma pequena parte desse ativo é usada para aprimorar produtos e serviços e o restante vira *superávit* para a criação de produtos que antecipam e antevêm os comportamentos dos sujeitos, aumentando o acúmulo de riqueza dos capitalistas de vigilância. Ou seja, as mídias digitais, assim como as tradicionais, operam conforme o capitalismo, a diferença é que aquelas convertem cliques em riqueza e

¹ O termo bolhas de filtro (*filter bubble*) foi abordado por Eli Parisier (2011) ao tratar do funcionamento das redes sociais digitais, em que plataformas – como Google, Facebook e YouTube personalizam os conteúdos apresentados, com base em dados dos usuários como: histórico de navegação, interações, localização, interesses e preferências, *check-ins*, entre outros. Essa personalização cria uma *bolha invisível*, na qual o usuário vê apenas conteúdos que reforçam suas visões de mundo. E o autor vê como aspecto negativo desse formato a não transparência desse processo, que, para ele, vai fomentar um movimento de polarização.

capturam dados sem regulamentação (Mariani, 2018). A opacidade tecnológica e linguística possibilita múltiplas interpretações de liberdade e censura, mas as condições de produção do discurso digital, marcadas pelas bolhas de filtro, limitam o acesso de alguns sujeitos a esses sentidos.

Metodologia

Para entender como as redes sociais digitais podem funcionar como AIE modernos, o estudo utiliza uma abordagem qualitativa, fundamentada na AD. Partiu-se de uma busca por enunciados que fazem circular determinados sentidos para a noção de liberdade de expressão no Instagram, tendo em vista a relevância dos efeitos de sentido atribuídos à noção de liberdade em uma sociedade democrática e capitalista. A metodologia é estruturada para identificar e analisar as formações discursivas predominantes em postagens associadas à *#liberdade de expressão*, com foco nos sentidos que circulam e nas ideologias que se consolidam nesse ambiente. O *corpus* selecionado compreende postagens públicas, publicadas entre junho e agosto de 2024, com cerca de 214.000 registros, dos quais foram selecionados os que faziam referência (a maioria) a eventos que ocorreram nesse período como: a abertura dos Jogos Olímpicos de Paris 2024; a disputa no boxe dos Jogos Olímpicos envolvendo a lutadora argelina Imane Khelif e as manifestações de Elon Musk e de Pablo Marçal, sobre tensões entre liberdade e censura. Com o *corpus* delimitado, o estudo segue para a análise dos enunciados levantados, a partir do suporte teórico da AD.

Resultados e discussão

A análise das postagens associadas à *#liberdade de expressão* no Instagram revelou dinâmicas discursivas complexas que sustentam o papel das redes sociais digitais como aparelhos ideológicos modernos. Os resultados foram organizados em três eixos principais.

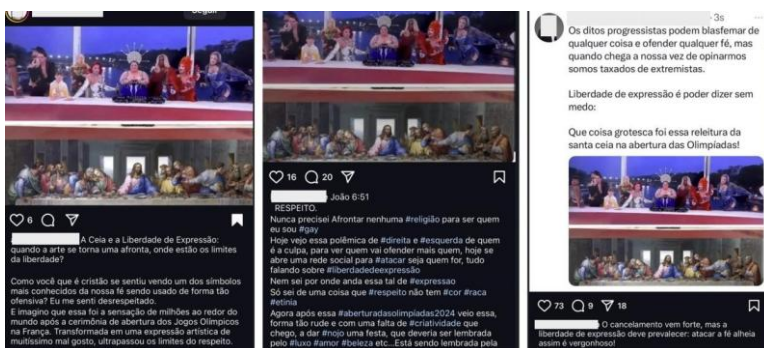
Abertura dos Jogos Olímpicos de Paris 2024

Os Jogos Olímpicos são um evento esportivo que ocorre a cada quatro anos e, além da disputa atlética, oferece entretenimento. A abertura de 2024, em Paris, às margens do Rio Sena, em 26 de julho, incluiu desfiles, bailes e apresentações artísticas. Contudo, a cena de cerca de 30 pessoas *queer* reunidas em torno de uma mesa gerou maior repercussão,

pois, para a comunidade católica, ela blasfemou o sentido do afresco *A Última Ceia* de Da Vinci. Cajueiro e Peixoto (2024), por outro lado, interpretam que a cena retrata uma pintura do holandês Van Bijlert, com deuses do olimpo celebrando um casamento. Eles ressaltam que a iniciativa celebra o protagonismo e a comunhão de grupos historicamente marginalizados. Os autores ainda ponderam que a manifestação deveria evidenciar um significado de respeito e equidade, mas foi problematizada nas redes sociais digitais como uma expressão de banalização da fé cristã (Cajueiro; Peixoto, 2024).

As publicações sobre a cerimônia revelaram forte polarização em temas de religião, sexualidade e liberdade artística. Oscilaram sentidos entre celebração da diversidade e críticas fundadas em moralismos religiosos e culturais: por meio de enunciados com termos como *blasfêmia* e *afronta religiosa*, os usuários recorreram à *#liberdade de expressão* para justificar críticas e, ao mesmo tempo, questionar as liberdades de grupos oprimidos, evidenciando disputas interdiscursivas num espaço digital marcado por bolhas algorítmicas, como é possível perceber nas figuras seguintes:

Imagem 1



Fonte: <https://www.instagram.com/explore/search/keyword/?q=%23liberdade de express%C3%A3o>

O interdiscurso revela a retomada de formações discursivas tradicionais, nas quais a religiosidade opera como instrumento de controle ideológico, confrontando narrativas que promovem inclusão e igualdade. A lógica algorítmica das redes sociais digitais amplificou os discursos de confronto, priorizando conteúdos emocionais que geraram maior engajamento, intensificando as tensões ideológicas. Nota-se, a partir da perspectiva apresentada por Althusser (1985), que a Igreja, um AIE, está agora se reconfigurando para fazer frente ao modelo de sociedade digital, de modo a possibilitar que a ideologia – que em

certos momentos circulava de maneira pontual e em ambientes físicos – possa encontrar espaço também na ordem do digital.

Caso Imane Khelif

O caso da boxeadora argelina Imane Khelif, também nos Jogos Olímpicos de 2024, gerou uma onda de ódio contra mulheres e pessoas trans nas redes sociais digitais. Após sua oponente italiana desistir aos 46 segundos de luta, alegando dores no nariz em consequência de dois golpes, viralizaram boatos infundados de que Khelif teria cromossomos masculinos, sugerindo que se tratava de atleta trans competindo entre mulheres. Para refutar, o pai de Khelif apresentou certidão de nascimento comprovando seu sexo biológico feminino. A própria lutadora declarou estar segura de seu direito e classificou os ataques como violações da dignidade humana, mantendo-se firme na competição (Redação do GE, 2024).

As ofensas persistiram em publicações com a *#liberdade de expressão*, nas quais se tentou legitimar manifestações de ódio contra Khelif e pessoas trans como meras opiniões, confirmando que discursos discriminatórios se apoiam em fundamentações jurídicas e sociais para disseminar conteúdos tóxicos no digital. Zoboli et al. (2025) apontam que, sempre que uma mulher se destaca no esporte, surgem dúvidas sobre sua feminilidade levantadas por rivais, comissões técnicas, público e mídia; por isso, a partir de 1966 instituiu-se o teste de gênero – inicialmente invasivo, com inspeção genital, depois substituído por exame de cromatina bucal e, atualmente, pela dosagem de testosterona – para avaliar elegibilidade feminina, critério constrangedor e controverso que não se aplica a competidores masculinos e revela inadequação diante da participação de pessoas trans.

Diante desse contexto, e motivados por esse tipo de memória discursiva, alguns usuários do Instagram utilizaram a situação envolvendo a participação de Khelif nos Jogos para reproduzir esses imaginários de mulher e de pessoa trans, fazendo circular sentidos envolvendo o ódio a essas pessoas e a redução da condição de mulher, ao atacar determinadas características da atleta, diminuindo conquistas importantes para mulheres, historicamente invisibilizadas em seus direitos.

Imagem 2



Fonte: <https://www.instagram.com/explore/search/keyword/?q=%23liberdadeexpress%C3%A3os>

A análise, que considerou condições de produção, interdiscurso e historicidade, mostrou a naturalização de sentidos que deslegitimam corpos dissidentes e sustentam uma visão binária de gênero. A AD evidencia como a formação discursiva do ódio se articula a enunciados históricos, muitas vezes disfarçados por argumentos pseudocientíficos ou morais. Assim, a liberdade invocada nas postagens desconsiderou a liberdade de Khelif de competir em um evento internacional, condicionando esse direito a critérios de gênero restritivos e historicamente construídos.

Elon Musk e Pablo Marçal

Já a situação com Elon Musk surgiu no contexto de uma ação judicial em tramitação no STF, que investiga os crimes antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. O tribunal determinou o bloqueio de perfis ligados à obstrução da Justiça e à organização criminosa e notificou a X Brasil Internet Ltda. (antigo Twitter), mas a empresa recusou-se a cumprir a ordem, mesmo sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00. Ao demitir toda a equipe no país e deixar de ter representante legal, o X dificultou o contato com a Justiça brasileira, o que levou o ministro Alexandre de Moraes a suspender seu funcionamento no Brasil até que a plataforma observasse as normas nacionais (Brancher, 2024).

Em resposta, Musk afirmou que não acataria decisões que considerava arbitrárias e censórias, defendendo o direito dos usuários à livre manifestação do pensamento em uma plataforma sujeita a influências algorítmicas e à falta de transparência. Moraes, por sua vez, fundamentou sua medida no princípio de que nenhum direito é absoluto, de modo que a

liberdade de expressão deve conviver com outras garantias. Sua abordagem reflete um modelo de liberdade alinhado aos ideais democráticos do capitalismo democrático. No Instagram, a partir do filtro *#liberdadeexpressão*, foi possível observar diversas postagens defendendo o ponto de vista de Musk como guardião de um direito fundamental frente a tentativas de censurar o discurso digital. Há uma evidente referência a um modelo de liberdade irrestrita, ou com menores restrições para grupos determinados.

Nessa mesma linha foi a situação envolvendo o candidato à prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal. O *ex-coach* teve seus perfis derrubados durante a corrida eleitoral, em função de reiterado descumprimento das regras do pleito. O ápice dessa situação ocorreu na véspera do primeiro turno, quando o candidato fez uma postagem contendo um laudo falso atestando que o adversário, Guilherme Boulos, fazia uso de drogas, o que atingiu a honra e a imagem de Boulos, influenciando o voto do eleitorado paulista. Durante o período analisado, adeptos da retórica de Marçal recorreram à *#liberdadeexpressão* para reafirmar sua filiação discursiva em defesa da liberdade e contra a censura judicial.

As postagens sobre Musk e Marçal instrumentalizaram a liberdade de expressão para atacar o STF e promover ideologias neoliberais e conservadoras. Inspirado pela teoria do amigo-inimigo de Carl Schmitt (2020), esse interdiscurso dialoga com narrativas políticas extremas e é amplificado por algoritmos que priorizam conteúdos polarizadores, reforçando a tensão entre liberdade de expressão e censura.

Imagem 3



Fonte: <https://www.instagram.com/explore/search/keyword/?q=%23liberdadeexpress%C3%A3o>

Vale destacar que o filtro *#liberdadeexpressão* também comporta manifestações de resistência aos sentidos cristalizados no imaginário – como a ideia de que a liberdade de certos indivíduos deve prevalecer – e alinhados a vertentes ideológicas de grupos

hegemônicos. Esses discursos contestavam essa visão e reivindicavam a importância de considerar os limites da liberdade de expressão, inclusive, a partir de questionamentos de cunho religioso. Pêcheux (1995) concebe a língua como mecanismo de controle e espaço de divisão social, no qual sentidos disputados refletem contradições ideológicas.

Considerações finais

Este estudo analisou como as redes sociais digitais, especificamente o Instagram, podem ser compreendidas como aparelhos ideológicos modernos. Por meio da AD e do conceito de AIE, evidenciou-se que essas plataformas operam como mediadoras ideológicas, articulando discursos de diferentes esferas sociais e maximizando seu alcance via algoritmos que priorizam conteúdos altamente engajadores. A investigação do *corpus* revelou que os discursos relacionados à liberdade de expressão e à censura recebem destaque nestes espaços e são centrais para compreender as disputas ideológicas no ambiente digital contemporâneo. Em eventos como a abertura dos Jogos Olímpicos de Paris, o caso de Imane Khelif e as declarações de figuras públicas como Elon Musk e Pablo Marçal, observou-se a circulação de sentidos que reforçam tanto ideologias dominantes quanto narrativas de resistência.

Os resultados indicam que, no ambiente virtual, diferentes concepções de liberdade de expressão coexistem a partir de ideologias políticas, jurídicas e valores religiosos, conforme os AIE descritos por Althusser. O gesto de leitura, por meio da AD, evidenciou a atuação de algoritmos como mediadores ideológicos, amplificando sentidos que atendem a interesses econômicos e hegemônicos. No entanto, as redes também oferecem espaço para a emergência de discursos alternativos e de resistência, ainda que muitas vezes marginalizados pelas estruturas algorítmicas. Esse movimento coloca em destaque a complexidade de funcionamento dessas plataformas, que funcionam simultaneamente como locais de controle e de disputa de sentidos em constante tensão. Nesse contexto, essas plataformas ampliam o papel dos AIE ao mesmo tempo em que expõem suas contradições e criam espaços para o questionamento e a transformação social, tornando-se agentes ativos na formação de sujeitos e na manutenção ou contestação das condições sociais, o que motiva investigações futuras sobre como diferentes plataformas e contextos culturais modulam essas dinâmicas.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- BRANCHER, P. M. R. El bloqueo de la plataforma X por el Supremo Tribunal Federal y la exigencia para empresas extranjeras de indicar representante legal en Brasil. Informática y derecho. *Revista Iberoamericana de Derecho Informático* (segunda época) - Federación Iberoamericana de Asociaciones de Derecho e Informática, v. 2, n. 15, p. 117-124. Disponível em: <https://revistas.fcu.edu.uy/index.php/informaticayderecho/article/view/5086/4479>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- CAJUEIRO, E. P. F.; PEIXOTO, J. A. L. Elementos sagrados ou profanos: imagens conflitantes da abertura dos Jogos Olímpicos 2024. *Revista De Estudos De Religião PLURA* - Journal for the Study of Religion, v. 15, n. 3, p. 230-247, 2024. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/2390>. Acesso em: 27 dez. 2024.
- DIAS, C. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. Coleção TRANS.
- MARIANI, B. Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação. *Entremeios: Revista de Estudos do Discurso*, v. 17, jul./dez. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330995618_DISCURSIVIDADES_PRET-A-PORTER_FUNCIONAMENTO_DE_FAKE_NEWS_E_PROCESSOS_DE_IDENTIFICACAO. Acesso em: 17 mar. 2024.
- MOREIRA, C. B. Bloqueado, suspenso, fora do ar: a atualidade da censura no espaço digital. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 60, n. 3, p. 847-868, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8651532>. Acesso em: 31 maio 2024.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PARISIER, E. *O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você*. Tradução de Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- REDAÇÃO DO GE. Imane Khelif prepara ação judicial após divulgação de suposto laudo médico. *Globo.com*, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://ge.globo.com/boxe/noticia/2024/11/06/imane-khelif-prepara-acao-judicial-apos-divulgacao-de-suposto-laudo-medico.ghml>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SCHMITT, C. *O Conceito do Político*. Tradução de Alexandre Franco de Sá. Lisboa: Edições 70, 2020.

ZOBOLI, F.; MANSKE, G. S.; TELES, S. P. A regulação hormonal em atletas trans e intersexo: Alguns dilemas para interpelar a educação do corpo. *Revista de Laboratório Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades*, Sevilla v. 5, p. 1-13, 2025. Disponível em: <https://upo.es/revistas/index.php/relies/article/view/11163/9743>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Evandra Grigoletto
Thiago Costa Carneiro

EFEITOS DE SUJEITO, MEMÓRIA E LEITURA EM PERFIS AUTOMATIZADOS NO X



EFEITOS DE SUJEITO, MEMÓRIA E LEITURA EM PERFIS AUTOMATIZADOS NO X

O X e sua estrutura-funcionamento

Nas atuais condições de produção, em que o digital atravessa a constituição e formulação de diferentes práticas discursivas, muitas materialidades discursivas têm se produzido sob um outro funcionamento, um funcionamento atado à linguagem de programação, aos algoritmos dos sistemas de recomendação. Nessa perspectiva, observamos que a mídia social digital X é um espaço profícuo para a análise de discursividades desta natureza, em função de haver um alto número de publicações diárias, a respeito de assuntos diversos, indo desde o discurso político a questões próprias do ordinário do sentido (Pêcheux, [1983a] 2015a). Os discursos que circulam no X produzem-se pelo excesso, já que se trata de uma mídia em que a dispersão atua de maneira constitutiva.

Trata-se de uma mídia social digital criada em 2006, com o nome de *Twitter*, cujo objetivo era o de possibilitar que os sujeitos pudessem utilizá-la de modo similar a um *blog*, principalmente por ter sido designado como “*microblog*” durante a sua popularização. Com o seu exponencial crescimento em termos de usuários e acessos, o *Twitter/X* passou a ser um espaço em que sujeitos da mídia¹ se relacionam com seguidores; além disso, perfis institucionais, como os de órgãos governamentais, portais de notícias, entre outros, passaram a fazer publicações recorrentes, com funcionamento regular. Em 2022, no entanto, o *Twitter* foi vendido para o bilionário Elon Musk por mais de 40 bilhões de dólares. Musk deu início, então, a uma série de alterações no funcionamento técnico dessa rede social, sendo a principal delas a troca do nome por X. Com o anúncio da troca do nome, diversos sujeitos que são usuários do X criticaram a mudança, afirmando que o nome “não pegaria”, ou seja, os usuários não o usariam, o que, em grande medida, ocorreu. Há, desde então, o que Pêcheux ([1978] 2015b) chamaria de *disputa pelo sentido das palavras*: a mudança de *Twitter* para X não diz respeito unicamente ao gesto da compra, mas também se produz como uma disputa pela memória sobre o *Twitter*, uma disputa pelo sentido dominante ligado a esta mídia social digital. Essa disputa, tecnicamente, realiza-se, também,

¹ Estamos tomando aqui sujeitos da mídia aquelas pessoas que atuam nas mídias sociais digitais produzindo conteúdos, sejam profissionais ou não.

por outras mudanças introduzidas, como o *Grok*, a Inteligência Artificial do X, a cor predominante na interface – saindo do azul para o preto – entre outras. Esse gesto técnico e, por sua vez, discursivo, produz-se enquanto uma tentativa de marcar o novo, um novo momento, separado do anterior, mesmo que se valha de práticas técnicas remanescentes. Em outros termos, como diz Pêcheux ([1976] 2019) citando Marx, *o novo nasce do interior do velho e contra ele*.

Entre essas alterações, destacamos a mudança do selo de verificado, que compõe o quadro das condições imediatas de produção das discursividades analisadas neste trabalho. O selo de verificado no *Twitter*, assim como em outras mídias sociais digitais, era um modo de a plataforma reconhecer que perfis como os citados anteriormente (de sujeitos das mídias, perfis institucionais, etc.) eram “verdadeiros”, ou seja, produzia-se um efeito de que se poderia confiar na veracidade daquele perfil. Todavia, após a compra do *Twitter*, que passou a se chamar X, o selo de verificado tornou-se objeto de transação comercial, isto é, os sujeitos que detinham o selo de verificado não o tinham mais, e, para o ter, seria necessário assinar a versão paga da mídia social digital, o *X Premium*. Vemos aqui funcionando o que Zuboff ([2015] 2018) chamou de capitalismo da vigilância, que consiste na lógica da acumulação. De acordo com Han (2022, p. 9) “A vigilância no regime da informação ocorre por meio de dados” e “[...] infiltra-se no cotidiano na forma da conveniência” (Han, 2022, p. 17). Ou seja, o que se vislumbra é o lucro, a partir da vigilância dos dados dos usuários, que são vendidos em forma de conveniência, conforme nos aponta Han (2022). Entre outros benefícios de assinatura do *X Premium*, o sujeito que o assinar teria, por exemplo, suas publicações priorizadas na aparição no *feed*, bem como a possibilidade de inserir o selo de verificado ao lado do seu nome do perfil. A publicação priorizada no *feed* se produz, então, como mais uma forma de conveniência para a lógica da acumulação e a venda dos dados.

Considerando tais condições de produção e funcionamento do X, objetivamos analisar, neste artigo, como se dá o processo de aderência a uma tomada de posição do sujeito (Grigoletto; Galli, 2021), por meio da replicação de um mesmo enunciado linguístico, repetição que é atravessada por um funcionamento de perfis automatizados, que se valem de enunciados anteriores para produzir uma nova circulação, uma circulação automatizada no X. Na seção seguinte, tratamos do nosso objeto de análise, de maneira articulada às noções teóricas que a ele se relacionam.

Sujeito e memória: pode o algoritmo produzir leitura?

No campo da Análise de Discurso materialista de orientação pecheuxtiana, campo teórico-metodológico-analítico em que nos inscrevemos, uma discussão que se marca em diversos trabalhos é a do estatuto da noção de sujeito. Não se constituindo enquanto um sujeito psicológico, estrategista (Pêcheux, [1984] 2015c), o sujeito, no interior da AD, é tomado a partir da interpelação ideológica, conforme a tese althusseriana (Althusser, [1970] 2007), reelaborada por Pêcheux ([1975] 2014a). O sujeito, que é duplamente afetado, pela ideologia e pelo inconsciente, subjetiva-se por meio da linguagem, por meio da qual (re)produz sentidos, inscrevendo-se em diferentes formações discursivas.

É a respeito desse caráter da subjetivação que queremos tratar aqui. Considerando as materialidades que, em seguida, analisamos, perguntamo-nos: se o perfil do sujeito é um perfil automatizado, deve-se considerar o sujeito enquanto um sujeito do discurso? Isto é, um sujeito assujeitado, determinado pelo esquecimento e pela ideologia? Na leitura que buscamos empreender, os sujeitos, ou projeções de sujeitos, produzem uma outra forma de subjetivação, a qual é determinada pelos modos de individuação do sujeito pela máquina.

Segundo Orlandi (2002), há um duplo movimento, que não ocorre necessariamente de forma separada, na compreensão da subjetividade: 1) a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia; e 2) a individua(liza)ção do sujeito pelo Estado. Para que o sujeito se subjetive, é preciso que ele seja *desde sempre já sujeito*, como nos diz Pêcheux ([1975] 2014a) e, a partir disso, “Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado [...] que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individua(liza)ção do sujeito na produção de sentidos” (Orlandi, 2002, p. 71-72). Nas atuais condições de produção, as redes sociais digitais têm assumido esse papel, que era próprio do Estado, nos processos de individua(liza)ção do sujeito. Configuram-se como “[...] espaços enunciativos informatizados que acumulam dados e informações dos usuários em arquivos denominados “perfil” (Gallo; Stein, 2024, p. 467), sem que respondam, na maioria das vezes, na forma de sujeito jurídico ao Estado.

É, portanto, sobre esses modos de individua(liza)ção do sujeito pelo X que seguiremos nosso percurso analítico, observando sobretudo o funcionamento de uma determinada repetibilidade. E pensar a repetibilidade nos remete à memória que também, parece-nos, assume um estatuto próprio nas sequências discursivas aqui trazidas para análise.

A fim de entrar na proposição teórico-analítica deste trabalho, fazemos, a seguir, uma breve descrição-apresentação das sequências discursivas que analisaremos a seguir. No X,

como destacado anteriormente, temos a presença de perfis de portais de notícias; nessa perspectiva, verificamos um funcionamento presente no perfil **@Choquei**, que é um perfil conhecido por publicar notícias (e também *fake news*) sobre assuntos diversos, não restringindo seu público por um critério temático, por exemplo. Ao abrirmos os comentários de algumas publicações desta página, percebemos um funcionamento particular: o espelhamento-replicação de comentários na publicação, de maneira que se sugeria a formulação de perfis automatizados, cujo efeito traduz-se em replicação de um comentário qualquer, dando a esse comentário uma nova circulação, ainda que nas mesmas condições de produção. Vejamos uma sequência abaixo, que funciona de modo a apresentar o funcionamento observado no *corpus*:

Figura 1 - Publicação da @choquei no X



Fonte: X (2024)

Figura 2 – Perfil 2



Fonte: X (2024)

Na sequência, é publicado um vídeo em que a atriz brasileira Luana Piovani fala sobre seu ex-marido, Pedro Scooby, seguido do comentário: “Essa mulher tem amor incubado pelo Pedro só pode viu, nem o filho a suportou. Eu tb se fosse filho ou filha me mandava de perto dess”. Como se percebe com a primeira leitura da sequência, formulam-se, no nível intradiscursivo, publicações que linearizam assuntos diversos. Desse modo, retornamos a Pêcheux, em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, quando ele afirma sobre a importância de “[...] trabalhar sobre as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido” (Pêcheux, [1983a] 2015a, p. 49).

Considerando o funcionamento discursivo desse discurso do cotidiano, uma questão que se apresenta como regularidade é: um comentário, feito por um perfil sem o selo de verificado, é replicado por um perfil com a verificação, com a diferença de minutos ou horas entre as publicações. Em termos analíticos, questionamo-nos: quem replica estes comentários? Quem são estes sujeitos? Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux ([1975] 2014a), retomando a tese althusseriana sobre o assujeitamento do indivíduo em sujeito, aponta que o sujeito é duplamente determinado: pela ideologia e pelo inconsciente, levando-o a se identificar com alguns sentidos e não com outros. Desse modo, pondo em causa *sujeito e sentido*, Pêcheux afirma que “Todo o nosso trabalho encontra aqui sua determinação pela qual a questão da *constituição do sentido* se junta à *constituição do sujeito* [...] no interior da própria “tese central”, na figura da *interpelação*” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 140, grifos do autor). Interessa-nos, neste trabalho, então, analisar como se dá o processo de aderência a uma tomada de posição do sujeito (Grigoletto; Galli, 2021), por meio da replicação de um mesmo enunciado linguístico, associando esta repetição a um excesso, que produz uma saturação sobre a formulação.

Na sequência discursiva (SD) apresentada acima, o comentário que responde à publicação destaca o fato de um dos filhos da atriz ter decidido morar com o pai, no Brasil. Ao pesquisar este comentário no mecanismo de busca do X, a plataforma indica que o comentário foi feito outras duas vezes. Vejamos:

Figura 3 – Perfil 1



Fonte: X (2024)

Figura 4 – Perfil 3



Fonte: X (2024)

Antes de abordar a repetição deste enunciado, é importante destacar que, ao pesquisar o enunciado do modo como foi textualizado na publicação, o comentário, sob a autoria do perfil 2, apresentado acima, não foi encontrado na busca, marcando um apagamento no interior da plataforma deste comentário, mostrando apenas os seus similares.

A respeito das figuras acima, observamos as seguintes questões: o comentário feito pelo **perfil 1** está vinculado à mesma publicação e foi feito às 8h35 do dia 7 de maio de 2024; o comentário feito pelo **perfil 2** foi feito às 8h38² do dia 7 de maio de 2024; e o comentário feito pelo **perfil 3** foi feito às 12h10. Ao comparar o primeiro comentário, de **perfil 1**, com os demais, observamos que há uma repetição que falha em sua formulação,

² Na Figura 2, não consta, como nas demais Figuras, o horário de publicação. À época da coleta deste material, identificamos que era este o horário. No entanto, ao buscar novamente a publicação para inseri-la com o seu horário, percebemos que a publicação ou não existe mais (por apagamento da publicação, do perfil, banimento etc.) ou o perfil agora é trancado, que não permite a visualização por quem não o segue. Buscamos também pelo perfil, que não foi encontrado, o que pode ter acontecido também pela troca de user. Essa constatação nos leva a questionar, teoricamente, a constituição e a composição dos arquivos nas mídias sociais digitais: o que se arquiva? Como se arquiva? É possível um arquivo desaparecer? Apesar de essas questões não serem nosso foco, mostram-se como importantes para o desenvolvimento teórico-metodológico-analítico das questões que colocamos em Análise do Discurso para as discursividades que se formulam no/pelo digital.

uma vez que apenas o **perfil I** conclui a escrita de “dessa aí” no final da publicação; enquanto os demais escrevem apenas “dess”. Essa falha, esse equívoco na língua, remete à memória discursiva e à leitura, apontando para o fato de que o algoritmo da máquina não tem controle sobre o furo da língua. Pela repetibilidade, produzida de forma automatizada pela máquina, abrem-se pontos de deriva, “[...] oferecendo lugar à interpretação” (Pêcheux, [1983a] 2015a, p. 53).

Pêcheux, em *O Papel da Memória*, afirma que

[...] sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva ... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase. (Pêcheux, [1983b] 2015d, p. 47).

A partir dessa passagem do autor, na qual discute a noção de memória, entendemos, em um primeiro tempo analítico, que a repetição do “mesmo” enunciado aponta para diferentes efeitos de memória. Em outras palavras, ainda que se formulem de maneira similar, quase idêntica, a falha na língua expõe ao(à) analista a falha no ritual ideológico, que não é pleno. Ou seja: ao ser repetido, o enunciado é transportado a outra enunciação e, nesse percurso, parte dele se segmenta; parte que é esquecida, deixada de lado.

Em outro texto seu, Pêcheux ([1982] 2014b, p. 58) discute a memória da máquina, a qual, segundo o autor, “[...] é constituída exclusivamente de lembranças”. Trata-se de uma memória saturada, que só acumula, não produz lacunas e que pode ser trapaceada pela língua. Gallo (2018) retoma essa discussão feita por Pêcheux sobre a memória da máquina, acrescentando que, para que sujeito e sentido se constituam, é preciso materialidade e esquecimento. Essa materialidade, que entendemos sempre como linguístico-histórica, “[...] corporifica os sentidos, os territorializa, lhes dá o lastro necessário para que se processe a identificação ou a (des)identificação dos sujeitos com os saberes necessários no processo de interpretação” (Gallo, 2018, p. 350). Por isso, não podemos falar em identificação nesses exemplos, mas sim num processo de mecanização da leitura, em que o ideológico funciona na produção técnica, o que permite ao sujeito-máquina replicar dizeres, sem uma preocupação com os efeitos do sentido, mas sim com os efeitos do capital. Dessa forma, o técnico produz lastro para a produção de capital, e não necessariamente na relação do sujeito com o sentido, expondo a estrutura-funcionamento da ideologia, atuando na formulação de evidências, em que o sujeito-leitor é levado a acreditar na repetição como a origem do sentido, e não como saturação. A saturação funciona como efeito do técnico

sobre a espessura do discurso, isto é, busca pela replicação - ainda que de publicações sem engajamento -, acumula visualizações, comentários, curtidas, republicações, capital. Estrutura-se, então, uma prática que visa, não à manutenção de tomadas de posição, mas, entre tomadas de posição, as assimila ao funcionamento técnico do capital para produzir lucro. Nos termos de Herbert/Pêcheux ([1966] 2015e, p. 24), estamos diante de uma “Prática técnica: transformação de matérias-primas extraídas da natureza – ou produzidas por uma técnica preliminar – em produtos técnicos, por meio de instrumentos de produção determinados”.

Entendemos que essa condição de repetição pode se formular sob diferentes formas:

- i) sendo um sujeito empírico, ao copiar, foi esquecido de copiar o enunciado integralmente;
- ii) não sendo um sujeito-empírico, a máquina, em seu gesto de decodificação da materialidade, deixou escapar. É a respeito desta segunda forma que trazemos Freitas (2020, p. 89) em sua tese de doutorado:

A reprodução técnica, fato que está diretamente ligado à memória metálica, altera os modos de leitura e produção de sentido, e participa da historicidade desse processo, mesmo na fase automatizada do processo, interna aos computadores ou salas de impressão (que produzem cópias “perfeitas”, independente do processo interpretativo) – no entanto essa automática é efeito/condição de produção de um processo que não é separado da história, e na história produz sentidos.

Nesse horizonte, a leitura feita pela/na máquina tensiona a própria replicação. Replica-se, mas não integralmente. Formula-se quase que identicamente. E é sob esta falha que incide o nosso trabalho enquanto analistas, ou, nos termos de Pêcheux: “É o estatuto autônomo desta maquinaria lógico-linguística que a análise de discurso tal qual está aqui assumida põe em causa” (Pêcheux, [1990] 2015f, p. 149).

A partir dessa reflexão, retomamos a discussão sobre a noção de sujeito. Para isso, retornamos ao texto de Grigoletto e Galli (2021), em que as autoras apresentam uma distinção entre identificação e adesão. A adesão, segundo as autoras, produz-se quando um sujeito, determinado ideologicamente, não se identifica com determinados sentidos, mas ainda assim os reproduz. Ao analisarem discursos que circularam também no *Twitter*, Grigoletto e Galli (2021, p. 250) concluem que

[...] ao se replicarem os dizeres, muitas vezes disparados por robôs e sob o controle dos algoritmos da internet, vai se produzindo um efeito de esvaziamento dos sentidos pré-construídos, os quais poderiam dar sustentação às identificações ideológicas e à

atualização da memória, fazendo com que o próprio movimento de (des)identificação dos sujeitos-usuários se torne difuso.

Desse modo, questionamos aqui a relação-tensão entre a adesão e a replicação. No modo como temos observado o funcionamento descrito nas SDs, os sujeitos, por meios de seus perfis, replicam linguisticamente o mesmo enunciado. Contudo, é de se observar que: comumente os perfis que replicam as publicações são perfis que detém o selo de verificado, ou seja, que pagam para ter acesso ao *X Premium*, sendo um de seus benefícios a priorização da publicação no *feed*; associado a isso, observamos que agora, no X, após sua venda e mudança nas configurações, é possível que o sujeito tenha o seu perfil monetizado, ou seja, receba um retorno financeiro da plataforma em função da quantidade de interações em seu perfil, seja por meio de retuítes, favoritos e, inclusive, visualizações.

Dessa maneira, ao assinar o *X Premium*, o sujeito, ao pagar a plataforma, insere-se em uma rede de sentidos que lhe permitiria, então, receber pelo engajamento em seu perfil, ainda que esse engajamento seja comprado pelo sujeito. Observando esse funcionamento técnico-discursivo, entendemos que essas publicações replicadas seriam publicações automatizadas, mecanizadas, visto que, discursivamente, projeta-se um sujeito real, empírico, mas, pela repetição, pelo excesso, produz-se um sujeito-máquina, um sujeito que atua na mecanização. Mecanização que faz com que o sujeito busque se igualar a outro sujeito, dizendo aquilo que foi dito antes, no mesmo lugar, não importando o quê nem o como, subvertendo o que entendemos por pré-construído. “Aquilo que é dito antes, em outro lugar, independentemente”, conforme nos ensina Pêcheux ([1975] 2014a, p. 149), e que é constitutivo na produção do sentido, desloca-se para a mecanização/saturação do dizer, produzindo um efeito de esvaziamento do sentido. O que importa mesmo é o lucro, já que “O objetivo é acumular: seguidores, curtidas, compartilhamentos, comentários, hashtags, etc., produzindo um excesso de informação que [...] faz o pensamento definhar” (Grigoletto, 2021, p. 196).

Mecanização que falha, engrenagem que emperra, elide a formulação integral, mas produz um excesso, um esvaziamento de sentido e distancia do olhar do sujeito-leitor a publicação-origem. Essa atuação da mecanização da replicação nos sugere que o sujeito não se identifica com a posição-sujeito que funciona na publicação-origem, mas sim adere ao sentido de acumular visualizações, retuítes, capital. A cada nova visualização, produz-se um **simulacro de leitura** e, por sua vez, uma possibilidade de monetização, fazendo funcionar o capitalismo da vigilância (Zuboff, [2015] 2018), o qual, segundo Han (2022), está ligado ao

que ele chama de capitalismo da informação (ou seria desinformação?), no qual são exploradas as informações e os dados, instalando um regime de informação. Segundo o autor, o regime da informação consiste na “[...] forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos” (Han, 2022, p. 7).

A cada nova publicação, o afastamento do outro e a prevalência do sujeito-máquina, que não se identifica como um usuário qualquer da rede, já que a replicação em excesso não produz deslocamentos, como Costa Carneiro (2023) destaca a respeito do sujeito-usuário. A aderência do sujeito-máquina se trataria de uma posição discursiva por meio da qual a repetição/a replicação dissimula a memória discursiva, apaga o sujeito-autor, produz saturação. Dessa forma, o que se produz não são efeitos de memória, mas sim retomadas que esvaziam, porque estão ligadas a uma produção maquinica, em que o deslocamento de sentidos não se produz. Funciona o *non-sense*, simulando o efeito da simbolização. Sujeito e memória são apagados. Para Pêcheux ([1990] 2015f, p. 144), “[...] a leitura se identifica como um “tratamento da informação”, mesmo quando se trata de sequências orais e escritas em língua natural”. A leitura produzida pelo sujeito-máquina funcionaria como o “tratamento da informação” a que se refere Pêcheux. Entendemos, com isso, que a leitura, tal como se estrutura no funcionamento acima, em muito se aproxima de uma concepção de leitura em que ler é decodificar, repetir elementos gráficos e tomá-los como óbvios, evidentes, como se o sentido não pudesse *ser outro, diferente de si mesmo*, parafraseando Pêcheux ([1983a] 2015a).

Nessa direção, ainda na mesma SD, focamos na replicação feita por **perfil 3** para apresentar outros dois funcionamentos do sujeito-máquina: i) ao olhar outros comentários na publicação em tela, o **perfil 3** replica alguns outros comentários:

Figura 5 - Perfil 4

Quem vê, acha que ele perdeu 20 dias seguidos sem ir pra escola né

8:42 AM · 7 de mai de 2024 · **540,7 mil** Visualizações

Fonte: X (2024)

Figura 6 - Perfil 3

Quem vê, acha que ele perdeu 20 dias seguidos sem ir pra escola né

12:10 PM · 7 de mai de 2024 · **16** Visualizações

Fonte: X (2024)

Figura 7 - Perfil 5

Oxe? E não tem um motorista pra levar o menino pra escola, não?

10:55 AM · 7 de mai de 2024 · 148 mil Visualizações

Fonte: X (2024)

Figura 8 - Perfil 3

Oxe? E não tem um motorista pra levar o menino pra escola, não?

12:11 PM · 7 de mai de 2024 · 14 Visualizações

Fonte: X (2024)

Figura 9 - Perfil 6

Eu ia formular uma opinião aqui

Mas eu vou resumir em

Vai tomar no cu Luana Piovani

Bom dia.

11:34 AM · 7 de mai de 2024 · 211,2 mil Visualizações

 27  44  1 mil  13 

Fonte: X (2024)

Figura 10 - Perfil 3

Eu ia formular uma opinião aqui

Mas eu vou resumir em

Vai tomar no cu Luana Piovani

Bom dia.

12:11 PM · 7 de mai de 2024 · 12 Visualizações

Fonte: X (2024)

Figura 11 - Perfil 7

Galera acha q o fato do scooby tá lá no sul ajudando com a tragédia abona o fato dele ser um pai negligente. Atacam a Luana como se ela tivesse errada em reclamar dele. Q bom q ele tá lá ajudando,mas isso não muda em NADA o fato dele ser um pai q tá em falta c a educação do filho

9:47 AM · 7 de mai de 2024 · 19,1 mil Visualizações



15



6



269



1



Fonte: X (2024)

Figura 12 - Perfil 3

Galera acha q o fato do scooby tá lá no sul ajudando com a tragédia abona o fato dele ser um pai negligente. Atacam a Luana como se ela tivesse errada em reclamar dele. Q bom q ele tá lá ajudando,mas isso não muda em NADA o fato dele ser um pai q tá em falta c a educação do filho

12:12 PM · 7 de mai de 2024 · 12 Visualizações



12



12



12



12



Fonte: X (2024)

Com os *prints* acima, notamos que todos os comentários do **perfil 3** são réplicas integrais dos comentários originais, feitas algumas horas após o comentário-origem. A esse respeito, verificamos que os comentários do **perfil 3** são feitos quase que simultaneamente, entre 12h11 e 12h12, o que nos sinaliza uma replicação fabril, por isso sujeito-máquina, de um perfil que, entendemos, automatizado.

O segundo funcionamento que ressaltamos sobre o **perfil 3** é que, apesar de os comentários trazidos nesta análise estarem em língua portuguesa, a maioria das publicações do **perfil 3** estão escritas em árabe. Desse modo, questionamos: ainda que o sujeito possa se significar em/por diferentes línguas, por que a maioria de suas publicações são em uma outra língua e apenas os comentários duplicados, replicados, são escritos em língua portuguesa?

Tendo isso em vista, entendemos que o que se produz é uma simulação de sujeito, que poderia se dar em qualquer outra língua, desde que a simulação funcionasse como um espelhamento que visa à aquisição de capital, à reprodução por ela mesma, à produção

maquinária do mesmo. Eis, aí, quando o algoritmo falha, ou, como diria Pêcheux ([1975] 2014a, p. 30), “gozado como a máquina de classificar de repente se enrola...”.

Os sujeitos, tomados aqui enquanto sujeitos-máquina, aderem, via repetição mnemônica, às materialidades já publicadas. O já-publicado, já-dito, já-materializado funciona como base de onde se busca extrair o todo. No entanto, a subjetivação, que caracteriza os sujeitos, não se extrai, ainda que o efeito produzido, mesmo que imaginariamente, seja o de que a completude foi atingida, de que o algoritmo foi eficaz; talvez para o capital, já que os números, referencial supostamente incontestável do capitalismo, são altos. Quanto mais se repete, mais capital é produzido. Por isso, saturar, dizer novamente, dizer tudo ou quase tudo, esquecer o que foi *dito antes, em outro lugar e independentemente*, dizer até que se esqueça.

Efeitos de fechamento: é possível ainda ser sujeito?

Em vista do que fizemos ao longo deste capítulo, constatamos que, enquanto uma mídia social digital, o X formula-se como um meio produtivo para a (re)produção de discursividades diversas. Nesse sentido, ao termos percebido a existência de perfis que repetiam o que era dito quase que integralmente por outros perfis, na condição de analistas de discurso, coube-nos questionar a obviedade desta repetição, uma obviedade que talvez aparecesse ao(a) leitor(a) como apenas mais um perfil no X. Dessa maneira, nas condições de produção em que nos inserimos, o X, que recentemente tem sido objeto de disputa no discurso político atual³, tem sido regido por uma dispersão, que é característica das mídias sociais digitais. Apesar disso, a dispersão não se constitui da mesma forma: no X, tem funcionado o que nomeamos, neste trabalho, como o **sujeito-máquina**.

O sujeito-máquina, no modo como o concebemos, refere-se a um funcionamento técnico-discursivo de perfis que repetem deliberadamente, sem se importar com as filiações ideológicas, publicações de quaisquer sujeitos. Esta replicação, ainda que linguisticamente

³ A título de exemplo, quando uma versão preliminar e reduzida deste texto foi apresentada no VII Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual, o X estava com operações suspensas no Brasil, após determinação do Supremo Tribunal Federal, a qual requeria, entre outras coisas, que houvesse no Brasil um representante legal do X para que suas operações pudessem ter continuidade, o que gerou movimentações no campo político brasileiro, em que, de um lado, havia opositores ao governo Lula que o acusavam, e acusavam Alexandre de Moraes, de promotores da ditadura; de outro lado, sujeitos que se alinhavam à prática jurídica, objetivando que houvesse regularidade das práticas empresariais estrangeiras no Brasil.

possa ser a mesma, produz-se, para nós, como um modo de o algoritmo, programado para um gesto repetitivo, fabril, buscar um espelhamento do sujeito, individua(liza)do pela inscrição como usuário no X. Em outras palavras, o sujeito-máquina vale-se de um simulacro de leitura do sujeito avatar para que, em seu perfil, sejam acumuladas visualizações, curtidas, compartilhamentos. Esses gestos de interação do sujeito com a máquina atuam, no X, como forma de obtenção de capital.

Assim, a leitura que se faz sobre o sujeito, inscrito ideologicamente, é uma leitura do óbvio, do evidente, um simulacro de leitura, entendida não por uma perspectiva em que a leitura é uma prática inscrita no simbólico, mas sim como uma apreensão de significantes ditos *antes, em outro lugar e independentemente*, cujas identificações não importam. A adesão não ocorre, a identificação tampouco. O dizer do outro é apenas matéria-prima para a acumulação. A memória é apenas a de que algo foi dito. O sujeito, anulado.

Em contrapartida, para que esses funcionamentos existam, é necessário, para o capital, que nós, sujeitos, duplamente afetados, nos subjetivemos nessas mídias. Sem a matéria-prima, o produto não se desenvolve. Sem a ideologia, não há prática, nem a prática técnica. Por isso, enquanto analistas de discurso, inscrevendo-nos em uma posição crítica, reconhecemos que ser sujeitos das/nas mídias sociais digitais é buscar não cair em narcisismos de opor-se à tecnologia, nem romantizá-la, ou como Pêcheux ([1982] 2014b, p. 67, destaques do autor) nos alertou:

[...] nem ceder às facilidades verbais da pura denúncia humanista do "computador", nem se contra-identificar ao campo da informática (o que tornaria a reforçar o projeto desta), mas tomar concretamente partido, *no nível dos conceitos e dos procedimentos*, por este trabalho do pensamento em combate com sua própria memória, que caracteriza a leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar este trabalho. Isto supõe *também* construir procedimentos algoritmos informatizados, traduzindo, tão fielmente quanto possível, a pluralidade dos *gestos de leitura* que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivos.

Referências

ALTHUSSER, L. [1970]. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Tradução de José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 2007.

COSTA CARNEIRO, T. C. da. *Vender-se(r) no Grindr: efeitos da inscrição do sujeito no discurso da mercantilização do corpo masculino*. 2023. Dissertação (Mestrado em Letras) –

Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49309>. Acesso em: 20 maio 2024.

FREITAS, R. A. de. *Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online*. 2020. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23465/TESE%20RONALDO%20FREITAS%20%20TEXTO%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 jul. 2024.

GALLO, S. M. L. Discurso e novas tecnologias da informação. In: NAVARRO, P.; BARONAS, R. L. (org.). *Sujeito, texto e imagem em discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 345-356.

GALLO, S. M. L.; STEIN, J. V. S. Autonomia de vontade, sujeito de direito e avatar. *Revista Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 27, n. 3, 2024, 465-478, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/27780>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GRIGOLETTO, E. Sou mulher de verdade, empoderada, feminina: a identificação de gênero entre os engodos ideológico e tecnológico. *Revista Leitura*, Maceió, n. 69, p. 187-205, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11264/8613>. Acesso em: 20 maio. 2024.

GRIGOLETTO, E.; GALLI, F. C. S. O funcionamento discursivo das *hashtags*: processos de (des)identificação ou aderência?. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SILVA SOBRINHO, H. F. da. (org.). *Ousar se revoltar: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 235-252.

HAN, B-C. *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

HERBERT, T./PÊCHEUX, M. [1966]. Reflexões sobre a situação teoria das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. Tradução de Mariza Vieira da Silva e Laura A. Perrella Parisi. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015e. p. 21-54.

ORLANDI, E. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014a.

PÊCHEUX, M. [1982]. Ler o arquivo hoje. Tradução: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014b. p. 57-67.

PÊCHEUX, M. [1983]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015a.

PÊCHEUX, M. [1978b]. As massas populares são um objeto inanimado? Tradução de Suzy Lagazzi. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015b. p. 251-273.

PÊCHEUX, M. [1984]. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015c. p. 283-39.

PÊCHEUX, M. [1983b]. Papel da memória. Tradução: José Horta Nunes. In: ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J.-L.; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. P. (org.). *Papel da Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015d. p. 43-52.

PÊCHEUX, M. [1990]. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. Tradução de Tânia C. Clemente de Souza. In: ORLANDI, E. (org.). *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015f. p. 141-150.

PÊCHEUX, M. [1976]. Formações ideológicas, aparelhos ideológicos de Estado, formações discursivas. Tradução de Rodrigo Oliveira Fonseca. In: OLIVEIRA, G. A. de; NOGUEIRA, L. (org.). *Encontros na Análise de Discurso*: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 307-326.

ZUBOFF, S. [2015]. *Big Other*: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. Tradução de Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz e Bruno Cardoso. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L.; MELGAÇO, L. (org.). *Tecnopolíticas da vigilância*: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

María Paula Onofrio
Mariano Dagatti

**PROXIMIDAD Y REPRESENTACIÓN.
CONTINUIDADES Y RUPTURAS EN LA
ESCENIFICACIÓN DE LOS LIDERAZGOS
PRESIDENCIALES EN ARGENTINA
(2015 – 2023)**



PROXIMIDAD Y REPRESENTACIÓN. CONTINUIDADES Y RUPTURAS EN LA ESCENIFICACIÓN DE LOS LIDERAZGOS PRESIDENCIALES EN ARGENTINA (2015 – 2023)

Introducción

Sabemos por Claude Lefort que, en el marco de las democracias representativas de gran escala, los representantes no solo participan de la “autoridad política en lugar de los ciudadanos que los designaron”, sino que tienen la responsabilidad de garantizar a la sociedad “una visibilidad” de sí misma (Lefort [1989], 2012, p. 22). La función pragmática de la representación – como conjunto de procedimientos institucionales que habilitan a alguien a tomar decisiones colectivamente vinculantes y a hablar en nombre de otros – es indisociable de su función semiótica: la representación – como ha escrito Michael Saward – “no puede funcionar sin una reclamación de representatividad, sin un relato sobre uno mismo y el otro, y sin una *performance* de ese vínculo” (Saward, 2006, p. 311).

El objetivo de este capítulo es analizar comparativamente las escenas de representación en las que se desplegaron los liderazgos presidenciales de Mauricio Macri (2015 – 2019) y Alberto Fernández (2019 – 2023), en Argentina. Centramos nuestra atención en las “escenas” porque entendemos que no puede haber ejercicio de la representación política sin una dramaturgia de la representación; es decir: a) sin que el representante muestre un modo de vincularse con sus representados; por lo tanto, b) sin que se configure un sujeto político predilecto (una forma predominante de ciudadanía figurada) y c) sin que esa configuración no constituya un recorte posible del conjunto de la población representable (Mariano Fernández, 2019, p. 77). Es en la creación de esas escenas – con su topografía, sus palabras, su distribución de cuerpos y roles– que se ponen en juego formas *ideales* de la sociedad, que visibilizan necesariamente fracciones de esta y recortan, sobre lo representable, aquella fracción con la que el representante va a escenificar el lazo representativo.

Si la representación requiere dar formas de presencia pública a los representados a través de escenas de representación, no es menos cierto que, en el marco de nuestras sociedades actuales, ese trabajo está plenamente mediatizado (Eliseo Verón [1984], 2001). Esto es, las propias estrategias de construcción de escenas de representación política suponen modos específicos de utilizar los dispositivos mediáticos disponibles y de lidiar con la (des)intermediación de las instituciones de medios. De ahí que nuestro trabajo,

interesado en los modos de escenificación de los liderazgos presidenciales, toma - puntualmente - como material de estudio a las publicaciones realizadas en las cuentas oficiales de la Casa Rosada, sede del Poder Ejecutivo argentino, a través de sus plataformas digitales.

Como punto de partida, postulamos que existe una continuidad en la dramaturgia de la representación que escenifica el lugar del cuerpo presidencial en *proximidad* con sus representados, y que se corresponde - siguiendo a Pierre Rosanvallon (2009) - con una transformación mayor de la representación política. Según el autor, en nuestra época, marcada por la desacralización de la democracia electoral-representativa, la “política de la presencia” indica una forma en que el político busca ser percibido como democráticamente legítimo, lo que no tiene que ver con la consagración en las urnas y los partidos políticos. La política de la presencia pone de manifiesto “el hecho de que la relación de identidad entre los ciudadanos y los gobernantes ya no puede seguir siendo pensada en términos sociológicos” (Rosanvallon, 2009, p. 288). Así, por ejemplo, un presidente visita a un individuo singular, único - sea Juan, Pedro o María -, quien tiene una existencia irreductible, concreta, pero es - al mismo tiempo - igual a otros. En estos términos, la proximidad le permite al político construir la generalidad social necesaria como base de legitimidad, a partir de la “inmersión radical en lo concreto del mundo”: el “reconocimiento de que cada situación conlleva un elemento de originalidad irreductible” funciona como superficie de identificación (Rosanvallon, 2009, p. 28).

Recorridas, encuentros, visitas; los presidentes argentinos no escapan a la *representación de proximidad*, como una tendencia que - según Rocío Annunziata - es “general, transpartidaria, transideológica” y está presente en diversos contextos y escalas de representación (Annunziata, 2012, p. 62). Bajo este postulado, la exposición que sigue analiza las modalidades de escenificación del liderazgo presidencial de Macri y de Fernández en *proximidad* con sus representados. El capítulo se organiza en dos secciones: la primera está dedicada a las escenas de Macri y la segunda a las de Fernández. Con atención a los rasgos estilísticos y formales desplegados por cada presidente, concluimos que las diferencias se marcan, antes que en la naturaleza del vínculo, en el grado de distancia que modula la proximidad, en el recorte y en la forma predominante de ciudadanía figurada. En el primer aspecto, comprobamos que la proximidad de Macri con sus representados es mucho más *intima* que la de Fernández. En cuanto al segundo aspecto, el recorte *singular*, uno-a-uno, de Macri contrasta con el recorte *grupal* que enmarca la escenificación de

Fernández. Por último, si en un caso la ciudadanía *ideal* se activa sobre la figura de *gente común*, en el otro asume la forma conceptual de una clase: *los trabajadores*.

El caso de Mauricio Macri: de la relación de simetría a la figura del vecino

La proximidad como estrategia de representación política tiene una marcada historia en la vida del espacio político de Macri, Propuesta Republicana (PRO)-Cambiamos. Tal es así que existe un amplio reconocimiento en el estado de la cuestión sobre la importancia de las visitas a los ciudadanos en sus casas, tanto como parte de las estrategias electorales (en la Ciudad de Buenos Aires, en 2007 y en 2011, y a nivel nacional, en 2015) como en el dispositivo de comunicación de gobierno de la fuerza macrista en sus distintos niveles (Vommaro; Morresi; Belloti, 2015; Annunziata, 2018; Fioriti, 2014).

En este sentido, a partir de diciembre de 2015, cuando asume como presidente, Macri muestra una continuidad en sus modos de puesta en escena, a través de su aparición en espacios domésticos. La espontaneidad, la sencillez, la cercanía y el afecto son algunos de los rasgos que caracterizan los encuentros que el mandatario mantiene con sus representados. Consideremos, por ejemplo:

Figura 1



Fuente: <https://www.instagram.com/p/BF9ryLSQeL2/>

Figura 2



Fuente: <https://www.instagram.com/p/BT7SdP0g2lq/>

En el primer caso, mientras se ve a Macri sonriente, distendido, dándole la mano a un señor, el *copy* ancla la escena bajo la leyenda “@mauriciomacri visitó un centro de jubilados en Boulogne y compartió una partida de truco”. En la segunda publicación, el presidente aparece bailando «una pieza de folclore» con una maestra - según dice el mensaje textual -, rodeados de jóvenes con guardapolvo blanco. Allí, la escenificación del cuerpo presidencial como operador metonímico que traza un haz de relaciones que definen el contacto modula cierta forma de la presencia, que - como veremos a continuación - contrasta con la presencia de Fernández. En primer lugar, como se desprende de nuestros ejemplos, la *proxemia*¹ se devela crucial en la construcción de los lazos entre Macri y los ciudadanos. Abrazos, besos, bailes, apretones de mano; en el juego de las relaciones corporales predomina aquí la distancia íntima, esa que - social y culturalmente - es reservada al afecto, a la ternura, al amor (David Le Breton, 2009, p. 91). La presencia de Macri se devela en una gestualidad intimista, empática, afectiva y familiar.

¹ *Proxemia* es el neologismo propuesto por Hall para categorizar el “conjunto de observaciones y teorías referidas al uso que el hombre hace del espacio en tanto producto cultural específico” (Hall, 1978, p. 30). Forma parte, como afirma Barthes, de “una tipología de los espacios subjetivos en la medida en que el sujeto los habita afectivamente” (Barthes, 2003, p. 166). “Por mi parte, utilizaré la palabra [*proxemia*] para aplicarla solamente al espacio restringido que rodea inmediatamente al sujeto: espacio de la mirada familiar, de los objetos que podemos alcanzar con el brazo, sin movernos [...] espacio privilegiado del sueño, del descanso, del trabajo sedentario en la propia casa: la esfera del ‘gesto inmediato’ (Moles), el metro cúbico de los gestos a partir del cuerpo inmóvil: *microespacio*” (Barthes, 2003, p. 165-166).

En segundo lugar, las imágenes compartidas tienen estructuras predominantemente narrativas²; esto es, los participantes siempre se encuentran realizando acciones. Los cuerpos en movimiento transmiten cierta espontaneidad y frescura que la exposición de perfil o de tres cuartos del gobernante - nunca de frente a la cámara - acentúa. Sea dicho: lo espontáneo prevalece sobre el protocolo, aunque, como advierte Roland Barthes (2014, p. 183), “lo espontáneo del hombre es su cultura”: con base en las poses, las fotografías apelan a una gramática histórica de actitudes estereotipadas. Los rostros abiertamente sonrientes, las miradas que exhiben alegría, el gesto de estrechar las manos al finalizar una partida de truco, los cuerpos que bailan distendidos, la vestimenta informal, inscriben al presidente en escenas que reconocemos como costumbristas.

Asimismo, las escenas suelen construirse a partir de un recorte *singularizante*; esto es, una relación “mano a mano”, uno-a-uno, entre el líder y los representados. Este tipo de recorte no construye como contrapartida una identidad colectiva, como sería el “pueblo” o “los trabajadores”. En cambio, los representados valen más por su cualidad de “personas comunes” que por su pertenencia a un grupo o clase. Un jubilado, una maestra, una familia, un comerciante o un vecino son hombres y mujeres corrientes; con experiencias, inquietudes y necesidades singulares, pero en suma cotidianas. Es, en efecto, el “vecino” - una figura privilegiada en la retórica macrista ya desde la proximidad localista del gobierno del PRO en la Ciudad de Buenos Aires - la forma *ideal* de esta ciudadanía figurada³.

Por su parte, inmerso en auténticas *estrategias de condescendencia* (Pierre Bourdieu, 1985)⁴, el presidente pone en escena un cuerpo que le permite inscribirse en una lógica de semejanza con sus interlocutores. A diferencia de Fernández que - como veremos más

² A diferencia del uso de las imágenes bajo el gobierno de Alberto Fernández, que combinan - como veremos - *estructuras narrativas con estructuras conceptuales*, que no incluyen vectores de movimiento. En éstas últimas, los participantes suelen ser agrupados para presentar al observador el “concepto” de quién o qué representan.

³ Becerra calificó de “gentista” al uso de redes sociales digitales por parte del partido de gobierno Cambiemos, en el sentido de que “la gente” - “sujeto político de la nueva era” - “es invocada como fuente de consenso y legitimidad de la acción política”. Publicado en Letra P. Link: <http://www.letrap.com.ar/nota/2016-9-28-populismo-gentista-2-0>.

⁴ La condescendencia es, según Bourdieu (1985, p. 107), la utilización demagógica de una relación de fuerza objetiva: “denomino estrategias de condescendencia a esas transgresiones simbólicas del límite que permiten obtener a la vez los beneficios de la conformidad y de la transgresión.” Se trata de actitudes que pueden recibir el calificativo de “sencillez”, pero realizadas por hombres cuya esencia no trae aparejada semejante conducta.

adelante - refuerza el carácter complementario de la relación representativa, Macri activa dinámicas de interacción *simétricas*⁵.

Cercano, desimbolizado y reducido a su presencia real, el cuerpo presidencial es, por lejos, el principal operador significativo de las figuras de la topología del contacto⁶. Sin embargo, mientras que la suma de escenas del encuentro del presidente con los ciudadanos va delineando ese tipo de liderazgo cercano y personal, el funcionamiento de las estructuras argumentativas dota de sentido a los lazos de identificación que producen las formas de la generalidad social. Porque - como dice Verón - los colectivos identitarios de largo plazo no se sostienen solo “con imágenes, ni únicamente con el orden indicial”: “no pueden construirse sin que funcione una estructura argumentativa orientada a la formulación de reglas” (Verón, 1998, p. 230).

Al respecto, identificamos tres tipos de estructuras argumentativas que elaboran el pasaje de lo singular irreducible de la escena individual - del índice - a la generalidad - al símbolo. La primera está asociada a la idea que acabamos de desarrollar: Macri es una persona semejante a los otros, aunque investido circunstancialmente con responsabilidades extraordinarias. A partir de un modo común de dramatización, la escena actualiza una cierta forma de ser iguales entre el político y el ciudadano, prevaleciendo el lazo de equivalencia.

En segundo lugar, la presencia del mandatario en el territorio puede ser argumentada como una capacidad de gestión permeable, accesible, abierta al diálogo y a la escucha. El contacto con los vecinos contrasta con la vilipendiada imagen de la “política de escritorio”,

⁵ Los conceptos de *simetría* y *complementariedad* remiten a la propuesta de Verón para modelizar los tipos de relaciones que diseñan las “figuras” topológicas de los contactos. En el marco de la teoría de la enunciación, Verón (1983, 1999) recupera esta distinción de la perspectiva antropológica de Bateson, aplicada a los intercambios sociales, para referir a dos tipos distintos de estrategias enunciativas. La relación de simetría modaliza un intercambio entre actores que tienen los mismos patrones de conducta o estilísticos; en cambio, la relación de complementariedad está presente cuando los patrones de intercambio son fundamentalmente diferentes y llevan a vínculos del tipo poder/sumisión o enseñanza/ aprendizaje.

⁶ Al respecto, son interesantes las reflexiones del jefe de estrategia digital de Cambiemos, Julián Gallo, a propósito de la campaña presidencial que consagró a Macri: “la campaña - dice en una nota publicada en el diario La Nación, el 26 de noviembre de 2015 - sólo encauzó la inclinación de Macri a mantener conversaciones verdaderas, cercanas, mostrando sus emociones sin artilugios. Debería entenderse a la comunicación política como McLuhan entendía a los medios en general, como extensiones del cuerpo humano. Toda la comunicación de campaña, Facebook incluido, de alguna manera fue solo una extensión del cuerpo de Macri, de una parte de su identidad que comenzaría a manifestarse durante la campaña presidencial, entre otros medios, a través de las redes sociales”. Véase en: <https://www.lanacion.com.ar/politica/el-primer-presidente-de-facebook-nid1849036/>.

asociada a una clase dirigencial encerrada sobre sí misma, que desconoce la realidad cotidiana de los ciudadanos (Annunziata, 2018). Es en el trato mano a mano, cotidiano e inmediato, en donde el político despliega su “promesa de decisión”, para retomar los términos de Christian Le Bart (2005). Veamos, por ejemplo:

Figura 3



Fuente: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=679576708885053&set=a.547174645458594>

“El presidente compartió un viaje en colectivo con los vecinos de Pilar y les contó los detalles del plan para mejorar los corredores viales en el conurbano bonaerense”⁷: la gestión se enclava en el encuentro entre el político y las personas comunes. De este modo, el “estar ahí”, sea en el colectivo, en el barrio o en la casa de los ciudadanos, significa una

⁷ Luego de su publicación, la presunta frescura de la escena en la que Macri aparecía compartiendo un viaje en colectivo con vecinos de Pilar, fue motivo de críticas en redes sociales y medios de comunicación, en donde no faltaron la mostración de “pruebas” que revelaban que se trató de una “simulación por montaje”. Véase, por ejemplo, la nota periodística de Gustavo Veiga, en página 12: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-310175-2016-09-24.html>.

forma de conectar la voluntad política con “los problemas reales de la gente”. El lazo representativo del líder opera no tanto por la semejanza con sus representados, sino porque tiene la capacidad de *escucharlos*, de tenerlos en cuenta al momento de resolver los problemas para lo que fue votado.

Por último, la estructura argumentativa que dota de sentido a la presencia de Macri en el territorio puede servir a la construcción de un tercer tipo de lazo representativo, que - siguiendo a Vommario y Morresi (2015) - podemos llamar *team leader*, término importado del mundo empresarial. A contramano de un tipo de liderazgo mesiánico, ególatra y autoritario - asociado a la imagen que el macrismo hace de su antecesora, Cristina Fernández de Kirchner -, la figura de Macri se construye a partir de su capacidad de unir voluntades, de orquestar un colectivo que no se reconoce *a priori* como tal. Antes que a la humanidad del presidente o a su capacidad de gobernar de cara a la gente, el lazo representativo se ata a una concepción singular de la organización social: el líder como armonizador y los ciudadanos como voluntarios, dispuestos a aportar desde su lugar. Veamos por caso:

Figura 4



Fuente: <https://www.instagram.com/p/BFSAnJUweH6/>

La disposición proxémica de los cuerpos, soporte de una política intimista y afectiva, se enlaza - a través del enunciado verbal - con la necesidad del aporte individual, del esfuerzo singular. Veamos: por un lado, en el plano visual, las reacciones de los cuerpos visiblemente emocionados (tanto el rostro conmovido de la mujer y el gesto estereotípico de las manos en la cabeza, que connota asombro, como el abrazo del hombre) están dirigidas al cuerpo

de Macri como punto de apoyo. Entre ellos, como en los casos anteriores, predomina una distancia íntima: el afecto y el amor. Verdadero dispositivo testimonial, en los términos de Jacques Fontanille (2004), la legitimidad y la identificación dependen fuertemente de la presencia física del presidente: en el registro de la emoción, del abrazo, su cuerpo es testigo del cariño y del reconocimiento ciudadano y, al mismo tiempo, es testimonio de una política próxima, atenta a lo singular y particular de cada uno⁸.

Por otro lado, en el plano verbal, se explicita una concepción agregativa de lo colectivo, a través de diferentes recursos: la mención de nombres propios como factor de individualización (“Alfredo Farías” es un hombre singular, único, que “vende tortas calientes y pastelitos al costado de la ruta”), el recurso de la anécdota (“El 11 de diciembre, con su mujer, Mónica, le donaron \$100 al Presidente”), la incorporación de la *heteroglosia social*⁹ (“Con un poquito de cada uno, juntaremos mucho. Usted solucionará algunas cosas y saldremos adelante”) y el uso del diminutivo del adverbio de cantidad “poco” que construye - por contraste - la relación entre el aporte individual y el concepto de lo colectivo. «Salir adelante» depende de lo que haga cada uno desde su lugar. En ese cuadro, el presidente ocupa el lugar de orquestador, de coordinador más que de autoridad.

Sea que se trate de una persona semejante a las demás, de un gobernante accesible o de un *team leader*, el vínculo representativo de Macri se estructura “sobre la base de una identificación anticarismática” (Annunziata, 2012). Visitar una escuela, un centro de jubilados, conversar con un vecino desde el *living* de su casa, recorrer el barrio, detenerse a saludar a un hombre al costado de la ruta. El presidente construye su liderazgo en una sucesión de encuentros personales, en una relación singular, uno a uno. Allí no hay grupos ni colectivos figurados; el modelo de generalidad social procede - en cambio - por una inmersión radical en el mundo de la particularidad de los individuos concretos, que representan - ante todo - a la “gente común”.

⁸ En otra oportunidad, siguiendo a Michel Foucault, denominamos *modalidad pastoral* a cierta disposición del poder que combina, en las mismas estructuras, técnicas de individualización y de procedimientos de totalización: el poder pastoral supone el cuidado del conjunto de la comunidad, al mismo tiempo que una atención individual a cada uno de sus miembros (Véase Dagatti; Onofrio, 2019).

⁹ Siguiendo los planteos de Elvira Arnoux (2008), adoptamos la noción de *heteroglosia* con un sentido amplio que engloba también lo que Bajtín designa con otros dos neologismos: *heterología*, diferenciaciones por género, profesión, clase social, edad, origen nacional; *heterofonía*, diversidad de voces individuales. En esta tripartición, heteroglosia corresponde a la diversidad de lenguas.

El caso de Alberto Fernández: de la relación de complementariedad a figura de los trabajadores

Fernández asumió el 10 de diciembre de 2019, tras haber derrotado electoralmente al propio Macri. Su política tampoco careció de presencia, pero esto merece una aclaración: las formas de escenificar el liderazgo de Fernández en relación con los representados están indefectiblemente atravesadas por la pandemia por Covid-19 y el aislamiento sanitario que marcaron los tiempos de su gestión.

Así, mientras que en un primer momento no se registran escenas de proximidad, es recién a partir del segundo semestre del 2020, aún con la pandemia de fondo, que Fernández comienza a salir al territorio. Barbijos, choque de puños y de codos, distancia social; desde entonces y durante un tiempo, la presencia de Fernández es modulada por toda una *gestualidad* pandémica, portadora de los modos de imaginar formas de proximidad en tiempos de aislamiento. Finalmente, ante el horizonte de retorno a la “normalidad” que augura la llegada de la vacuna contra el Covid-19, la escenificación del presidente en el territorio se estabiliza como una forma regular de la visibilización del poder.

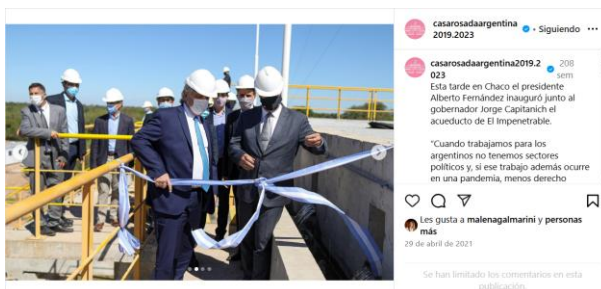
Como pruebas de espacio y ejercicios del cuerpo, las recorridas de Fernández procuran abolir la distancia simbólica que había caracterizado al modo de representación del poder por parte de Cristina Fernández de Kirchner y, a la vez, evadir la frivolidad que la presencia presidencial había alcanzado en los tiempos de Macri. Asimismo, desde sus inicios, en plena pandemia por Covid-19, significaron momentos prácticos de teatralidad que otorgaban al presidente una carnadura sensible como antídoto a la figura de autoridad y control del poder, en concomitancia con las estrictas restricciones sociales.

Ahora bien, máxime las distintas experiencias intercorporales que involucraron los cambios coyunturales, hay ciertos rasgos que persisten en los modos de representación de proximidad. Para facilitar el análisis contrastivo con su antecesor, el vínculo representativo que escenifica el liderazgo de Fernández puede caracterizarse por tres torsiones respecto de la proximidad de Macri: una formal, una relacional y una figurativa. La primera se refiere al tipo de puestas en escena institucionales en las que se enmarca la salida al territorio; la segunda, a la modalidad *colectiva* del vínculo entre representante y representados; y la tercera, a la forma predominante de ciudadanía figurada: la clase trabajadora.

En primer lugar, advertimos que la salida al territorio de Fernández está siempre ligada a una acción institucional: una inauguración, una supervisión de obra o un acto de gestión. Cortes de cinta, recorridas, discursos institucionales; todas estas escenas se enmarcan en la

lógica ceremonial y protocolar que las organiza. Asimismo, el mandatario aparece siempre acompañado por otros políticos que lo rodean y que tienen una significación también institucional. Por ejemplo:

Figura 5



Fuente: https://www.instagram.com/p/COQxC2RBvf/?img_index=2

Figura 6



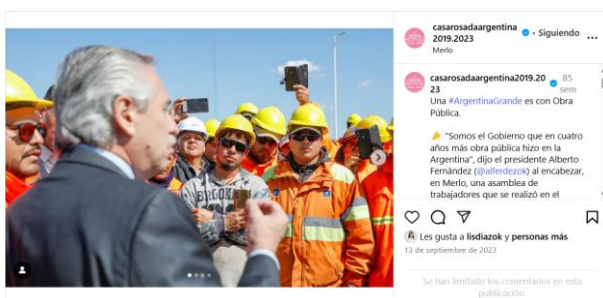
Fuente: https://www.instagram.com/p/Cvsa8AyjY0/?img_index=4

A distancia de las escenas domésticas e informales de Macri, que configuraban encuentros íntimos con personas comunes, la presencia de Fernández en el territorio está codificada por la situación de comunicación en la que se inscribe. Lo ceremonial y protocolar contiene a la espontaneidad: la presencia del político configura una escena estrictamente pensada, organizada e institucional, en la que “el territorio se adapta a la venida del poder” (Annunziata, 2018, p. 67). En cada caso, el motivo de la visita está ligado a la función de gobierno, como se explicita en los *copys* de las publicaciones: “Esta tarde en Chaco el presidente Alberto Fernández inauguró junto al gobernador Jorge Capitanich el acueducto de El Impenetrable” (Fig. 5); “El presidente Alberto Fernández recorrió, junto al

ministro de Desarrollo Territorial y Hábitat, Santiago Maggiotti, y el intendente de Ensenada, Mario Secco, las obras de 476 viviendas del programa #CasaPropia” (Fig. 6). En palabras de Marc Abélès (1989), las escenas constituyen auténticos rituales políticos, marcados por la sacralidad, la repetición y el borramiento de lo individual.

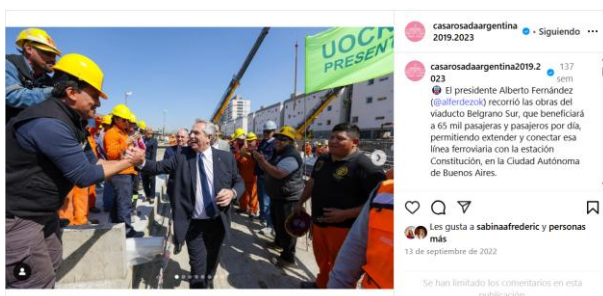
En segundo lugar, el recorte de los planos que opera sobre los representados suele privilegiar al grupo por sobre el individuo. Las escenas son *colectivas* antes que singularizantes (como ocurría, en cambio, con Macri). Mayoritariamente rodeado de grupos de personas, el vínculo es menos uno-a-uno que uno-a-muchos. Por ejemplo:

Figura 7



Fuente: https://www.instagram.com/p/CxJEGPCx6yI/?img_index=1

Figura 8

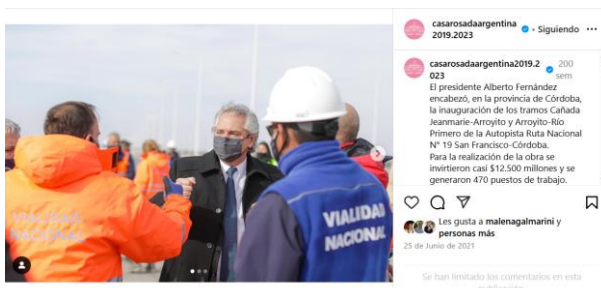


Fuente: https://www.instagram.com/p/CidLx2JlomN/?img_index=1

En lugar de trazar una relación simétrica entre personas semejantes, los encuentros definen un vínculo complementario entre el líder y los representados, que aparecen bajo una modalidad grupal, iguales entre sí, pero distintos a aquel. Claro que, en cada recorrido,

en cada visita, no faltan los gestos *individualizantes* de afecto y reconocimiento que ponen mano a mano al representante con los representados: un abrazo, un apretón de manos, una conversación o una *selfie* son también parte de la escenificación de la presencia presidencial que se construye en el *álbum* de imágenes. Veamos:

Figura 9



Fuente: https://www.instagram.com/p/CQjsNt6hl48/?img_index=1

Figura 10



Fuente: https://www.instagram.com/p/CidLx2JlomN/?img_index=4

Como se puede observar a través de las publicaciones, en un primer momento, la topografía de los recorridos absorbió la reconfiguración de las coordenadas hápticas: gestos cotidianos y acostumbrados fueron sustituidos por otros novedosos, como los saludos de codos o de puños, que minimizan la interacción entre cuerpos (Fig. 9). A partir de la propagación de la campaña de vacunación contra el Covid-19, el contacto entre el representante y los representados recupera ritos proxémicos pre-pandémicos, como los besos, los abrazos y los apretones de mano.

Inmerso en la escena, ofrecido al contacto y al diálogo, Fernández ensaya toda “una militancia de la presencia”, en los términos en que Rosanvallon (2009, p. 276) define la “recorporización contemporánea de lo político”. El cuerpo que se mueve, que visita cada punto de la geografía nacional; el cuerpo que percibe la fuerza, que vivifica el abrazo, el gesto candoroso: las imágenes testimonian el vínculo directo, la inmediatez. Con todo, la proximidad entre el representante y los representados no significa en Fernández una evidente simetrización del vínculo. Por el contrario, si atendemos a los modos de interacción entre los cuerpos - desde el acto performativo de la *selfie* que reconoce al presidente como figura excepcional hasta la repetición del saludo, que dice más de la trascendencia del ritual asociado a la función que de la humanidad de la persona -, prevalece el principio de distinción del lazo representativo: el presidente es alguien accesible, *dispuesto*, pero no igual.

Por último, ya sea que se opere un recorte grupal o - más ocasionalmente - uno singularizante, los retratados representan a miembros de una categoría; en términos semióticos, funcionan como símbolos: están en lugar de sus congéneres, los representan. Esa categoría es, concretamente, la clase trabajadora. Los rasgos tipológicos y estilísticos inscriptos en los cuerpos y sus atavíos - cascos, mamelucos, uniformes, chalecos reflectivos, entre otros -, activan el salto *conceptual* de los individuos al reconocimiento de la clase. De suyo, las coordenadas espaciales confirman la fracción social representada. Veamos las siguientes publicaciones:

Figura 11



Fuente: https://www.instagram.com/p/CwIQHFmJHgv/?img_index=1

Figura 12



Fuente: https://www.instagram.com/p/CwIQHFmJHgv/?img_index=1

Rara vez los álbumes de las recorridas prescinden de este tipo de imágenes grupales posadas. Siguiendo la clasificación de Kress y van Leeuwen (2004), se trata de estructuras *conceptuales* que designan constructos sociales: los participantes son agrupados para presentar al observador el “concepto” de quién o qué representan. No cabe duda: sean cuatro, una decena o una veintena, el colectivo comporta su cualidad de símbolo, remite a la generalidad, a la ley. Así, el tercer rasgo que caracteriza a las escenas de liderazgo de Fernández radica en la forma del sujeto político representado: los trabajadores. Si Macri imaginó una forma de agregación *laxa* de individuos bajo la cualidad de “gente común”; en el caso de Fernández se proyecta - en cambio - a la clase trabajadora como aquella fracción respecto de la cual el representante escenifica su lazo representativo.

En las fábricas, en las obras en construcción, la fisonomía del colectivo representado amalgama las memorias del peronismo clásico como tradición política del partido gobernante. Emblema del movimiento peronista, “fueron sujetos - dice Marcela Gené en su estudio sobre las imágenes del peronismo - de las políticas sociales, los trabajadores, quienes devinieron en *objeto* de sus representaciones” (Gené, 2005, p. 103). El uno y los otros, el líder y los trabajadores, y la relación de complementariedad entre ambos: allí se juega el lazo de liderazgo representativo de Fernández.

Consideraciones finales

A pesar de los cambios de nombres y de alianzas que han adoptado las coaliciones electorales y de gobierno en la Argentina, Mauricio Macri y Alberto Fernández representan dos proyectos antagónicos dentro de la política argentina. Sin embargo, un observador

atento podrá advertir que ambos liderazgos presidenciales estuvieron marcados por una *heterogeneidad constitutiva* común (Authier-Revuz, 1982): las representaciones que corporaciones, agrupaciones y colectivos de variado alcance, espectro e ideología - y, entre ellos, los propios Macri y Fernández - han construido en torno al poder de Cristina Fernández de Kirchner, caracterizado como vertical, distante y autoritario.

Los dos presidentes argentinos, Macri y Fernández, encuentran en la representación de proximidad un trazo diferencial respecto de Cristina Fernández. Esta estrategia, a su vez, es un rasgo que uno y otro comparten. Para Macri, la política de la presencia significó una continuidad en el modo de escenificar su capacidad representativa, que ya había comenzado mucho antes de llegar al Ejecutivo nacional. En el caso de Fernández, no es posible adivinar cuál habría sido la forma de su representatividad si la pandemia por Covid-19 no hubiera alterado la escena global. Lo cierto es que apenas cedieron las restricciones iniciales, el presidente comenzó a protagonizar momentos prácticos de teatralidad que lo *acercaban* a la gente.

La contigüidad existencial entre el líder y los ciudadanos es un modo de escenificar la capacidad representativa del político que trasciende los casos analizados. No obstante, la proxemia y la distancia, las escenografías domésticas y las institucionales, el recorte singular y el colectivo, la simetría y la complementariedad, la figura del vecino y la de los trabajadores son clivajes que modulan el tipo de representación de proximidad de Macri y de Fernández y que, en última instancia, se nos revelan como producto de sus respectivas lecturas políticas, concepciones ideológicas y de su relación con la “sociedad”.

Bibliografía

ABÉLÈS, M. *Rituels et communication politique moderne. Hermes*, v. 4, *Le nouvel espace public*, 1989.

ANNUNZIATA, R. ¿Hacia un nuevo modelo de lazo representativo? La representación de proximidad en las campañas electorales de 2009 y 2011 en Argentina. In: CHERESKY, I.; ANNUNZIATA, R. (org.). *Sin programa, sin promesa. Liderazgos y procesos electorales en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo, 2012. p. 45-87.

ANNUNZIATA, R. “Si viene, yo lo voto”: la proximidad en timbreos y visitas de Mauricio Macri durante la campaña electoral y su primer año de gobierno (2015-2016). *Austral Comunicación*, v. 7, n. 1, 2018. p. 57-90.

ARNOUX, E. *El discurso latinoamericanista de Hugo Chávez*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive, éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, v. 26, p. 91-151, 1982.

BARTHES, R. *Lo obvio y lo obtuso*. Imágenes, gestos y vocês. Barcelona: Paidós, 2014.

BARTHES, R. *Cómo vivir juntos: simulaciones novelescas de algunos espacios cotidianos*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003.

BOURDIEU, P. *¿Qué significa hablar?* Economía de los intercambios lingüísticos. Madrid: Ediciones Akal, 1985.

DAGATTI, M.; ONOFRIO, M. P. Imaginarios hipermediáticos. Los mundos visuales del gobierno de Cambiemos (2015-2018). In: AYMÁ, A.; DAGATTI, M. (org.). *La política en escena*. Voces, cuerpos e imágenes en la Argentina del siglo XXI. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2019.

FERNÁNDEZ, M. Contacto y invocación: figuras del liderazgo y escenas de representación política presidencial en la Argentina del siglo XXI. In: CASTRO, P. C. (org.). *Midiatização e reconfigurações da democracia representativa*. Campina Grande: Eduebp, 2019. p. 76-100.

FIORITI, S. Con ayuda de Facebook, Macri sale a tocar timbres al interior. *Clarín*, 2014. Disponible em: https://www.clarin.com/politica/ayuda-Facebook-Macri-timbres-interior_0_Hyj-_8AcDQl.amp.html.

FONTANILLE, J. *Semiótica del discurso*. Lima: Fondo de Cultura Económica, 2004.

GENÉ, M. *Un mundo feliz: imágenes de los trabajadores en el primer peronismo 1946- 1955*. Buenos Aires: Universidad de San Andrés, 2005.

HALL, E. *Más allá de la cultura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: The grammar of visual design*. 2. ed. London: Routledge, 2004.

LE BART, C. Métier politique et ubiquité: l'art d'être là. In: LEFEBVRE, R.; LE BART, C. (ed.). *La proximité en politique*. Usages, rhétoriques, pratiques. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005. p. 145-166.

LE BRETON, D. *Las pasiones ordinarias. Antropología de las emociones*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2009.

LEFORT, C. [1989]. *Democracia y representación*. Buenos Aires: Prometeo, 2012.

ROSANVALLON, P. *La legitimidad democrática: imparcialidad, reflexividad y proximidad*. Buenos Aires: Manantial, 2009.

SAWARD, M. The representative claim. *Contemporary Political Theory*, v. 5, n. 3, p. 297-318, 2006. Disponible em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.cpt.9300234>.

VERÓN, E. Il est là, je le vois, il me parle. *Communications*, Paris, n. 38 - "Énonciation et cinéma", 1983.

VERÓN, E. [1984]. *El cuerpo de las imágenes*. Buenos Aires: Norma, 2001.

VERÓN, E. Mediatización de lo político. Estrategias, actores y construcción de los colectivos. In: GAUTHIER, G.; GOSSELIN, A.; MOUCHON, J. (org.). *Comunicación y política*. Barcelona: Gedisa, 1998.

VERÓN, E. *Esto no es un libro*. Barcelona: Gedisa, 1999.

VOMMARO, G.; MORRESI, S.; BELLOTI, A. *Mundo PRO*. Anatomía de un partido fabricado para ganar. Buenos Aires: Planeta, 2015.

Alcione Costa
Thiago Alves França

**DEEPPAKES E A LEITURA DO
DELIBERADAMENTE FALSO:
OLHAR, INTERPRETAR, DESCONFIAR**



DEEPPAKES E A LEITURA DO DELIBERADAMENTE FALSO: OLHAR, INTERPRETAR, DESCONFIAR

Considerações iniciais

“Uma imagem vale mais que mil palavras”. “Contra fatos não há argumentos”. Esses são dois provérbios que, condicionados pelo gênero, produzem um efeito de verdade, gerando, muitas vezes, efeito de arremate em discussões acaloradas. Os provérbios são, para Maingueneau ([1987] 1997, p. 101), “[...] verdades imemorais por definição [... que,] com muita justiça, fazem parte do dicionário da língua”.

Os provérbios dizem sobre a cultura de um povo, isto é, são mostras da sedimentação cultural que vai se textualizando na língua. Como afirma Cazalato (2009), há consenso na compreensão de que os provérbios são tanto tradicionais quanto populares e de que eles organizam alguns pressupostos da cultura de uma comunidade, de uma sociedade. A autora destaca, também, **que funciona, no provérbio, uma presente verdade imutável**.

Do ponto de vista discursivo, essa “verdade imutável” pode ser discutida como pré-construído, caracterizado, portanto, por “[...] um traço consensual e universal” (Garbin, 2020, p. 244). Na compreensão de Cazalato (2009, p. 90),

Os pré-construídos presentes nos provérbios são os sentidos, as significações de uma época, de um período, de uma sociedade que precisam ser recuperados na memória. Para a interpretação e manipulação desses enunciados proverbiais é preciso realizar inferências várias, reconhecer os pré-construídos, os implícitos e os subentendidos veiculados, ter conhecimento enciclopédico e de mundo. O pré-construído é um discurso “que se construiu alhures” e que é semelhante a um “conhecimento implícito que se impõe” (Robin, 1977, p. 118). Portanto, ele é considerado como aceito em qualquer situação, como uma espécie de “verdade universal”.

Durante muito tempo, provérbios como os que apresentamos, no início deste texto, assim como também uma série de outros enunciados estáveis (“é preciso ver pra crer”; “vi com meus próprios olhos”; “vi com esses olhos que a terra há de comer”; “só acredito vendo” etc.) vêm funcionando como uma máxima que parece produzir um **efeito de consenso** entre sujeitos inscritos em diferentes Formações Discursivas, e isso devido ao **efeito de obviedade que eles produzem**. Afinal, como vínhamos argumentando, é este o

efeito que um provérbio costuma produzir: a obviedade, a “universalidade”, já que funciona como pré-construído.

O que observamos é que, considerando suas características culturais e discursivas, parece difícil deslocar-se desta “certeza” proverbial. E, no caso dos dois provérbios em foco (“Uma imagem vale mais que mil palavras”; “Contra fatos não há argumentos”), há, parecem-nos, uma dificuldade adicional, porque eles falam sobre aquilo que se vê, e **o que os olhos veem, aparentemente, não abre espaço para a dúvida, para o questionamento, para o dissenso**. Mas será? Talvez confiemos mais na visão, isto é, na suposta fidedignidade do que vemos do que em qualquer outro dos “sentidos”.

Foi a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo do que falar (e calar) quer dizer: que este “quer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o “quer dizer” do discurso do inconsciente (Althusser, 1965, p. 14-15 *apud* Pêcheux, [1983] 2008, p. 45).

Aprendemos a desconfiar, como se afirma na citação acima, do que está sendo falado, ouvido, e, conseqüentemente, lido, interpretado. E esse caminho que leva à dúvida parece encontrar alguma relação com **a materialidade linguística, que – também aprendemos – é constitutivamente falha**. Mas o olhar parece, a princípio, um gesto que não passa pela língua, como se o que os olhos “encontram” fosse uma relação direta com a “verdade”.

É esse primado da visão, por assim dizer, “valioso” em nossa cultura, que é atualizado nos dois provérbios. No primeiro, de modo mais contundente (“Uma imagem vale mais que mil palavras”); no segundo (“Contra fatos não há argumentos”) ainda com muita potência, mas também a uma certa distância, sendo, o fato, aquilo que é visto com “nitidez”.

Queremos destacar, contudo, que olhar, ver, enxergar, fitar, mirar etc. são gestos, e, pelo que nos interessa discutir, gestos produzidos por sujeitos. A “[...] categoria de sujeito, por sua vez, é constitutiva da ideologia” (Althusser, [1965] 2008, p. 212), de modo que nenhuma prática do sujeito ocorre “em primeiro grau”, porque a Ideologia é condição do contato, sempre mediado, com o “mundo concreto”. Esta mediação se dá necessariamente, já que toda ideologia comporta ou organiza uma certa deformação imaginária, ainda conforme Althusser ([1965] 2008). O que estamos dizendo é que aquilo que o sujeito faz, incontornavelmente, se faz “no ideológico”, e que, por isso, ainda que não seja esta a sensação do sujeito, aquilo que ele vê poderia ser visto de outro modo, uma vez que o “ver” não ocorre desvinculado do “interpretar”; e que nós, enquanto sujeitos,

simplesmente não podemos deixar de interpretar a todo momento, nossa condição perpétua: “[...] frente a não importa que objeto simbólico, o sujeito não pode não significar/fazer significar: ele é levado a dizer o que ‘isto’ quer dizer. Há, assim, injunção à interpretação” (Orlandi, 2012, p. 22).

Além dessa compreensão do sujeito enquanto efeito ideológico e os desdobramentos que isso acarreta em relação à suposta neutralidade do olhar, também mudanças nas condições de produção e de circulação dos discursos promovidas pela Inteligência Artificial (doravante IA) têm estilizado, de um modo peculiar, esse primado da visão, ou essa sua suposta incontestabilidade. Falaremos disso no próximo tópico.

Digitalização da realidade, *deepfake* e efeitos de distorção

Di Felice (2020) nos fala sobre um processo de digitalização, semelhante a um processo transubstanciativo – do pão e do vinho que, consagrados no rito católico, tornam-se o corpo e o sangue de Cristo, embora mantenham sua forma e aparência – que, “[...] de um lado, transforma toda a superfície, todo ser vivo, todas as coisas em entidades digitalmente comunicantes e interagentes; do outro, convertendo cada realidade em dados, altera suas qualidades materiais específicas, possibilitando o deslocamento, a decomposição e a manipulação” (Di Felice, 2020, p. 22).

Trata-se, portanto, na proposta do autor, de pensar na transfiguração do mundo, da realidade, produzida com o/a partir do processo de digitalização. Di Felice (2012, p. 13) também discute que essa “[...] nova cultura tecnológica e comunicativa marca o cotidiano e a existência das novas gerações que vivem em contextos sociais e midiáticos digitais, e que produzem alterações qualitativas na política, na democracia e na forma de pensar a realidade”.

Pensando em uma cultura digital e compreendendo que a cultura comporta funcionamentos contraditórios, chamamos atenção para o fato de que há práticas digitais muito benéficas sendo realizadas, por exemplo, no plano ambiental, como monitoramento de degelo, de queimadas, acompanhamento de espécies ameaçadas; no plano “social”, mapeamento de violências diversas, entre muitas outras. Mas há também, por exemplo, a propulsão na produção de notícias falsas, o *cyberbullying*, os diversos crimes digitais etc.

Falávamos, no final do tópico anterior, que **mudanças nas condições de produção e de circulação dos discursos promovidas pela IA têm fissurado a certeza que o**

olhar parecia nos dar. Em Análise de Discurso, reiteramos, aprendemos a desconfiar do que dizer quer dizer, do que escutar quer dizer, até do que ler quer dizer. E isso porque dizer, escutar e ler são práticas que se dão por meio da língua, e assumimos que a língua é falha em sua constituição. Dizer, escutar, ler nos coloca em contato com o equívoco próprio da língua. Mas o que dizer do gesto de olhar?

Em seus estudos sobre o trajeto do olhar, Lagazzi (2020, 2024) problematiza o modo como os movimentos do olhar, mediante a fotografia ou o vídeo, são determinados pela Ideologia, importando, nesses trajetos, não apenas a composição visual da imagem e seus pontos de ancoragem, mas também a posição-sujeito que assumimos em diferentes condições de produção. Disso resulta a noção de trajeto discursivo do olhar como “[...] um procedimento analítico para a compreensão dessa ancoragem visual” (Lagazzi, 2024, p. 178), a partir do qual é possível analisar o funcionamento da Ideologia no modo como o olhar se movimenta, construindo trajetos que levam o sujeito a produzir determinado sentido e não outro(s). Isso acontece porque, ainda segundo a autora, “[...] o espaço da formulação visual se movimenta na remissão do intradiscurso ao interdiscurso” (Lagazzi, 2020, p. 100), o que implica dizer que os elementos visuais, que se formulam/compõem no campo do intradiscurso, fazem ressoar os saberes do nível do interdiscurso, ou seja, atualizam os sentidos da memória discursiva que constituem o sujeito, produzindo os efeitos de evidência, próprios do funcionamento ideológico. Em outros termos, é possível dizer que os efeitos de evidência que a imagem ao ser olhada produz são, necessariamente, condicionados pela Ideologia, haja vista que eles são (re)produzidos pelos gestos de interpretação do sujeito e, conforme os postulados da Análise de Discurso, onde há interpretação há determinação ideológica.

Em tempos de *deepfake*, esse gesto de desconfiar do que vemos ganha ainda mais relevância no debate público, uma vez que estamos lidando com uma tecnologia feita para manipular imagens (fotografias e vídeos), mas também áudios, de forma cada vez mais avançada e acessível, com um potencial impressionante e assustador de (re)produzir os acontecimentos do mundo de forma deliberadamente distorcida, ou de inventar realidades; estreitando ou, diríamos até, invisibilizando a linha, que já era tênue, entre o que se tem chamado de “fato” em oposição ao que se tem chamado de “fake”. Diante disso, somos levados a fazer uma (re)leitura às avessas dos efeitos de sentido dos ditados populares citados anteriormente. Hoje, ainda mais que antes, “ver não é mais suficiente para crer”, “não podemos acreditar em tudo que vemos” e “uma imagem (mesmo em forma de vídeo) não pode ser considerada como o fato que prescinde de argumentos”.

A questão que se coloca, portanto, é esta: **como resistir aos trajetos discursivos dominantes de uma imagem ou vídeo, no campo do digital**, já que o modo sofisticado como as *fake news* vêm sendo produzidas e postas em circulação tem tornado cada vez mais difícil a tarefa de diferenciar o que é chamado de “fato” do que é chamado de “fake”, especialmente após o surgimento das *deepfakes*?

O termo “*deepfake*” é formado por dois radicais – *deep* (profundo) e *fake* (falso) – o que nos leva a uma tradução aproximada de que a “*deepfake*” trata-se de uma tecnologia profunda/sofisticada de falsear a realidade. Nesse sentido, concordamos com Molina e Berenguel (2022), para quem a *deepfake* é uma evolução das *fake news*, haja vista que, por se utilizar de imagens, áudios e vídeos, criam a ilusão de que estamos diante de uma realidade inquestionável, fotorrealista, portanto, crível. Afinal, não estamos mais diante, apenas, de notícias falsas, mas diante de realidades inventadas/manipuladas: são áudios e vídeos de, por exemplo, pessoas falando coisas que nunca disseram e fazendo coisas que nunca fizeram, mas lá estão os áudios e os vídeos “testemunhando” o oposto, como se tivessem, de fato, feito.

A possibilidade de *deepfake*, associada ao processo de digitalização (Di Felice, 2020), radicaliza a “ilusão de conteúdo” (Orlandi, 2012). O sujeito olha para aquele vídeo manipulado, por exemplo, e é como se, a partir do olhar, este sujeito se esbarrasse, se deparasse com o conteúdo, como se não houvesse mediação, como se não houvesse, portanto, nenhum trabalho de interpretação por fazer, porque o sentido seria óbvio. A construção dessa evidência, todavia, é um importante mecanismo ideológico. “Na realidade [apesar da aparência, da aparente transparência, da aparente obviedade], não há um sentido (conteúdo), só há funcionamento da linguagem [...]. [E] A ideologia se caracteriza, assim, pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal [...]” (Orlandi, 2012, p. 22).

Neste desconhecimento de que **olhar é também interpretar**, a Ideologia age, então, produzindo a certeza que o sujeito experimenta de que aquilo que os seus olhos veem só pode ser aquilo que seus olhos veem, e nada além daquilo. E, atualizando a suposta fidedignidade da visão – textualizada e sedimentada culturalmente na forma de provérbios e de outros enunciados “[...] que gozam o privilégio da intangibilidade” (Maingueneau, [1987] 1997, p. 100) –, o segundo passo é entender que aquilo que está sendo visto é e só pode ser verdade.

Quanto ao seu funcionamento tecnológico, as *deepfakes* são produzidas a partir de muitos parâmetros, por meio de técnicas de aprendizado profundo, ou seja, por meio do

uso de redes adversárias generativas, conhecidas como GANs, o que significa dizer que existem dois algoritmos que competem entre si: um que (re)cria/manipula a realidade, e outro que busca detectar essa manipulação, aperfeiçoando-a (Molina; Berenguel, 2022; Rocha, 2022). Com isso, a tecnologia vem rapidamente aprimorando-se e tornando cada vez mais difícil a identificação, a olho nu, das situações falsas/adulteradas geradas por ela. Em outros termos, as *deepfakes* são ferramentas tecnológicas avançadas, capazes de (re)criar vídeos adulterados e “realistas” com, por exemplo, imagens e áudios de pessoas reais, por meio de IA, produzindo, assim, **efeitos de realidade que se colocam como “verdades inquestionáveis”, por estarem ao alcance do olhar do sujeito-espectador.**

Segundo Hall (2018 *apud* Molina; Berenguel, 2022), o termo *deepfake* surgiu em 2017 quando vídeos pornográficos de celebridades, cujos rostos foram inseridos em diferentes corpos¹, passaram a circular nas redes digitais, gerando danos à imagem e aos direitos individuais das vítimas. Entretanto, os riscos dessa tecnologia de manipulação vão muito além, pois seu potencial destrutivo e seu alcance podem colocar em risco a integridade física, a capacidade financeira (golpes digitais) e a própria democracia.

Apesar das *deepfakes*, em sua origem, serem utilizadas predominantemente para a criação de vídeos pornográficos (Molina, Berenguel, 2022; DeepTrace Labs, 2019 *apud* Schmidt, 2022) seus usos são variados e têm gerado preocupação especialmente por seu potencial de influenciar a opinião pública, quando usadas com propósitos políticos. Nesse contexto, em janeiro deste ano (2025), o governo Lula enfrentou uma crise política após a circulação de um vídeo, adulterado via IA, do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciando que o governo iria criar novos impostos, inclusive para as movimentações via PIX. A *deepfake* sobre a taxação do PIX simulou uma entrevista do ministro, usando as imagens reais de uma entrevista dada por Haddad, porém com adulteração do áudio e do vídeo, mais especificamente, do movimento da boca.

¹ Segundo Rocha (2022), apesar do inegável avanço que a *deepfake* representa, a manipulação de imagens não é recente. Segundo o pesquisador, mesmo a prática de trocar o rosto de alguém não é nova, ocorrendo, pelo menos, desde a Roma antiga, quando, na sucessão de imperadores, trocavam-se os rostos das estátuas e mantinham-se os corpos. Também, conforme o autor, alguma manipulação já era possível, mas de modo analógico e até artístico, em fotografias, num trabalho minucioso de recorte, exigindo muito talento e precisão. Essas possibilidades são ampliadas pelo *Photoshop* e, hoje, radicalizadas, sempre em uma crescente, pela tecnologia da *deepfake*.

Figura 1

Fonte: Youtube²

As *fake news* sobre a taxação do PIX surgiram após o governo anunciar novas regras sobre o monitoramento de transações digitais, inclusive o PIX, com vistas a evitar a sonegação de impostos e a lavagem de dinheiro. De acordo com a Instrução Normativa nº 2219/2024, que passou a vigorar no dia 1º de janeiro deste ano (2025), as transações bancárias acima de 5 mil (pessoa física) e acima de 15 mil (pessoa jurídica) deveriam ser informadas à Receita Federal a fim de que fosse possível identificar transações atípicas que indicassem crimes financeiros.

No entanto, desde a divulgação das novas regras fiscais, uma onda de *fake news* afirmando que o governo Lula iria cobrar impostos sobre o PIX passou a circular nas redes sociais, causando grande insatisfação popular e instaurando uma crise política no governo. A situação ganhou contornos mais dramáticos com a circulação do vídeo falso do Ministro Haddad (Imagem 1) que, rapidamente, viralizou nas redes digitais, gerando preocupação da população e uma enxurrada de críticas ao governo. Isso foi possível porque, no processo discursivo de produção das *fake news*, as declarações de Haddad sobre a “**fiscalização** do PIX” haviam deslizado para “**taxação** do PIX”, colando-se, assim, a imagem de cobrador de impostos ao Ministro Haddad e, conseqüentemente, ao governo Lula.

Esse deslizamento de sentidos, no processo de produção do discurso das *fake news*, é discutido por Indursky (2019, p. 24), para quem as *fake news* “[...] se constroem pelo viés de *torções discursivas* realizadas sob o efeito da desidentificação ideológica com o que está

² Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/lq0p7OT3TKg?feature=share>. Acesso em: 22 maio 2025.

sendo falsificado”. Partindo dessa compreensão, podemos dizer, então, que o sujeito discursivo responsável pela *deepfake*, por não se identificar com o discurso da “fiscalização do PIX”, deliberadamente, produz a torção discursiva para “taxação do PIX”, produzindo, assim, sentidos às avessas que embaçaram o debate público e colocaram em suspeição a proposta do governo. Aqui, vale acrescentar, ainda embasados em Indursky (2019), que essa torção discursiva produziu efeitos de verdade por haver uma “proximidade semântica”, propiciada pela não transparência da linguagem, entre a formulação falsa “**taxação** do PIX” e a formulação inicial “**fiscalização** do PIX”. Essa falsa proximidade semântica, associada a formações imaginárias sobre o governo e sobre o próprio Haddad (lembremos de que já circulava, em outras formulações, a alcunha de Haddad como Taxad), acabou por produzir o efeito de verossimilhança sobre a fala adulterada do ministro, gerando adesão social e impactando diretamente na forma como setores da sociedade reagiram às medidas anunciadas pelo governo.

Mediante a repercussão negativa do vídeo, a Advocacia Geral da União (AGU) notificou o Facebook sobre o conteúdo falso, solicitando a sua exclusão, o que foi feito pela Meta³. O governo também emitiu notas, publicou vídeos e Fernando Haddad deu novas entrevistas visando desmentir a *deepfake* e outras *fake news*, explicando à população a legitimidade das medidas anunciadas sobre a fiscalização das transações bancárias, porém o dano já estava feito, o debate público sobre a relevância (ou não) das novas regras fiscais estava prejudicado e a imagem do governo mais desgastada diante da opinião pública. Como resultado dessa onda de desinformação e da desconfiança popular gerada/potencializada por ela, o governo revogou a medida no dia 15 de janeiro.

Diante disso, faz-se importante destacar dois pontos fulcrais que acendem um alerta para os impactos desse tipo de *deepfake* no campo político-social: a sua formulação e a sua adesão social. No que diz respeito ao primeiro ponto, notamos que a *deepfake* da taxaço do PIX foi formulada simulando uma matéria jornalística, produzindo-se, assim, um efeito de verdade próprio do discurso jornalístico que, historicamente, é sustentado pelo mito da informatividade, por meio do qual a imprensa, com seu aparato jurídico e estatal, construiu a ideia de que, no discurso institucional jornalístico, “os fatos falam por si”⁴ (Mariani, 1998).

³ Empresa de tecnologia, fundada pelo empresário Mark Zuckerberg, que engloba plataformas digitais como Facebook, Instagram e WhatsApp.

⁴ E um corolário dessa pretensa neutralidade é justamente a possibilidade de opor tão radicalmente o que seria “fato” do que seria “fake”. Não queremos, com isso, sinonimizar aquilo que se distorce pelo efeito mesmo incontornável da linguagem e da Ideologia, e aquilo que é deliberadamente falseado.

Além do mais, no seu processo de formulação, entram em jogo sentidos anteriores (o interdiscurso) que retornam na formulação discursiva da *deepfake* (intradiscurso) de forma distorcida, pelo viés da memória discursiva e de seu funcionamento ideológico, ou seja, por meio dos processos discursivos de (des)identificação. Isso nos leva ao segundo ponto: o modo como os discursos das *deepfakes* têm produzido adesão social.

Ao refletir sobre as condições de produção da prática de leitura desse tipo de *fake news*, Indursky (2019, p. 22) afirma:

O leitor, de modo geral, ao ler uma matéria, acerca-se dela, mergulhado no que tenho chamado de uma *memória fluida*, que se caracteriza por ser *difusa* e *esburacada*, marcada pela *vagueza*, pelo *imaginário* e pelo *desconhecimento*. Assim, diante de um texto dado a ler como *notícia*, o leitor não parte do pressuposto de que a matéria pode ser falsa, bem ao contrário. Essa é uma circunstância determinante das condições de produção da prática de leitura de *fake news*: o leitor, via de regra, não desconfia do *discurso sobre*, que vem revestido do *efeito de verdade*, razão pela qual compartilha a falsa notícia, seja porque identifica-se com ela, seja porque dela discorda. De modo que a mola propulsora do leitor/espectador comum, não aquele que produz, mas o que compartilha as falsas notícias é o *desconhecimento*, por um lado, e a *ordem dos afetos*, por outro.

Ao estabelecermos relação entre a reflexão da pesquisadora e a situação ilustrada pela Imagem 1, destacamos que a formulação “taxação do PIX” produz seus efeitos de verossimilhança e, conseqüentemente, de adesão/identificação entre uma parcela considerável da população tanto por se tratar de um discurso produzido como simulação de uma matéria jornalística quanto por atualizar sentidos já ditos e regularizados que validam os sentidos distorcidos pela *deepfake*. Aqui, vale reiterar que já havia um imaginário em funcionamento que associava Haddad à cobrança excessiva de impostos sobre outros produtos – especialmente após a proposta da reforma tributária apresentada pelo governo –, logo a ideia de que o ministro/governo iria taxar o PIX produziu o efeito cola/de

Apesar dessa ressalva, sobre a (in)existência do “fato”, gostamos, particularmente, de pensar que, como nos disse Orlandi (2012) referenciando o perspectivismo nietzschiano, **o que há são versões**, e que não há fato que não reclame sentido. Uma outra formulação desta compreensão encontra-se no Prefácio de “Insubmissas lágrimas de mulheres”, onde Conceição Evaristo (2020), apresentando um livro de contos inspirado em conversas que ela teve com mulheres não ficcionais, escreve: “Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda ainda mais o fosso” (Evaristo, 2020, p. 8).

realidade. Em decorrência disso, a imagem de Haddad como cobrador de imposto (re)atualiza-se e passa a circular em diferentes formulações (memes, figurinhas de WhatsApp, paródias entre outras), a partir das quais o ministro da fazenda é designado de Fernando Taxad, Taxa Humana (referência à Tocha Humana, herói do Quarteto Fantástico), Zé do Taxão (Referência ao Zé do Caixão, famoso personagem do cineasta e ator José Mojica Marins), entre outros.

A respeito do efeito de realidade que os discursos das *fake news* produz no leitor, Indursky (2019, p. 25) afirma:

As fake news se instauram em função da memória fluida de quem as lê, por um lado e, por outro, elas jogam com funcionamentos discursivos como equívocos, deslizamentos de sentidos, efeitos de similitude, pré-construídos, discursos transversos que sustentam as falsificações e produzem efeitos de verdade. Para que as fake news “colem”, elas precisam soar verossímeis. Esse é seu ponto forte e, contraditoriamente, o ponto por onde o trabalho discursivo de interpretação pode iniciar. Vale dizer: a verossimilhança não garante a autenticidade da notícia.

Assim, podemos concluir que esse **efeito cola/de realidade do discurso da deepfake** é produzido por meio do funcionamento da memória discursiva que, no batimento entre os saberes cristalizados e os saberes apagados pelo efeito ideológico próprio das Formações Discursivas com as quais os sujeitos se relacionam, produz o efeito de transparência, fazendo com que os sentidos distorcidos passem a circular como “verdades” e se cristalizem pelo efeito da repetibilidade, também potencializado pelo funcionamento do Digital.

Pensando em casos como o ilustrado na Figura I, isto é, em casos de vídeos produzidos via *deepfake*, fotorrealistas e jornalísticos, queremos reiterar que, nesses casos, estão em jogo duas evidências longamente construídas e regularmente atualizadas, que favorecem amplamente a adesão social: **a evidência da imagem** que está sendo vista, o que causa uma diminuição na possibilidade de rejeição/desconfiança da experiência “escopofílica⁵”; e **a evidência de que, se é jornalístico (ou, se parece jornalístico), é bem provável que seja verdade**.

Isso tudo nos acende um alerta que não pode ser ignorado, uma vez que os impactos

⁵ Aqui, jogamos com a noção de “escopofilia”, isto é, o prazer de ver. Freud ([1905] 2006) fala em escopofilia, destacando o olhar como a via mais frequente de despertar a excitação libidinoso.

de uma *fake news* acompanhada de imagens, áudios e vídeos manipulados via IA, que (re)criam o efeito de realidade inquestionável, são imensuráveis, podendo, inclusive, afetar a própria democracia, pois, se o governo atual não conseguiu reverter a crise em um período de certa “normalidade” política, imaginemos quão danosos seriam os impactos desse tipo de *deepfake*, por exemplo, às vésperas de uma eleição.

Por fim, desconfiar e/para resistir

De acordo com Di Felice (2020, p. 21), como consequência do processo de digitalização, “[...] não é apenas a nossa percepção do ambiente, das tecnologias, das coisas, que muda, mas a própria arquitetura dessas e de todas as coisas, a qual, a partir da transformação em dados, adquire um caráter mutante sem precedentes, produzido pelas formas de codificação”.

As *deepfakes*, condicionadas pela digitalização, podem tornar-se muito mais perigosas e difíceis de serem confrontadas, desregularizadas, desnaturalizadas, uma vez que alcançam sujeitos submetidos à ótica da visão – que culturalmente foi construída como o sentido humano mais factível e indubitável, afinal, “uma imagem vale(ria) mais que mil palavras”. No entanto, entendemos que “[...] não há ritual sem falha; enfraquecimento e brechas” (Pêcheux, [1978] 2009, p. 277), e isso pode ser compreendido no sentido defendido por Rocha (2022), isto é, de que, pelo que ainda se produz hoje, toda manipulação do tipo *deepfake* deixa indícios que, embora nem sempre sejam notados por sujeitos ordinários, podem ser identificados por meio do uso de algoritmos de detecção de adulterações em vídeos, áudios e imagens.

Porém, o enunciado de Pêcheux ([1978] 2009) também nos toca em outro sentido: apesar do avanço/aperfeiçoamento da *deepfake* e das “evidências” que, com ela, têm sido produzidas, **é preciso**, nas brechas e falhas do ritual, **resistir aos efeitos cola/de realidade da imagem/vídeo manipulados via IA**, desconfiando do que vemos e do que ouvimos, questionando a veracidade do que nos é apresentado, ainda que como discurso jornalístico, e checando a fonte dessas informações. Para tanto, é preciso, enquanto professores/espectadores, promovermos gestos de leitura da imagem/vídeo que levem à inquietação, ao estranhamento, ao questionamento. Isso porque, conforme afirma Lagazzi (2024, p. 178), “[...] o olhar que estranha é uma ferramenta poderosa para a produção de perguntas que incomodam”.

Nesse sentido, entendemos que é urgente a implementação de práticas de ensino da leitura no espaço escolar que, embasadas no potencial do estranhamento do olhar, aperfeiçoem ou inventem caminhos para que discentes **desconfiem da obviedade dos discursos que circulam, principalmente na materialidade imagética, especialmente nos espaços digitais**, instaurando a polêmica, o contradiscurso, a desconfiança, a desnaturalização dos efeitos de verdade. Isso porque o complexo e perigoso jogo de disputa pelo sentido travado no espaço digital, por meio de discursos produzidos via IA, tem tornado cada vez mais tênue a linha entre o real e o ficcional, entre a “verdade” e a mentira deliberada produzida, por exemplo, para atacar adversários políticos e grupos sociais, para produzir líderes heroicizados (mitos) e acontecimentos, para manipular eleitores.

Diante disso, urge que sejam pensadas práticas de ensino da leitura crítico-analítico-reflexivas como meio de resistência a essas práticas discursivas deliberadamente falsas que têm tangenciado/esvaziado o debate público e gerado um mal-estar social, interferindo nas práticas sociais e ditando os rumos políticos do país.

A respeito dos gestos de leitura, nas atuais condições de produção, Indursky (2019, p. 24) afirma que,

Agora, frente às fake news, o leitor precisa aprender a duvidar da veracidade do que lhe é dado a ler [dizemos ver], pois a língua [tampouco outras bases materiais] não é transparente e os sentidos, como sabemos, podem deslizar. E, ao entrarem em deriva, podem inscrever-se em uma formação discursiva antagônica. Frente a essas condições de produção, mais do que nunca, é preciso recuar, duvidar, questionar, refletir. Desconfiar tornou-se, hoje, uma forma importantíssima de resistência política (grifos e acréscimos nossos).

O trabalho **de aprender a duvidar do que está sendo visto**, isto é, o trabalho com a desautomatização da leitura de vídeos, entre outras medidas, talvez passe pela exposição organizada/planejada do sujeito a vídeos falsos. Isso porque, antes de tudo, como nos diz Indursky (2019), é preciso aprender a duvidar, ou, acrescentaríamos, é preciso aprender que duvidar é necessário, ainda que não pareça. E ver vídeos produzidos com *deepfake*, segundo entendemos, cumpre essa função. Trata-se, então, de, por exemplo, pensar em “sequências didáticas”, ferramentas aliadas ao início desse processo de desautomatização da leitura, e começar, talvez, com imagens/vídeos que, embora bem-feitos ao olhar do sujeito ordinário, beirem o absurdo, e que sejam, por isso, não críveis.

Esta tarefa inicial de contato com o absurdo pretende despertar a atenção e a

curiosidade dos discentes/leitores, e pode, na sequência, avançar para vídeos manipulados que não sejam absurdos, que sejam críveis, dos mais diversos campos, chegando em atividades de leitura de imagens/vídeos manipulados no campo político-jornalístico e a vídeos que discutam como essa tecnologia funciona.

A “sequência didática” teria a função de **produzir questionamentos capazes de mostrar as torções de sentidos produzidas por esse tipo de discurso**, o que, parece-nos, pode ser um caminho possível para desmontar a confusão entre o que é “fato” e o que é “fake”. O contato reiterado com esse material, monitorado, sistematizado, como objeto de discussão, talvez, eduque no sentido de que há manipulações possíveis, e de que elas também dizem sobre nosso tempo, **SOBRE AS DINÂMICAS DE NÓS**, sujeitos também digitais.

Saber que há manipulação de vídeos, produzidos por ferramentas cada vez mais sofisticadas e de uso cada vez menos restrito (como *app* de *smartfone*), ter certeza de que não há garantias em relação à veracidade daquilo que se vê/ouve, quiçá isso possa blindar ou retardar a crença (despontaneizar, desautomatizar!) de que aquilo que se vê/ouve só pode ser aquilo que se vê/ouve, sem espaço para nenhuma desconfiança.

Saber da possibilidade cada vez mais ampliada da manipulação e lembrar dela, isto é, **massificar a desconfiança, que, segundo entendemos, são formas de caminhar com o processo por uma educação/letramento digital**, talvez sejam práticas (de ensino) da leitura crítico-analítico-reflexiva que possam funcionar como meio de resistência a essas práticas discursivas que produzem, atualizam e ampliam a circulação do que é deliberadamente falso. **Portanto, não mais “ver pra crer”, mas, antes, desconfiar e verificar para, só então, crer.**

Referências

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. Tradução de: *Sur la reproduction*, 1995.

BRASIL. Receita Federal. *Instrução Normativa nº 2219/2024, de 17 de setembro de 2024*. Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na e Financeira. Disponível em: <https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/140539>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CAZELATO, S. E. de O. A cristalização dos provérbios e sua vigência nas práticas de gêneros textuais ou práticas comunicativas. *Sínteses*, Campinas, v. 14, p. 86-104, 2009.

Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/sinteses/article/view/1220>. Acesso em: 31 jul. 2024.

DI FELICE, M. Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. *Revista USP*, São Paulo, n. 92, p. 9-19, dez./fev. 2011-2012. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/34877>. Acesso em: 31 jul. 2024.

DI FELICE, M. *A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais*. São Paulo: Paulus, 2020. (Coleção Cidadania Digital)

EVARISTO, C. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Z. *Obras psicológicas completas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. VII. Tradução de: *Drei bhandlungen zur sexual theorie*, 1905.

GARBIN, S. R. Pré-construído. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C. (org.) *Glossário de termos do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2020. p. 241-244.

INDURSKY, F. Discurso político: processos de significação em tempos de fake news. [Entrevista cedida a] Bethania Mariani; Silmara Dela Silva. *Cad. Letras UFF*, Niterói, v. 30, n. 59, p. 13-31, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/44120/25202>. Acesso em: 30 abr. 2025.

LAGAZZI, S. M. A imagem como uma tecnologia política: o social sempre em questão. In: FARIA, J. P. de; SANTANA, J. C.; NOGUEIRA, L. (org.). *Linguagem, arte e o político*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 91-102.

LAGAZZI, S. M. Trajetos discursivos do olhar em análise: a resistência em movimento. In: MARIANI, B.; RODRIGUES, A.; DIAS, J.; FRAGOSO, E. (org.). “A linguagem e seu funcionamento”: 40 anos... e mais. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2024. p. 167-181. Disponível em: https://www.edicoesmakunaima.com.br/wp-content/uploads/2024/08/A-linguagem-e-seu-funcionamento_-40-anos.-e-mais.-Orgs.-Bethania-Mariani-et-all.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997. Tradução de: *Nouvelles Tendances en Analyse du Discours*, 1987.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.

MOLINA, A. C.; BERENGUEL, O. L. Deepfake: a evolução das fake news. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 6, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29533/25508>. Acesso em: 24 fev. 2025.

ORLANDI, E. de L. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1993. p. 61-161. Tradução de: *Analyse automatique du discours*, 1969.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 269-281. Tradução de: *The French political winter: beginning of a rectification*, 1978.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008. Tradução de: *Discourse: structure or event?*, 1983.

ROCHA, A. [Entrevista cedida a] *Pesquisa Fapesb*. 29 out. 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/anderson-rocha/>. Acesso em: 1 set. 2024.

SCHMIDT, S. Deepfakes, o novo estágio tecnológico da desinformação: algoritmo detecta imagens e vídeos alterados com inteligência artificial. *Pesquisa Fapesb*, ed. 321, nov. 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/deepfakes-o-novo-estagio-tecnologico-das-noticias-falsas/>. Acesso em: 1 set. 2024.

SOBRE OS(AS) ORGANIZADORES(AS)



Alcione Costa

Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Pesquisadora do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)*. Contato: alcione.costa@afogados.ifpe.edu.br.

Anderson Lins

Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Docente da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Líder do grupo de pesquisa *Núcleo Unificado em Dissidências, Ensino e Sexualidades (NUDES)* e do *Discurso e Tensões Raciais (DTer)* e Pesquisador do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)* e do *Grupo de Estudo e Pesquisa Paulo Freire*. Contato: lins.anderson10@gmail.com.

Evandra Grigoletto

Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente titular da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. Líder do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)*. Contato: evandra.grigoletto@ufpe.br.

Thiago Alves França

Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do *Núcleo de Estudos Discursivos do Oeste da Bahia (NEDOB)* e Pesquisador do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)*. Contato: thiagufsa@gmail.com.

Thiago Costa Carneiro

Doutorando e Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)* e do *Grupo de Estudos do Texto (GESTO)*. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Professor pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Contato: thiago.costacarneiro@ufpe.br.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)



Adriane Nascimento Celestino Sardinha

Mestranda em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e Graduada em Direito pela Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Contato: drikanascimento7@gmail.com.

Águeda Aparecida da Cruz Borges

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e docente aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Líder do *Arte, Discurso e Prática Pedagógica* e do *A construção de um arquivo: gênero em discurso* e Pesquisadora do *Mulheres em Discurso: lugares de enunciação e processos de subjetivação* e do *Grupo de Estudos do Discurso no Centro-Oeste – GEDisCO*. Contato: aguedabcruz@gmail.com.

Alcione Costa

Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Pesquisadora do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)*. Contato: alcione.costa@afogados.ifpe.edu.br.

Anderson Lins

Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Docente da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Líder do grupo de pesquisa *Núcleo Unificado em Dissidências, Ensino e Sexualidades (NUDES)* e do *Discurso e Tensões Raciais (DTer)* e Pesquisador do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)* e do *Grupo de Estudo e Pesquisa Paulo Freire*. Contato: lins.anderson10@gmail.com.

André Cavalcante

Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pesquisador do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)*, do *Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais (Laberer)*, do *DTeR – Discurso e Tensões Raciais*, do *Discursividades em Circulação* e do *Discurso e memória: nos movimentos do sujeito*. Contato: acbs.cavalcante@gmail.com.

Ceres Carneiro

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UERJ. Pesquisadora do *MiDi – Mídia e(m) Discurso*. Contato: cerescarneiro@gmail.com.

Edvania Gomes da Silva

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UESB). Líder do *Grupo de Pesquisas em Análise de Discurso (GPADis)* e Pesquisadora do *Fórmulas e estereótipos: teoria e análise (FEsTA)*, do *Grupo de Pesquisa em Estudos da Linguagem (GPEL)* e do *Cultura, Memória e Desenvolvimento*. Contato: edvania.gomes@uesb.edu.br.

Evandra Grigoletto

Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente titular da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. Líder do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)*. Contato: evandra.grigoletto@ufpe.br.

Felipe Muniz

Psicólogo, Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pesquisador do *DTeR – Discurso e Tensões Raciais* e do *Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis)*. Contato: psi.felipemuniz@gmail.com.

Fernanda Lunkes

Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da UFSB. Vice-líder do *MiDi – Mídia e(m) Discurso* e Pesquisadora do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)* e do *Educação, Saúde e Desigualdades Sociais*. Contato: flunkes@gmail.com.

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Docente da Universidade Federal de Alagoas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (UFAL). Líder do *Discurso e Ontologia Marxiana – GEDON* e Pesquisador do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)* e do *Discurso e Transformação em Diferentes Práticas – DTDP*. Contato: helsonf@gmail.com.

Jessica Mayara Bernardo da Silva

Mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura e Graduada em Letras – Português (Licenciatura) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisadora do *Discurso e Ontologia Marxiana – GEDON*. Contato: jessicabernando712@mail.com.

Júlio Cézar de Oliveira Sardinha

Mestrando em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológicas pelo CEFET-MG, Especialista em Ensino e Tecnologias Educacionais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) e Graduado em Marketing pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Contato: sardinha.julio@gmail.com.

Kaya Araújo Pereira

Doutoranda e Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Pesquisadora do *Discursividade, Língua e Sociedade*. Professora pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Saquarema. Contato: kaya.adup@gmail.com.

Marcus Vinicius Alves Menezes

Doutorando e Mestre em Letras: Linguagens e Representação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pesquisador do DTeR – *Discurso e Tensões Raciais* e do ACUENDAÇÕES – *Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-Raciais*. Professor pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA). Contato: marcusvamenezes@gmail.com.

María Paula Onofrio

Doutoranda pelo Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) nas áreas de Semiótica, Análise do Discurso e Retórica e Mestra em Design de Comunicação pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professora da Diplomatura de Comunicação Política da UBA. Contato: mponofrio@unsam.edu.ar.

Mariano Dagatti

Doutor em Linguística pela Universidade Buenos Aires. Docente na Universidade Nacional de Entre Ríos (UNER) e do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET), com especialização em Semiótica, Análise do Discurso e Retórica. Contato: mdagatti@unsam.edu.ar.

Maurício Beck

Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pesquisador do *Estudos Pecheuxianos* e do *Discurso e Transformação em Diferentes Práticas – DTDP*. Contato: pardalbeck@gmail.com

Pedro Borges

Mestrando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Graduado em Letras – Português e Inglês (Licenciatura) pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pesquisador do DTeR – *Discurso e Tensões Raciais*, do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV) e do Núcleo Unificado em Dissidências, Ensino e Sexualidades (NUDES). Contato: phboliveira.let@uesc.br.

Ricardo Mattuella

Mestrando em Letras: Linguagens e Representações e Graduado em Letras – Português e Inglês (Licenciatura) pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pesquisador do *DTeR – Discurso e Tensões Raciais* e do *Núcleo Unificado em Dissidências, Ensino e Sexualidades (NUDES)*. Contato: ricardomattuella5@gmail.com.

Rogério Modesto

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações. Líder do *DTeR – Discurso e Tensões Raciais* e Pesquisador do *O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes e tecnologias de linguagem*, do *Phina – Estudos de gramática, raça e sexualidades*, do *Discursividades, Língua e Sociedade* e do *DisSocie – Laboratório de Estudos sobre o Discurso e a Sociedade*. Contato: roger.luid@gmail.com.

Silmara Dela Silva

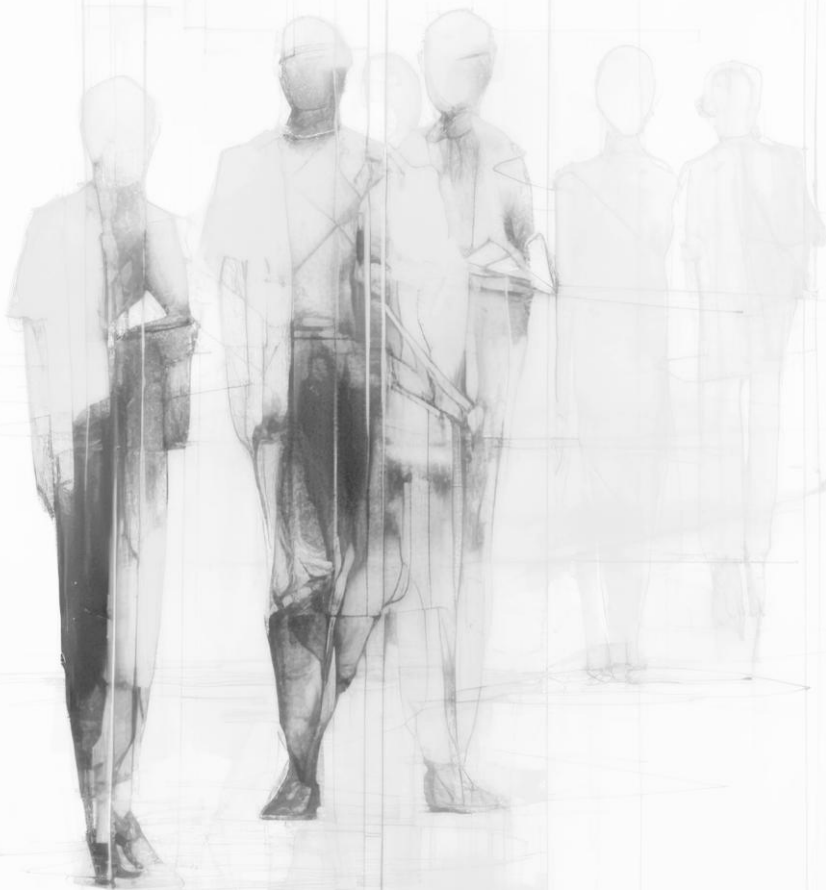
Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFF. Líder do *MiDi – Mídia e(m) Discurso* e Pesquisadora do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)* e do *Discursividade, Língua e Sociedade*. Contato: silmaradela@gmail.com.

Thiago Alves França

Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do *Núcleo de Estudos Discursivos do Oeste da Bahia (NEDOB)* e Pesquisador do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)*. Contato: thiagufsa@gmail.com.

Thiago Costa Carneiro

Doutorando e Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do *Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV)* e do *Grupo de Estudos do Texto (GESTO)*. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Professor pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Contato: thiago.costacarneiro@ufpe.br.



ISBN 978-85-217-0835-3

